



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**JOSIMAR SANTOS DE AVIZ**

**AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: DESAFIOS E  
POTENCIALIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA NO ASSENTAMENTO  
CORRE ÁGUA, MACAPÁ-AP**

Macapá - AP

2025

**JOSIMAR SANTOS DE AVIZ**

**Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: desafios e potencialidades da  
implementação do PAA no Assentamento Corre Água, Macapá-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação /  
Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade  
Federal do Amapá – UNIFAP.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento  
Socioeconômico

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz  
Fernandes Chelala

Macapá - AP

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Aline Farias Bandeira Couto – CRB-2 1700/O

---

A958 Aviz, Josimar Santos de.

Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: desafios e potencialidades da implementação do PAA no Assentamento Corre Água, Macapá-AP / Josimar Santos de Aviz. - Macapá, 2025.  
1 recurso eletrônico.  
100 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Dissertação (Mestrado), Macapá, 2025.

Orientadora: Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Agricultura Familiar. 2. Reforma Agrária. 3. Mercados Institucionais. I. Chalala, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.16

---

AVIZ, Josimar Santos de. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: desafios e potencialidades da implementação do PAA no Assentamento Corre Água, Macapá-AP**. Orientadora: Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala. 2025. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável) - Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

**JOSIMAR SANTOS DE AVIZ**

**Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: desafios e potencialidades da  
implementação do PAA no Assentamento Corre Água, Macapá-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação /  
Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade  
Federal do Amapá – UNIFAP.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento  
Socioeconômico

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz  
Fernandes Chelala

Aprovado em: 11 de outubro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala  
Orientadora - PPGDAS/UNIFAP

---

Dr. Roni Mayer Lomba  
Examinador Titular Interno - PPGDAS/UNIFAP

---

Dr. Fábio André Hahn  
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

*Dedico a todos que sonham, insistem e persistem — porque a educação transforma e nos leva  
além dos nossos próprios limites.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, o alicerce de toda a minha trajetória.

Aos meus pais, Antônia de Aviz e Raimundo de Aviz, pelo amor, pelos ensinamentos e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao meu filho, Pedro Lucas de Aviz, minha fonte diária de inspiração e motivação, que me impulsiona a ser sempre melhor.

E, de maneira muito especial, à minha companheira de vida, Cleane Pinheiro, por seu carinho, compreensão e apoio inabalável, sendo peça fundamental em cada etapa desta jornada e na concretização deste sonho. Agradeço por compreender minhas ausências, por celebrar cada pequena conquista e por acreditar em mim mesmo quando as incertezas pareciam maiores. Este trabalho é também fruto do seu amor, paciência e dedicação, que me inspiram diariamente a ser uma pessoa e um profissional melhor.

Expresso minha mais profunda e sincera gratidão à Professora Cláudia Chelala, minha orientadora. Sua atuação transcendeu a excelência acadêmica; foi um verdadeiro pilar de apoio emocional ao longo de todo este percurso. Agradeço por sua dedicação incansável, pela paciência em me guiar e, sobretudo, pelo amparo nos momentos de dúvida e cansaço. Seu incentivo constante e sua confiança no meu potencial foram fundamentais não apenas para o desenvolvimento desta pesquisa, mas para que eu chegasse até aqui.

Agradeço igualmente aos Professores Doutores Roni Mayer Lomba e Fábio André Hahn, integrantes da banca examinadora do meu projeto de qualificação, por suas contribuições, críticas construtivas e sugestões que tanto enriqueceram a qualidade desta dissertação, ampliando minhas reflexões e perspectivas sobre o tema.

Agradeço também aos amigos Orleno Marques e Plínio Potiguara, Guido Sanick pela parceria e ajuda e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, registro meu mais profundo reconhecimento e gratidão.

## RESUMO

A política de assentamentos rurais no Brasil foi implementada a partir do processo de redemocratização, nas décadas finais do século XX. Em Macapá, capital do Estado do Amapá, o primeiro assentamento surgiu apenas nos anos 2000, representando uma inserção tardia, apesar de a capital possuir condições favoráveis para a agricultura familiar e um mercado consumidor em expansão. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se consolidado como uma política essencial para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais. Na Amazônia, sua atuação tem sido estratégica, especialmente em municípios com forte presença da agricultura familiar. No Amapá, apesar de desafios logísticos, o programa tem avançado e em Macapá, se destaca como polo logístico para o escoamento da produção. A pesquisa tem como objetivo principal analisar a importância do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar do Assentamento Rural Corre Água, localizado no município de Macapá, com foco nos fatores que limitam sua efetividade como política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa investigou o desempenho na execução do PAA em Macapá, avaliando seus impactos socioeconômicos, sobretudo para o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental. A pesquisa adotou uma abordagem descritiva e explicativa, com métodos qualitativos e quantitativos, integrando dados do INCRA, revisão bibliográfica, entrevistas com atores-chave. Para isso, foram aplicados questionários como principal técnica de coleta de dados, permitindo identificar aspectos qualitativos relevantes da experiência dos beneficiários. Foi integrado ainda o uso de geotecnologias e cartografia para analisar o PA. A análise dos dados foi realizada com base no método de Bardin, envolvendo três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Conclui-se com a pesquisa que, o PA Corre Água enfrenta limitações que dificultam a participação no PAA, mas possui potencial produtivo que, com investimentos em infraestrutura, regularização e assistência técnica, pode fortalecer a agricultura familiar e gerar desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** reforma agrária, agricultura familiar, mercados institucionais.

## **ABSTRACT**

The rural settlement policy in Brazil was implemented during the re-democratization process in the final decades of the 20th century. In Macapá, the capital of the state of Amapá, the first settlement emerged only in the 2000s, representing a delayed insertion despite the city's favorable conditions for family farming and its expanding consumer market. The Food Acquisition Program (PAA) has been consolidated as an essential policy for strengthening family farming within rural settlements. In the Amazon region, its role has been strategic, especially in municipalities with a strong presence of family-based agriculture. In Amapá, despite logistical challenges, the program has made progress, and in Macapá, it stands out as a logistical hub for the distribution of agricultural production. The main objective of this research is to analyze the importance of the PAA in strengthening family farming within the Corre Água Rural Settlement, located in the municipality of Macapá, focusing on the factors that limit its effectiveness as a public policy aimed at promoting family agriculture. The study investigated the performance of the PAA in Macapá, evaluating its socioeconomic impacts, particularly regarding the strengthening of family farming and environmental sustainability. The research adopted a descriptive and explanatory approach, combining qualitative and quantitative methods, and integrating data from INCRA, bibliographic review, and interviews with key actors. Questionnaires were applied as the main data collection technique, allowing the identification of qualitative aspects related to the beneficiaries' experiences. Geotechnologies and cartographic analysis were also used to examine the settlement. Data analysis followed Bardin's content analysis method, involving three main stages: pre-analysis, material exploration, and result treatment. The study concludes that the Corre Água Settlement faces several limitations that hinder participation in the PAA but possesses productive potential that, through investments in infrastructure, regularization, and technical assistance, could strengthen family farming and promote sustainable development.

**Keywords:** agrarian reform, family farming, institutional markets.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental no Brasil. ....	22
Quadro 2 - Assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental na Amazônia.....	23
Quadro 3: Comparativo da execução do PAA no Amapá (2015–2025). ....	35
Quadro 4: Municípios com Maior Volume de Recursos do PAA (2015–2025) .....	35
Quadro 5 - Relação dos Assentamentos Rurais do Estado do Amapá. ....	45
Quadro 6 - Relação dos Assentamentos Rurais do Município de Macapá.....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de assentamentos e famílias assentadas na Amazônia (1985 a 2025). ....	24
Gráfico 2 - Percentual de participação dos assentados do PA Corre Água no PAA. ....	64
Gráfico 3 - Número de assentados entrevistados que residem no assentamento Corre Água. ....	68
Gráfico 4 - Percentual de assentados que receberam visita da ATER.....	78
Gráfico 5 - Percentual de entrevistados que já fez algum curso.....	79
Gráfico 6 - Distribuição de renda mensal dos assentados. ....	80
Gráfico 7 - Principais desafios enfrentados pelos assentados. ....	84

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assentamentos no estado do Amapá.....	47
Figura 2: Localização da área de estudo.....	48
Figura 3: Assentamentos no município de Macapá.....	50
Figura 4: Ilustração da relativa proximidade dos principais mercados consumidores em relação ao PA Corre Água. ....	52
Figura 5 A-D - Agrovila Corre Água bem estruturada com via principal asfaltada (A), escola (B), centro comunitário (C) e pequenos estabelecimentos comerciais (D). ....	54
Figura 6 - Antropismo no PA Corre Água. ....	55
Figura 7 - Uso e cobertura do solo no PA Corre Água em 1985.....	56
Figura 8 - Uso e cobertura do solo no PA Corre Água em 2023.....	57
Figura 9 - Precipitação acumulada anual no PA Corre Água, 1994-2024. ....	59
Figura 10 - Precipitação mensal acumulada anual no PA Corre Água, 1994-2024. ....	60

Figura 11 - Bacia Hidrográficas no PA Corre Água. ....	61
Figura 12 - Lotes do PA Corre Água e Reserva Legal. ....	62
Figura 13 – Ilustração dos ramais principais do PA Corre Água e da Agrovila. ....	69
Figura 14 - Lotes e ocupação no PA. ....	70
Figura 15 – Imagem de satélite e uso do solo no PA Corre Água. ....	71
Figura 16 A-C – Padrões de ocupação no PA corre água. ....	71
Figura 17 A-C – A- Asfaltamento da rodovia AP-070/110 até Cutias; B- Ponte sobre o rio Piririm; C- Vila do Corre Água. ....	72
Figura 18 A-D - Ramal do Juncal (A e B) e secundários (C e D) em péssimas condições. ....	73
Figura 19 A-B - Ramal do Juncal com poucas edificações (A) e edificações abandonadas (B). .....	73
Figura 20 A-B - Ramal do Raposa. ....	74
Figura 21 – Disposição da hidrografia no PA Corre Água. ....	75
Figura 22 – Concentração de moradias próximas ao Ramal do Raposa e às drenagens do PA Corre Água. ....	76
Figura 23 A e B - Plantação recente de mandioca (A) e plantação mais antiga (B). ....	81
Figura 24 - Prática de preparo do lote para o plantio da mandioca. ....	82
Figura 25 A-B - Cultivo de hortaliças e frutas. ....	82

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 .....	17
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	17
1.1 A Política de Reforma Agrária no Brasil .....	17
1.2 Assentamentos Rurais no Brasil: modalidades, criação e reconhecimento.....	20
1.3 A Política de Reforma Agrária no Brasil e sua Retomada no Contexto Atual .....	25
1.4 Agricultura Familiar e Mercados Institucionais.....	29
1.5 Políticas públicas para o campo: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	31
1.6 O PAA na Amazônia e no Estado do Amapá.....	32
1.7 Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Amapá (2015–2025).....	34
1.8 O PAA no município de Macapá e o caso do Assentamento Corre Água .....	36
CAPÍTULO 2 .....	38
ABORDAGEM METODOLÓGICA E CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO RURAL CORRE ÁGUA .....	38
2.1 Tipo e abordagem da pesquisa .....	38
2.2 Delineamento da pesquisa .....	38
2.3 Técnicas de coleta de dados .....	39
2.4 Técnicas de análise de dados.....	41
2.5 Aspectos éticos da pesquisa .....	42
2.6 Uso de Cartografia, Geotecnologias e Dados Espaciais.....	42
2.7 Contextualização Territorial do Assentamento Rural Corre Água .....	44
2.7.1 O Estado do Amapá e a Política Fundiária.....	44
2.7.2 O município de Macapá no contexto da reforma agrária .....	48
2.7.3 O Assentamento Corre Água: histórico, perfil socioeconômico e produtivo.....	50

2.7.4	Identificação e Caracterização Espacial do PA Corre Água .....	54
CAPÍTULO 3 .....		63
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA: RESULTADOS, PERCEPÇÕES E DESAFIOS .....		63
3.1	Participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	63
3.2	Infraestrutura rural e condições de produção .....	65
3.3	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).....	76
3.4	Comercialização e estrutura produtiva .....	79
3.5	Desafios e limitações das políticas públicas.....	84
3.6	Percepções dos beneficiários e gestores locais.....	85
3.7	Potencialidades e perspectivas de aprimoramento do PAA .....	86
3.8	O PAA e a Realidade da Reforma Agrária no Amapá: Barreiras e Perspectivas.....	89
3.9	Ameaça Fitossanitária da “Vassoura-de-Bruxa” da Mandioca e seus Impactos no Assentamento Corre Água.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....		92
REFERÊNCIAS .....		95
ANEXOS .....		103
1	IDENTIFICAÇÃO .....	103

## INTRODUÇÃO

Com o processo de redemocratização do Brasil nas décadas finais do século XX, o Estado passou a assumir um papel mais ativo na reestruturação fundiária do país, especialmente por meio da política de reforma agrária executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A criação de assentamentos rurais tornou-se uma estratégia fundamental para responder às reivindicações dos movimentos sociais do campo e para mitigar os históricos conflitos por terra (Girardi; Fernandes, 2008; Sauer, 2010).

Na região amazônica, os primeiros modelos de ordenamento territorial foram implementados ainda durante a ditadura militar, com os projetos de colonização voltados à interiorização da população e ao aproveitamento econômico da floresta (Almeida, 2004). Entretanto, essas iniciativas desconsideraram as especificidades socioculturais e ambientais locais. Como resposta às críticas e à pressão de comunidades tradicionais, surgiram modelos alternativos de assentamentos, como os projetos agroextrativistas, que passaram a reconhecer a importância da permanência sustentável de populações locais em seus territórios.

Segundo o IBGE (2024), o Estado do Amapá possui 142.253,880 km<sup>2</sup> de extensão territorial, configurando-se como uma das menores unidades da federação brasileira. Localizado na porção setentrional leste da Amazônia, possui 73,5% de seu território com algum tipo de proteção legal: unidades de conservação, territórios quilombolas e terras indígenas (Silva Junior et al., 2025; AMAPÁ, 2025). No ano de 1988 foi elevado à categoria de Estado membro da União, com a promulgação da Constituição Federal. Em 1992, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Esses fatos provocaram uma intensa migração para o Amapá, principalmente de habitantes oriundos do interior do Estado do Pará e de nordestinos, mais acentuadamente do Estado do Maranhão, que vieram em busca de oportunidades, pressionando os equipamentos sociais e ampliando a demanda pelos recursos fundiários do Estado (Porto, 2018).

O primeiro assentamento rural criado no Amapá, nos moldes da política de reforma agrária do INCRA, foi o Projeto de Assentamento do Carnot, no ano de 1986, em uma área de 72.000 hectares, onde foram assentadas 295 famílias, predominantemente migrantes nordestinos. A criação de assentamentos rurais manteve-se nas três décadas seguintes. No entanto, observa-se que a capital, Macapá, somente passou a integrar essa

política em 2000, apesar de suas condições favoráveis à produção agrícola e à distribuição, dado seu papel como centro consumidor regional. Essa defasagem revela desafios na interiorização e efetividade das políticas agrárias (Rauber e Palhares 2021).

Nesse contexto, observa-se que a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar desempenha um papel fundamental como estratégia complementar às ações de reforma agrária, ao buscar promover a inclusão produtiva e o fortalecimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Dentre essas políticas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se como uma das principais iniciativas do Estado brasileiro no sentido de articular produção e mercado por meio da compra institucional de produtos oriundos da agricultura familiar. Tal mecanismo não apenas estimula a comercialização e assegura renda aos pequenos produtores, como também contribui para o fortalecimento das economias locais, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais (Sousa 2021).

A abrangência do PAA em nível nacional, com ampla adesão por parte dos municípios, evidencia sua relevância como política de fomento à agricultura familiar. No contexto amazônico, onde a produção agrícola de base familiar é predominante e, muitas vezes, representa a principal atividade econômica, a atuação do programa adquire uma dimensão ainda mais estratégica, ao impulsionar o desenvolvimento rural e contribuir para a redução das assimetrias regionais (Porto, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, tem como objetivo central a compra direta de produtos da agricultura familiar por parte do Estado, garantindo renda aos pequenos produtores e promovendo a segurança alimentar em escolas, hospitais, creches e demais instituições públicas. Nos assentamentos rurais, o programa representa uma oportunidade concreta de integração econômica e fortalecimento da produção local, contribuindo para a consolidação da reforma agrária (Brasil, 2013; Soares 2013).

Na Amazônia, o PAA tem desempenhado um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Carneiro et al. (2020), nos primeiros anos de implementação, houve uma expansão significativa no número de municípios atendidos pelo programa, resultado das melhorias nas condições socioeconômicas dos agricultores participantes.

Nos últimos anos, uma das principais políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais do Amapá tem sido o PAA. Por meio desse programa, o governo federal realiza a compra direta da produção dos agricultores assentados. Essa iniciativa visa gerar impactos positivos nos assentamentos do Amapá, incentivando a produção local e garantindo renda às famílias agricultoras, muitas das quais enfrentam dificuldades de acesso aos mercados convencionais (RURAP, 2021).

No estado do Amapá, o PAA tem enfrentado desafios específicos, mas também proporcionado contribuições significativas para a agricultura familiar. Em janeiro de 2025, o governo do Amapá lançou uma chamada pública para o credenciamento de entidades socioassistenciais no PAA, com o objetivo de atender cerca de 320 instituições nos 16 municípios do estado e a iniciativa contou com um investimento de R\$ 3 milhões. O município de Macapá, por concentrar maior demanda por alimentos e ter melhor infraestrutura logística, torna-se um polo estratégico para o escoamento da produção assentada, o que potencializa os efeitos do PAA na inclusão socioeconômica dos beneficiários (RURAP, 2025).

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela relevância de compreender os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Rural Corre Água, localizado no município de Macapá, Amapá. A análise da execução dessa política pública nesse território permite identificar tanto os desafios enfrentados pelos agricultores assentados na produção e comercialização de alimentos, quanto as potencialidades do PAA como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar. Ao investigar os efeitos do programa sobre a economia local, busca-se evidenciar os limites e alcances dessa política no contexto amazônico, marcado por desigualdades estruturais e restrições de acesso a mercados institucionais.

Dessa forma, esta dissertação pretende contribuir para o debate institucional acerca do papel do PAA na efetivação dos direitos sociais e econômicos, bem como no enfrentamento das desigualdades territoriais, especialmente na Região Norte do Brasil. A compreensão aprofundada da realidade dos assentados do Corre Água poderá fornecer subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às especificidades do meio rural amazônico, promovendo, assim, maior inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável na região.

Com base nisso, delinea-se o problema central da pesquisa, que busca compreender quais os fatores que limitam a efetividade do PAA no Assentamento Rural

Corre Água do município de Macapá, considerando o relativo potencial agrícola da região e a proximidade com os maiores centros consumidores do Estado.

Com isto, formula-se a hipótese de que os desafios enfrentados na implementação do PAA no Assentamento Corre Água decorrem tanto de fragilidades na gestão do programa quanto de limitações estruturais locais, o que compromete sua efetividade como política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e ao acesso a mercados institucionais.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar os fatores que limitam a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Rural Corre Água, no município de Macapá, visando compreender seus impactos na dinamização da agricultura familiar e na melhoria das condições de vida dos assentados.

Para alcançar esse objetivo, estabelecem-se como objetivos específicos: Descrever as características socioeconômicas, produtivas e organizacionais do Assentamento Corre Água e Avaliar a participação dos assentados no PAA, identificando os principais fatores que influenciam a baixa adesão ao programa, bem como contribuir com sugestões para os problemas identificados.

A estrutura da presente dissertação foi organizada de forma a permitir uma abordagem clara, lógica e aprofundada sobre a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a economia do Assentamento Rural Corre Água, no município de Macapá, Estado do Amapá. A dissertação é composta por cinco seções principais, iniciando-se pela Introdução, onde são apresentados os elementos fundamentais que orientam o estudo: a contextualização do tema, a justificativa da escolha, a formulação do problema de pesquisa, a hipótese a ser testada, os objetivos gerais e específicos, bem como uma visão geral da organização do trabalho.

O Capítulo 1, intitulado “Reforma Agrária no Brasil: Fundamentos Teóricos, Evolução Histórica e Políticas Públicas”, aborda os fundamentos conceituais e históricos que embasam o estudo. São discutidas a política de reforma agrária no Brasil, as modalidades de assentamentos rurais e o processo de criação e reconhecimento dessas áreas. Também são exploradas as inter-relações entre agricultura familiar e mercados institucionais, com ênfase na análise do PAA como política pública voltada ao fortalecimento da produção rural. A seção avança para a contextualização do programa na região amazônica, no Estado do Amapá e, por fim, em Macapá, com destaque para a inserção do Assentamento Corre Água nesse cenário.

No Capítulo 2 – Abordagem Metodológica e Contextualização Territorial do Assentamento Rural Corre Água, são apresentados, de forma integrada, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e o contexto territorial em que ela se desenvolve. Inicialmente, descrevem-se os aspectos técnicos e científicos que orientaram o estudo, abrangendo o tipo e a abordagem da pesquisa, o delineamento metodológico, as técnicas de coleta e análise dos dados e os cuidados éticos observados durante todas as etapas de investigação, assegurando a transparência e o rigor científico do trabalho.

Na sequência, o capítulo dedica-se à caracterização do território de estudo, abordando a política fundiária no Estado do Amapá e o papel do município de Macapá no contexto da reforma agrária. Por fim, apresenta-se uma descrição detalhada do Assentamento Rural Corre Água, contemplando seu histórico, perfil socioeconômico, condições de infraestrutura e características produtivas, elementos fundamentais para compreender a realidade dos agricultores familiares e o contexto de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No Capítulo 3 – Análise da Implementação do PAA: Resultados, Percepções e Desafios, são apresentados os dados obtidos na pesquisa de campo e sua análise à luz do referencial teórico. Os tópicos abordam a participação dos assentados no PAA, as percepções dos beneficiários e dos gestores locais sobre a política pública, os desafios enfrentados na sua implementação e as limitações observadas no contexto do assentamento. Também são discutidas as potencialidades do programa e sugestões para o seu aprimoramento, a partir das evidências empíricas coletadas.

Nas Considerações Finais, realiza-se uma síntese dos principais achados da pesquisa, destacando as contribuições do estudo para o campo acadêmico e para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar na Amazônia. O trabalho se encerra com a apresentação das Referências, que fundamentam teoricamente todo o percurso investigativo.

## **CAPÍTULO 1**

### **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **1.1 A Política de Reforma Agrária no Brasil**

O debate sobre a reforma agrária no Brasil ganhou força a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela acentuada concentração fundiária e pela exclusão social no meio rural, resultantes de um modelo agrário historicamente baseado no latifúndio. Segundo Fernandes (2005), o país figura entre os que apresentam maior

desigualdade na distribuição de terras, evidenciando a distância entre grandes proprietários e trabalhadores rurais. Na década de 1950, os conflitos agrários se intensificaram, e, com o regime militar instaurado em 1964, foram implementadas medidas como o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964) e a criação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, posteriormente unificados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável até hoje pela execução da política de reforma agrária no país.

Durante o regime militar (1964–1985), o governo brasileiro implementou políticas de colonização da Amazônia, promovendo a migração de trabalhadores sem-terra como forma de integrar a região ao restante do país e reduzir tensões sociais em áreas com forte concentração fundiária. No entanto, essas políticas fracassaram em seus objetivos e resultaram na intensificação de conflitos agrários, marcados por disputas violentas pela posse da terra, ausência de regularização fundiária e pressão sobre os recursos naturais da Amazônia. Paralelamente, o governo priorizou a modernização do campo voltada ao agronegócio, marginalizando os pequenos produtores rurais. Foi nesse cenário de exclusão que emergiram movimentos sociais como o MST, fundado nos anos 1980, com o objetivo de garantir o direito à terra e promover uma reforma agrária com acesso a serviços básicos para as populações assentadas (Barone, 2011).

Com a redemocratização do país, a reforma agrária tornou-se uma das principais bandeiras dos movimentos populares organizados. Pressionados por ocupações e articulações coordenadas por movimentos como o MST, os governos passaram a incorporar, ainda que de forma limitada, a pauta agrária em suas agendas. Autores como Figueredo et al. (2020) e Caume (2000) apontam que a execução efetiva da política de reforma agrária no Brasil só ocorreu sob forte pressão dos movimentos sociais, por meio da ocupação de grandes propriedades improdutivas. Apesar dos avanços, a reforma agrária continua sendo uma política intermitente, ora ativada, ora desativada conforme o contexto político, reforçando seu papel estratégico na consolidação da democracia e na promoção de justiça social no campo.

A criação do assentamento, a distribuição dos lotes e a sua estruturação é a finalidade da política de reforma agrária no Brasil. Entretanto, Mattei (2012) observa que a reforma agrária significa uma modificação radical da estrutura agrária de um país. O autor destaca que a criação de assentamentos rurais é política que perdem seu potencial

transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração de terra permanece intacto (Mattei, 2012).

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lotes ou parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva (INCRA, 2021).

Assim, percebe-se que a política de reforma agrária no Brasil não se limita apenas à distribuição de terras, mas envolve também a criação de condições estruturais, sociais e econômicas que possibilitem a permanência das famílias no campo e o desenvolvimento sustentável das áreas assentadas. Apesar de o discurso oficial da política de reforma agrária brasileira se concentrar na criação dos assentamentos, distribuição dos lotes e sua estruturação, observa-se que esse modelo acabou se configurando mais como um mecanismo de estabilização da ordem fundiária vigente do que como uma transformação efetiva da estrutura agrária. Costa (2024) demonstra que, embora milhares de lotes tenham sido criados, “o feito até agora alcançado (...) ainda é insuficiente para alterar o status quo do regime de posse e uso da terra, cuja conformação fundiária continua a ser identificada com uma das mais concentradas do mundo”. Esse diagnóstico revela que, embora formalmente exista uma política de reforma agrária, ela não tem sido capaz de romper com a lógica da concentração fundiária, contrariando o princípio essencial da reforma agrária popular defendido pelo MST, que sempre visou à redistribuição justa da terra e à transformação estrutural das relações no campo.

Além disso, o modelo implementado tem sido amplamente criticado por buscar acomodar os conflitos fundiários, e não os solucionar. Dessa forma, os assentamentos acabam funcionando como instrumentos de manutenção da ordem agrária, sem garantir a emancipação das famílias trabalhadoras rurais. Roos e Delgrossi (2024) destaca que a chamada “reforma agrária assistida de mercado” (RAAM) enfraquece movimentos sociais como o MST e promove o acesso à terra por meio de mecanismos de financiamento e mercado, o que “dificulta a superação das estruturas de poder fundiário” ao invés de enfrentá-las. Assim, longe de promover mudanças estruturais, o modelo atual tende a integrar as famílias assentadas ao mercado agrário sob condições que perpetuam

as desigualdades históricas e limitam a construção de uma reforma agrária popular baseada em autonomia, solidariedade e justiça social.

Outro aspecto crítico refere-se à localização e às condições dos assentamentos criados. Braga et al. (2023) observaram que muitos projetos foram implantados em áreas ambientalmente vulneráveis, como regiões amazônicas de difícil acesso, zonas de seca e áreas de risco de desertificação, o que aprofunda a precarização das famílias assentadas e compromete sua sustentabilidade. Em vez de assegurar uma permanência digna no campo, esse modelo tem correspondido a políticas de baixo custo para o Estado, alocando populações em áreas de menor valor fundiário e baixo potencial produtivo, distanciando-se do ideal defendido pelo MST. Dessa forma, a reforma agrária vigente se converte em uma política de contenção social, e não de transformação estrutural, afastando-se do projeto emancipatório que inspirou historicamente a luta dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil.

## **1.2 Assentamentos Rurais no Brasil: modalidades, criação e reconhecimento**

A diversidade geográfica, social, econômica e histórica do Brasil resultou na formação de diferentes modalidades de assentamentos rurais, classificados em dois grandes grupos: os criados diretamente pelo INCRA e os reconhecidos posteriormente por esse órgão.

No primeiro grupo estão os Projetos de Assentamento (PA), considerados o modelo mais tradicional de reforma agrária, com papel relevante na inclusão de pequenos agricultores e na redução das desigualdades fundiárias (Cattelan, Moraes e Rossoni, 2020). Também se destacam os Projetos Agroextrativistas (PAE), voltados para populações amazônicas extrativistas, fundamentais para a conservação ambiental e geração de renda (Souza e Alencar, 2020); os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que incentivam práticas agrícolas de baixo impacto (Carvalho et al., 2018); os Projetos de Assentamento Florestal (PAF), voltados ao manejo sustentável da floresta (Miranda et al., 2022); e os Projetos Descentralizados de Assentamento Sustentável (PDAS), que fortalecem a atuação de estados e municípios (INCRA, 2021).

No segundo grupo, incluem-se modalidades reconhecidas como Projetos Estaduais (PE) e Municipais (PAM), que ampliam o alcance da reforma agrária por meio da articulação entre esferas de governo (Santos e Becker, 2007); Reservas Extrativistas (RESEX), que conciliam preservação ambiental e manutenção de práticas tradicionais;

Territórios Remanescentes de Quilombos (TRQ), cuja regularização é essencial para a preservação das identidades culturais (Ferreira, 2018); Fundos de Pasto (PFP), característicos do semiárido nordestino; e os Reassentamentos de Barragens (PRB), que exigem atenção à dignidade das populações deslocadas, como apontam Chaves, Monzoni e Artuso (2019). Por fim, as Florestas Nacionais (FLONA) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) promovem o uso sustentável da biodiversidade e a permanência de comunidades tradicionais, equilibrando conservação e desenvolvimento.

A política de criação e reconhecimento dos assentamentos rurais no Brasil é tradicionalmente analisada a partir da redemocratização, sendo inaugurada com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), instituído no governo Sarney (1985–1989), período em que foram criados 507 assentamentos e assentadas 68.214 famílias, sobretudo em terras desapropriadas (INCRA, 2023). Já os governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1990–1994) marcaram uma retração da reforma agrária, com queda de 28,2% no número de assentamentos e de 31,98% no número de famílias assentadas (Cardoso, 2009; Passini e Schneider 2020).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) apresentou o maior número de assentamentos criados até então, totalizando 4.248 e assentando mais de meio milhão de famílias. Entretanto, foi também um período de intensos conflitos no campo, como o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 (MPPA, 2021). Segundo Passini e Schneider (2020), FHC seguiu uma lógica neoliberal, contrastando com o modelo do governo Lula, que via o Estado como agente de desenvolvimento. Ainda assim, o II PNRA (2003) do governo Lula sofreu críticas por reduzir a meta de famílias a serem assentadas de 1 milhão para 400 mil, o que Cardoso (2009) atribui ao distanciamento dos setores populares e à reaproximação com a burguesia nacional.

Durante os dois mandatos de Lula (2003–2010), foram criados 3.501 assentamentos, beneficiando 358.609 famílias. Aproximadamente 47% dessas áreas foram oriundas de desapropriações, e mais de 22% corresponderam ao reconhecimento de ocupações preexistentes (INCRA, 2023). Apesar dos avanços, o II PNRA foi criticado por autores como Vecina (2012), que destaca a ausência de planejamento orçamentário e de mecanismos efetivos de participação social.

No governo Dilma Rousseff (2011–2016), observou-se forte desaceleração na política de reforma agrária, com apenas 133,6 mil famílias assentadas, resultado atribuído, entre outros fatores, ao represamento das desapropriações e às restrições

orçamentárias (Lucena, 2019). Em 2015, o cenário se agravou com o ajuste fiscal e a priorização do agronegócio, e, mesmo com a assinatura de 21 decretos em 2016, o impacto foi limitado (Barbosa, 2019). A proposta de priorizar a estruturação dos assentamentos em detrimento da criação de novos foi amplamente criticada por movimentos sociais.

A partir do impeachment de Dilma, com a ascensão de Michel Temer (2016–2018), a reforma agrária foi drasticamente esvaziada. O governo extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e promoveu a titulação individual como estratégia central, conforme a MP 759 convertida na Lei 13.465/2017 (Barbosa, 2019). Alentejano (2020) e Leite, Tubino e Sauer (2019) ressaltam o fortalecimento do conservadorismo e o avanço do agronegócio, o que se aprofundou durante o governo Bolsonaro (2019–2022). Este último criou apenas 119 assentamentos, beneficiando 4.149 famílias, ao mesmo tempo em que desmantelou estruturas do INCRA e enfraqueceu financeiramente o órgão (Held e Botelho, 2021; Jorge, 2022).

Com a retomada do governo Lula em 2023, houve nova inflexão na política agrária. Até outubro de 2024, o Brasil contava com 9.544 assentamentos rurais, cobrindo 88,2 milhões de hectares e beneficiando cerca de 1 milhão de famílias (INCRA, 2024). Entre os novos projetos, destacam-se o Assentamento Hermano Filho, no Acre, com 153 famílias, e o Assentamento Chapadão, no Pará, que beneficia 262 unidades agrícolas. No Amapá, foi criado o PA Altamir Mineiro Rezende Vale do Ariramba, no município de Tartarugalzinho, com capacidade para 120 famílias, e promovidas ações de fortalecimento do PAE Capoeira do Rei, em Cutias (INCRA, 2024). Essas iniciativas reforçam o compromisso com um desenvolvimento agrário inclusivo, especialmente em regiões amazônicas.

No Quadro 1, observa-se o número de assentamentos rurais e de famílias assentadas no Brasil, no período de 1985 a 2025.

Quadro 1 - Assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental no Brasil.

<b>Governo</b>	<b>Assentamentos rurais</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
José Sarney (1985-1989)	507	68.214
Collor/Itamar (1990-1994)	364	46.394
Fernando H. Cardoso (1995-2002)	4.248	400.668
Lula (2003-2010)	3.501	358.609
Dilma (2011-2016)	604	35.667
Temer (2016-2018)	39	788

Bolsonaro (2019-2022)	119	4.149
Lula (2023-2025)	3	25.000

Fonte: INCRA (2023).

O Quadro 2 apresenta os dados relativos ao número de assentamentos rurais e de famílias assentadas na Amazônia, distribuídos por período governamental, no intervalo de 1985 a 2025.

Quadro 2 - Assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental na Amazônia.

<b>Governo</b>	<b>Assentamentos rurais</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
José Sarney (1985-1989)	140	33.313
Collor/Itamar (1990-1994)	112	31.014
Fernando H. Cardoso (1995-2002)	1.235	177.207
Lula (2003-2010)	1.119	219.010
Dilma (2011-2016)	178	12.717
Temer (2016-2018)	6	191
Bolsonaro (2019-2022)	28	774
Lula (2023-2025)	73	25.000

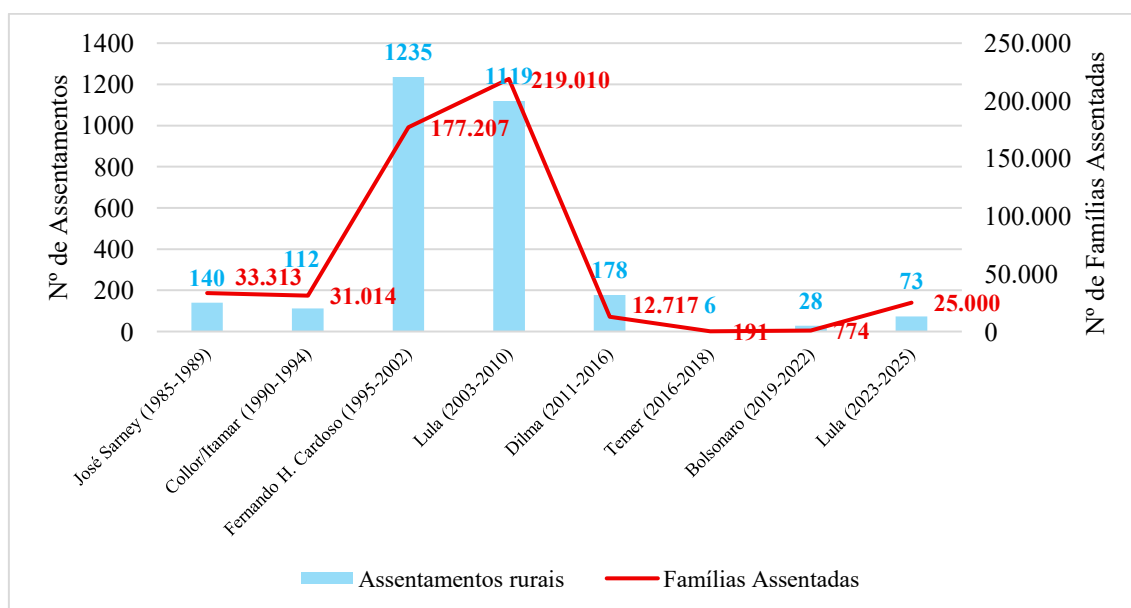
Fonte: INCRA (2023).

Entre 1985 e 2025, a política de assentamentos rurais na Amazônia oscilou conforme os governos. No governo Sarney (1985 - 1989), foram criados 252 assentamentos, com cerca de 47 mil famílias assentadas. No período Collor/Itamar (1990 - 1994), houve pouca expansão, apesar de cerca de 46 mil famílias beneficiadas em nível nacional.

A maior criação de assentamentos ocorreu no governo FHC (1995 - 2002), com 1.235 assentamentos e mais de 543 mil famílias assentadas em todo o Brasil. Lula, em seus dois primeiros mandatos (2003 - 2010), manteve esse ritmo, criando 1.119 assentamentos e assentando cerca de 219 mil famílias, com foco no fortalecimento da agricultura familiar (Alentejando, 2020; Leite, Tubino e Sauer, 2019).

Nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro (2011 - 2022), houve queda acentuada nas ações de reforma agrária. Juntos, criaram apenas 212 assentamentos, beneficiando pouco mais de 13 mil famílias, em um contexto de cortes orçamentários e prioridade ao agronegócio. A partir de 2023, no terceiro mandato de Lula, houve retomada das políticas agrárias. Até 2025, foram criados 73 novos assentamentos na Amazônia (Gráfico 1), com cerca de 25 mil famílias assentadas, destacando-se ações em estados como Acre, Pará e Amapá (INCRA, 2024).

Gráfico 1 - Número de assentamentos e famílias assentadas na Amazônia (1985 a 2025).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O êxito das políticas agrárias no Brasil depende, de maneira decisiva, do estabelecimento de políticas agrícolas complementares. A criação de assentamentos e a distribuição de terras, por si só, não asseguram a autonomia produtiva nem a inclusão econômica das famílias beneficiadas. Para que os assentamentos se consolidem como territórios de desenvolvimento, é imprescindível o acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura logística e canais de comercialização. Esse conjunto de ações caracteriza a dimensão agrícola das políticas públicas, cujo papel é transformar a posse da terra em capacidade efetiva de produção e geração de renda.

Nesse contexto, programas como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – desempenham um papel estruturante. Criado em 1995, o PRONAF introduziu um marco na política agrícola brasileira ao oferecer crédito subsidiado, linhas diferenciadas e mecanismos de apoio produtivo voltados especificamente aos pequenos agricultores. Sua lógica rompeu com o padrão histórico de concentração do crédito rural nos grandes produtores e passou a reconhecer a agricultura familiar como segmento estratégico para a segurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável. Em áreas de reforma agrária, o PRONAF atua como catalisador da produção ao viabilizar investimentos em equipamentos, insumos e inovação tecnológica.

Além do acesso a crédito, a consolidação dos assentamentos rurais exige a articulação com mercados institucionais. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam

mecanismos fundamentais para garantir demanda estável e previsível aos agricultores familiares. Esses mercados funcionam como uma ponte entre a produção assentada e o consumo social, permitindo que alimentos oriundos de pequenas propriedades sejam destinados a escolas, hospitais, creches e demais instituições públicas, fortalecendo a economia local e reduzindo a intermediação comercial.

É importante destacar, contudo, que os mercados institucionais não têm a pretensão de se constituir como solução única para a comercialização dos produtos agrícolas. Eles devem ser compreendidos como instrumentos de estímulo e fortalecimento inicial, capazes de oferecer segurança econômica mínima para que os agricultores possam planejar sua produção e diversificar seus canais de venda. Sem políticas complementares de infraestrutura, capacitação e assistência técnica, há risco de dependência excessiva dos mecanismos governamentais e de baixa inserção nos mercados convencionais.

Dessa forma, políticas agrárias e políticas agrícolas formam um binômio indissociável. Enquanto a primeira assegura acesso à terra, a segunda oferece as condições para que essa terra seja efetivamente produtiva e rentável. Ao integrar crédito, assistência técnica e mercados institucionais, o Estado amplia a capacidade de geração de renda dos agricultores familiares e fortalece suas organizações coletivas. Essa combinação permite que assentamentos rurais, como o Corre Água, superem a lógica de simples distribuição fundiária e se tornem polos de desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e soberania alimentar na Amazônia.

### **1.3 A Política de Reforma Agrária no Brasil e sua Retomada no Contexto Atual**

A retomada da política de reforma agrária no Brasil, especialmente a partir de 2023, representa um momento crucial na história recente do país. Após um período de retração das políticas voltadas à democratização do acesso à terra, marcado por cortes orçamentários, esvaziamento institucional do INCRA e priorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, o novo ciclo de governo resgata o compromisso com o desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. A política de reforma agrária reassume, assim, um papel estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

O fortalecimento do INCRA é um dos pilares dessa retomada. Como órgão executor das ações de reforma agrária no Brasil, o instituto teve sua capacidade técnica e operacional severamente comprometida nos últimos anos. Para reverter esse quadro, foram anunciadas medidas como a realização de concursos públicos para recomposição

do quadro de servidores, muitos dos quais se encontram em situação de aposentadoria iminente. A entrada de novos profissionais busca assegurar maior capacidade de planejamento, execução e acompanhamento das políticas fundiárias, ampliando a presença do Estado nas regiões que mais necessitam de políticas de inclusão produtiva.

A recomposição orçamentária do INCRA também é uma medida essencial nesse contexto. O desmonte orçamentário a que o instituto foi submetido nos últimos governos inviabilizou, na prática, a criação de novos assentamentos e a consolidação dos existentes. Com a recomposição do orçamento, torna-se possível retomar ações como a regularização fundiária, a implantação de infraestrutura básica nos assentamentos e a oferta de serviços públicos essenciais às comunidades rurais. Além disso, os recursos destinados ao crédito de instalação e às demais políticas vinculadas à reforma agrária garantem condições materiais para que as famílias assentadas possam transformar seus lotes em espaços produtivos e sustentáveis.

O Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023, representa um marco na política de reforma agrária ao regulamentar a concessão de créditos de instalação para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com vistas a garantir condições mínimas de permanência das famílias no lote, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo o desenvolvimento sustentável no meio rural (BRASIL, 2023).

A principal inovação está na diversidade de modalidades de crédito oferecidas, que abrangem desde o apoio inicial para instalação das famílias até linhas específicas voltadas ao fomento da produção, segurança hídrica, recuperação ambiental e melhoria habitacional. Essa abordagem integrada evidencia o compromisso do Estado com a fixação do assentado ao lote. A modalidade de apoio inicial prevista é fundamental para assegurar o estabelecimento das famílias no assentamento, permitindo a aquisição de itens básicos, equipamentos produtivos e bens duráveis de uso doméstico. Isso proporciona condições dignas para que os assentados possam iniciar suas atividades produtivas.

O crédito de fomento busca incentivar projetos produtivos voltados à segurança alimentar, geração de trabalho e renda. Essa modalidade é essencial para transformar o lote em um espaço de produção viável economicamente, reduzindo a vulnerabilidade social das famílias assentadas.

O decreto prevê créditos destinados especificamente a mulheres e jovens, reconhecendo o papel estratégico desses grupos na dinamização econômica e na sucessão

rural. Essa inclusão contribui para maior equidade de gênero e gera oportunidades para os jovens permanecerem no campo. O crédito florestal e o de recuperação ambiental são instrumentos relevantes para conciliar produção com conservação ambiental, promovendo práticas sustentáveis no uso da terra e estimulando o manejo adequado das áreas de reserva legal e preservação permanente.

A inclusão do crédito cacau no Decreto reforça o estímulo a sistemas agroflorestais, alinhando-se à realidade amazônica, onde culturas como o cacau têm potencial para geração de renda aliada à preservação ambiental. Essa linha tem o potencial para ser estratégica para os assentamentos amapaenses.

Outra importante linha de financiamento relaciona-se a modalidades habitacional e de reforma habitacional possibilitam a construção e melhoria das moradias das famílias assentadas, reconhecendo que condições adequadas de habitação são indispensáveis à fixação no lote e à melhoria da qualidade de vida.

A concessão de créditos depende da regularidade da família no PNRA e da formalização de títulos de posse, o que fortalece a segurança jurídica do assentado e estimula os investimentos produtivos no lote. O Decreto nº 11.586 reforça a necessidade de assistência técnica e extensão rural (ATER), ao condicionar o acesso ao crédito à apresentação de projetos técnicos. Isso contribui para que os assentados tenham apoio especializado no planejamento e execução de suas atividades. As taxas de juros previstas são simbólicas (0,5% ao ano), o que facilita o acesso ao crédito sem comprometer a capacidade de pagamento das famílias, tornando-se uma política inclusiva e sustentável do ponto de vista econômico, e buscando disciplinar a renegociação de dívidas de créditos de instalação anteriores, o que pode evitar o endividamento crônico das famílias assentadas e criar condições para uma nova fase de investimentos produtivos.

Na prática, essa política funciona como um incentivo direto à permanência da família no campo, ao assegurar os meios necessários para que o lote se torne produtivo, habitável e ambientalmente sustentável. A implementação efetiva do Decreto nº 11.586 no Amapá tem a possibilidade de representar um avanço significativo na consolidação dos assentamentos, que historicamente sofrem com a precariedade da infraestrutura e com a dificuldade de acesso a políticas públicas estruturantes.

O Amapá, apesar de possuir assentamentos próximos aos centros consumidores, como no caso do PA Corre Água, ainda não conseguiu acessar os créditos de instalação

regulamentados pelo Decreto, o que limita a fixação das famílias e o potencial produtivo das áreas.

A ausência do acesso ao crédito no Amapá reflete desafios estruturais relacionados à gestão fundiária, à articulação institucional e à ausência de um planejamento integrado entre órgãos federais e estaduais.

Essa normativa poderá contribuir para superar as dificuldades históricas do Amapá no que se refere à baixa capacidade de infraestrutura dos assentamentos, viabilizando obras como abertura de estradas vicinais, construção de unidades habitacionais e aquisição de equipamentos agrícolas.

A possibilidade de acessar linhas específicas para recuperação ambiental é particularmente importante no contexto amazônico, onde a preservação dos recursos naturais precisa caminhar lado a lado com o desenvolvimento produtivo. O crédito de instalação, conforme previsto no decreto, é uma política indutora do desenvolvimento local, na medida em que gera dinamismo na economia rural, estimula o comércio local e fortalece o mercado regional de insumos e equipamentos.

A execução desses recursos no estado será um passo importante para reduzir os índices de abandono dos lotes, fenômeno que ainda persiste em alguns assentamentos do Amapá devido às condições adversas. O crédito habitacional previsto no decreto também é essencial para melhorar os índices de dignidade e bem-estar das famílias, que muitas vezes residem em moradias precárias e improvisadas.

O Decreto nº 11.586 dialoga com outras políticas nacionais, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), promovendo uma sinergia que reforça a fixação no campo. O foco na juventude e nas mulheres tem potencial de reduzir o êxodo rural e assegurar a continuidade da agricultura familiar, promovendo a sucessão rural e o empoderamento feminino no campo.

Ao garantir segurança hídrica e energética, por meio de linhas específicas, o decreto permite que os assentados superem limitações que historicamente inviabilizaram a permanência no lote.

A efetiva operacionalização do Decreto nº 11.586 no estado depende de vontade política, articulação institucional e do fortalecimento das organizações de produtores

locais, para que os créditos sejam acessados e transformem o potencial produtivo dos assentamentos em realidade.

Além dessas medidas, a retomada da política de reforma agrária exige uma articulação integrada com políticas de desenvolvimento territorial, segurança alimentar, educação no campo e preservação ambiental. O contexto atual é, portanto, uma oportunidade no esforço de transformar o campo brasileiro em espaço de inclusão, produção e dignidade.

#### **1.4 Agricultura Familiar e Mercados Institucionais**

A agricultura familiar no Brasil, mais do que um segmento econômico, representa um valor social e cultural profundamente relacionado à terra e à sustentabilidade, sendo fortalecida a partir da década de 1990 com políticas públicas como o Pronaf, e mais a frente, o PAA e o PNAE. Essas iniciativas, impulsionadas por movimentos sociais, visam garantir justiça social, segurança alimentar e inclusão produtiva por meio da inserção dos agricultores familiares em mercados institucionais, que envolvem compras governamentais diretas, sem licitação, nas esferas municipal, estadual e federal.

O início dos anos 2000 representou um marco na formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil. O lançamento do Programa Fome Zero, em 2003, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inscreveu-se na agenda nacional como um ambicioso esforço intersetorial para garantir o direito humano à alimentação adequada e promover a inclusão social e produtiva dos grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, o Estado brasileiro passou a desenvolver ações articuladas entre segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar, consolidando políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Grisa; Schneider, 2015).

O PAA, criado pela Lei nº 10.696/2003, foi um dos principais instrumentos do Fome Zero para aliar combate à insegurança alimentar e estímulo à produção da agricultura familiar. Seu desenho institucional previa que o governo adquirisse, de forma direta e sem licitação, produtos de pequenos agricultores, destinando-os a estoques públicos e a redes de assistência social (Silva et al., 2014).

A inovação do programa estava na articulação entre geração de renda e segurança alimentar, unindo o fortalecimento de economias locais à promoção do acesso a alimentos saudáveis e de qualidade (Grisa; Porto, 2015). Além disso, o PAA tornou-se um importante mecanismo para dinamizar mercados institucionais e reduzir a ação de atravessadores, com efeitos positivos sobre o preço pago ao produtor.

Já o PNAE, criado originalmente em 1955 como um programa de merenda escolar, considerado, inclusive, como a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do país (Lima et al, 2023). Posteriormente passou por significativa reconfiguração no contexto do Fome Zero, especialmente com a aprovação da Lei nº 11.947/2009. Essa legislação determinou que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para a merenda escolar deveriam ser utilizados na compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Medida que visava estimular a produção local e garantir a inserção econômica de pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que qualificava a alimentação escolar e promovia hábitos alimentares mais saudáveis entre os estudantes da rede pública (Triches; Schneider, 2010).

Tanto o PAA quanto o PNAE, no âmbito do Fome Zero, foram concebidos para superar abordagens meramente assistencialistas e construir uma política alimentar pautada na soberania alimentar e na valorização dos sistemas produtivos locais (Belik; Chaim, 2002). O PAA buscava criar mercados para produtos da agricultura familiar, enquanto o PNAE pretendia transformar o ato da alimentação escolar em uma estratégia integrada de educação nutricional, estímulo à produção local e dinamização econômica dos territórios (Rocha; Burlandy, 2014).

As duas políticas reforçaram o papel do Estado como indutor do desenvolvimento rural sustentável e da inclusão social, especialmente em regiões como a Amazônia, onde a agricultura familiar constitui a base da economia de muitas comunidades (Schneider et al., 2016). Além disso, ambas dialogaram diretamente com o conceito de segurança alimentar e nutricional, definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – Lei nº 11.346/2006 – como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

## **1.5 Políticas públicas para o campo: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

O PAA, instituído pelo governo brasileiro em 2003, é uma política pública que visa promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Agricultura, o PAA foi regulamentado pela Lei nº 10.696/2003 e integra o conjunto de ações do Programa Fome Zero.

O Programa tem como foco a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares e a destinação desses alimentos para populações em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o programa cumpre uma dupla função: apoiar a comercialização da produção familiar e combater a fome, garantindo o acesso a alimentos de qualidade.

O PAA opera por meio de modalidades como Compra Direta, Doação Simultânea, Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional. Essas modalidades permitem a articulação da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional (SAN), promovendo a comercialização dos produtos dos agricultores familiares e garantindo renda para esses trabalhadores.

Uma das inovações significativas foi a modalidade de Compra Institucional, que permite a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar por estados, municípios e órgãos federais, com dispensa de licitação. Essa modalidade amplia as possibilidades de mercado e incentiva a criação de mecanismos de compras públicas locais, fortalecendo os agricultores familiares e organizações coletivas, como cooperativas e associações (Paulino; Ribeiro; Souza, 2019).

Os Projetos de Assentamentos Rurais (PAR) enfrentam desafios significativos na comercialização de sua produção agrícola, principalmente devido a barreiras como infraestrutura inadequada e dificuldades de acesso a mercados. Nesse cenário, o PAA desempenha um papel estratégico ao garantir a compra direta da produção dos agricultores familiares assentados, promovendo a inclusão econômica e produtiva. Estudos realizados em Mirandópolis (SP) destacam que o PAA contribuiu para a diversificação produtiva e a ampliação dos canais de comercialização, proporcionando aumento de renda e melhoria nas condições de vida das famílias assentadas, além de fortalecer a sustentabilidade dos assentamentos (Modenese; Sant'ana, 2019).

Pesquisas indicam que a inserção dos assentados no PAA contribui para a redução da pobreza rural e para o fortalecimento das organizações coletivas, como associações e cooperativas. Essa dinâmica, conforme analisado por Melo e Scopinho (2018), também possibilita a ampliação das oportunidades de negociação e acesso a outros mercados institucionais. Contudo, os autores destacam que as políticas públicas frequentemente não consideram as condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores, resultando em desafios significativos para a efetividade das iniciativas cooperativistas nos assentamentos rurais.

O PAA tem uma relevância social significativa, contribuindo diretamente para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares e das populações beneficiadas. Conforme Silva, Ferreira e Amoedo (2014), o programa não apenas fortalece a agricultura familiar ao garantir a comercialização de sua produção, mas também promove segurança alimentar e nutricional em comunidades vulneráveis. Ao estimular a organização social por meio de associações e cooperativas, o programa fomenta a coesão social e o desenvolvimento de redes de apoio, impactando positivamente a economia local e as condições de vida no meio rural.

Apesar de sua relevância socioeconômica, o PAA enfrenta desafios que comprometem sua eficácia em algumas regiões. Conforme Veloso (2017), cortes orçamentários e problemas operacionais, como atrasos nos pagamentos aos agricultores e falhas logísticas, prejudicam a continuidade do programa. Essas dificuldades impactam diretamente os agricultores familiares, as entidades socioassistenciais e as famílias beneficiárias, limitando o alcance do programa e criando incertezas sobre sua sustentabilidade a longo prazo. Além disso, a falta de articulação com outras políticas públicas agrava esses problemas, restringindo os benefícios que o programa poderia oferecer às populações mais vulneráveis.

### **1.6 O PAA na Amazônia e no Estado do Amapá**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se consolidado como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, especialmente na região Amazônica e no Estado do Amapá. Entre 2003 e 2009, o número de municípios participantes no PAA na Amazônia aumentou consideravelmente, refletindo a crescente adesão ao programa e o interesse das administrações locais em fortalecer suas economias rurais (Cavallari et al., 2015).

Na Amazônia, o PAA assume um papel estratégico não apenas no fortalecimento das economias locais, mas também na valorização dos modos de vida tradicionais e na promoção da soberania alimentar.

A atuação do PAA na Amazônia tem mostrado impactos positivos no fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo por meio da inserção de produtos regionais nos sistemas de abastecimento institucional. Farias et al. (2023) analisaram sua operacionalização no Baixo Amazonas Paraense, destacando desafios e oportunidades para a agricultura familiar e reforçando a necessidade de estratégias integradas para o desenvolvimento rural. E Soares et al. (2022) fez uma abordagem que na região Amazônica, a participação dos municípios nos programas de fomento e fortalecimento da agricultura familiar se concretiza em parte pois alguns municípios da região do baixo Amazonas ainda não desenvolveram nenhuma ação alinhada ao PAA.

Além disso, o PAA contribui para práticas agrícolas sustentáveis e sistemas produtivos que conservam recursos naturais, sendo aliado na redução do desmatamento e da degradação ambiental (Altieri, 2009). No entanto, a efetividade do PAA depende da articulação com outras políticas, como assistência técnica diferenciada, acesso ao crédito e melhorias na infraestrutura logística. É fundamental considerar as especificidades territoriais e as formas locais de organização social para garantir resultados consistentes (Grisa, 2012). Assim, o PAA se consolida como uma política multifuncional, econômica, social e ambiental, capaz de contribuir para uma agenda de desenvolvimento territorial justa, inclusiva e ecológica.

Estudos como o de Segovia (2011) e Lomba et al. (2014) apontam que a expansão da agricultura comercial e de monoculturas no estado, como a soja, agrava tensões territoriais e limita o acesso à terra para pequenos produtores, comprometendo o potencial do PAA. Paralelamente, o PNAE também desempenha papel relevante, mas enfrenta dificuldades de cumprimento da legislação que determina a compra de ao menos 30% de produtos da agricultura familiar (Neves, 2018).

Quaresma (2023) destaca que a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR/AP) ainda carece de maior alinhamento entre suas ações e as demandas reais dos agricultores familiares. A integração entre políticas públicas, o fortalecimento das organizações de produtores e o aprimoramento da logística são apontados como caminhos para ampliar os benefícios do PAA e dos mercados institucionais na economia amapaense.

O PAA no Amapá, apesar de sua relevância, exige avanços na implementação e integração com outras políticas de desenvolvimento sustentável para alcançar maior impacto na agricultura familiar e na segurança alimentar regional.

### **1.7 Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Amapá (2015–2025)**

De acordo com dados fornecidos pelo RURAP, a execução do PAA entre os anos de 2015 e 2017, movimentou mais de R\$ 6,4 milhões no Amapá, com a aquisição de aproximadamente 1,5 milhão de quilos de alimentos, envolvendo 599 agricultores familiares e beneficiando quase 36 mil pessoas em diferentes municípios (AMAPÁ, 2025). Esse período marca uma fase de maior fomento, com destaque para Macapá e Santana, que concentraram os maiores valores e número de beneficiários. Segundo Flexor e Grisa (2016) o potencial do programa em articular a produção familiar às demandas sociais, gera renda no campo e amplia o acesso a alimentos de qualidade.

A partir de 2018, observou-se uma retração significativa dos recursos, que atingiu seu ponto mais crítico em 2019, quando foram investidos apenas R\$ 1,5 milhão, correspondendo a 359 mil quilos de alimentos e ao atendimento de 31 mil pessoas (RURAP, 2025). De acordo com Silva et al (2025), essa redução está relacionada à instabilidade orçamentária e à reestruturação institucional pela qual o programa passou nesse período. Contudo, em 2020 e 2021, com a execução de recursos suplementares em razão da pandemia, houve uma retomada significativa: cerca de R\$ 3,9 milhões foram investidos, resultando na aquisição de quase 950 mil quilos de alimentos e no atendimento de 67 mil pessoas atendidas (RURAP, 2025).

Nos anos mais recentes, especialmente em 2024, o programa atingiu seu maior patamar no período analisado, foram investidos mais de R\$ 10 milhões, garantindo a compra de 1,5 milhão de quilos de alimentos, com a participação de 1.194 agricultores familiares e o atendimento de mais de 111 mil pessoas. Em 2025, até o momento, o programa segue em execução, registrando R\$ 3,1 milhões investidos e aproximadamente 484 mil quilos de alimentos adquiridos, atendendo 38 mil pessoas (RURAP, 2025).

O Quadro 3 evidencia que o PAA no Amapá apresentou um percurso marcado por oscilações entre 2015 e 2025. Após um início vigoroso (2015-2017) e um desempenho expressivo em 2018, o programa sofreu forte retração em 2019. Durante a pandemia (2020-2021), beneficiou-se de recursos adicionais que possibilitaram sua recuperação,

mas voltou a registrar queda em 2023. O auge veio em 2024, com o maior investimento e número de pessoas beneficiadas. Já em 2025, os valores sofreram redução (RURAP, 2025).

Quadro 3: Comparativo da execução do PAA no Amapá (2015–2025).

Período	Recursos Aplicados (R\$)	Alimentos Adquiridos (Kg)	Agricultores Envolvidos	Pessoas Beneficiadas
2015–2017	6.432.500,00	1.555.791,36	599	35.749
2018	4.000.000,00	925.699,42	916	53.534
2019	1.500.000,00	359.668,04	442	31.032
2020–2021 (Pandemia)	3.960.000,00	949.090,33	839	67.996
2021–2022	1.980.000,00	529.575,17	409	47.063
2023	1.320.000,00	204.324,22	346	35.835
2024	10.498.731,85	1.518.496,97	1.194	111.651
2025 (parcial)	3.196.755,08	483.932,61	510	38.784

Fonte: RURAP, 2025.

Esses números refletem a relevância do PAA como instrumento de estímulo à produção local, geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que promove o direito humano à alimentação adequada. Entretanto, o histórico de oscilações financeiras e operacionais evidencia a vulnerabilidade do programa frente às mudanças políticas e econômicas, fator que pode limitar sua efetividade em determinadas regiões (Grisa; Schneider, 2015).

O Quadro 4, a seguir, apresenta os quatro municípios amapaenses com maior destaque na execução do PAA entre 2015 e 2025, evidenciando o papel central de Macapá, que concentra a maior parte dos recursos destinados ao programa. Esse protagonismo decorre não apenas de sua maior densidade populacional, mas também de sua infraestrutura logística mais robusta e da presença de organizações de agricultores familiares mais consolidadas (RURAP, 2025).

Quadro 4: Municípios com Maior Volume de Recursos do PAA (2015–2025)

Município	Total (R\$)	Peso (t)
Macapá	7.122.969	1.352,727
Porto Grande	3.910.216	878,9643
Laranjal do Jari	3.660.632	604,9407
Santana	2.398.260	352,5877
Oiapoque	1.298.397	287,9662

Fonte: RURAP, 2025

Os dados apontam que, em todos os períodos, Macapá recebeu valores mais elevados em comparação aos demais municípios. Em 2024, por exemplo, o programa atingiu seu melhor desempenho histórico no estado, movimentando mais de R\$ 10 milhões. Desse total, aproximadamente R\$ 1,7 milhão foi aplicado apenas em Macapá, resultando na aquisição de mais de 255 mil quilos de alimentos e beneficiando cerca de 30 mil pessoas. Mesmo em 2025, com dados ainda parciais, Macapá manteve a liderança na aplicação dos recursos, com mais de R\$ 550 mil, enquanto vários municípios registraram valores inferiores a R\$ 120 mil. Esse resultado indica que a capital desempenha um papel estratégico não apenas como espaço de escoamento da produção da agricultura familiar, mas também como centro de impacto social, garantindo o atendimento de milhares de pessoas (RURAP, 2025).

No período de 2015 e 2025 conforme quadro 4, os cinco principais municípios beneficiados foram Macapá, Porto Grande, Laranjal do Jari, Santana e Oiapoque, que juntos concentraram a maior parte dos valores investidos e do peso de alimentos adquiridos. Macapá, como polo logístico e centro urbano mais populoso, destacou-se com o maior volume financeiro, superando os R\$ 7,1 milhões e recebendo mais de 1,07 mil toneladas de produtos. Em seguida, Porto Grande e Laranjal do Jari apresentaram forte participação, com entregas que ultrapassaram 900 toneladas e 670 toneladas, respectivamente, além de valores superiores a R\$ 3,6 milhões cada um, refletindo a relevância da agricultura familiar local. Já Santana e Oiapoque também tiveram papel expressivo, com aproximadamente 350 toneladas e 287 toneladas de alimentos entregues, reforçando a abrangência territorial do PAA e sua importância para a segurança alimentar, o fortalecimento da produção rural e a circulação de renda no estado (RURAP, 2025).

### **1.8 O PAA no município de Macapá e o caso do Assentamento Corre Água**

Em Macapá, um exemplo destacado de impacto do PAA está relacionado às comunidades rurais como a Vila Ressaca da Pedreira. Estudos mostram que cerca de 67,7% das famílias agrícolas da região foram beneficiadas pelo programa, o que fortaleceu a economia local e melhorou a qualidade de vida de muitos agricultores (Saraiva; Borges, 2021). No entanto, desafios como a burocracia no acesso ao programa e a precariedade da infraestrutura rural ainda limitam a plena participação dos agricultores. O PAA, nesse contexto, poderia ser ampliado e adaptado às especificidades regionais para alcançar um maior número de beneficiários e garantir maior efetividade em seus resultados (Saraiva; Borges, 2021).

Apesar de seus avanços, o PAA em Macapá ainda enfrenta obstáculos relacionados à articulação interinstitucional e à falta de recursos financeiros consistentes. Muitos agricultores familiares, especialmente os mais isolados, têm dificuldade em acessar o programa devido à ausência de políticas complementares de extensão rural e capacitação. Por outro lado, o programa já demonstrou seu potencial ao proporcionar segurança alimentar e fomentar a economia local, especialmente em comunidades periféricas. Assim, o fortalecimento do PAA em Macapá requer um planejamento mais integrado, com foco na inclusão produtiva e na construção de parcerias entre governo e associações de produtores (Lomba et al., 2014).

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Macapá tem o potencial para fortalecer a agricultura familiar, especialmente em áreas como o Assentamento Corre Água. Esse programa visa promover a inclusão social e o desenvolvimento local ao adquirir produtos diretamente dos agricultores familiares, destinando-os a pessoas em situação de insegurança alimentar.

No Assentamento Corre Água, localizado na zona rural de Macapá, o PAA pode proporcionar uma fonte estável de renda para os produtores. Contudo, desafios persistem, como a necessidade de infraestrutura adequada e assistência técnica contínua. A ausência de estradas em boas condições e equipamentos de armazenamento compromete a eficiência na entrega dos produtos, dificultando a plena participação dos agricultores no programa.

Além disso, a falta de organização coletiva entre os produtores do Corre Água limita a capacidade de atender às demandas do PAA de forma consistente. A formação de cooperativas ou associações poderia facilitar a negociação de melhores condições e a implementação de práticas agrícolas mais eficientes.

A logística de escoamento da produção também é um entrave significativo. A precariedade das vias de acesso ao assentamento dificulta o transporte dos alimentos até os pontos de distribuição, impactando negativamente a qualidade e a pontualidade das entregas.

Para superar esses desafios, é essencial uma atuação mais integrada entre as instituições governamentais, como a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando alinhar as políticas públicas às necessidades reais dos agricultores. Investimentos em infraestrutura,

capacitação técnica e fortalecimento das organizações de produtores são fundamentais para potencializar os benefícios do PAA no Assentamento Corre Água (Filocreão; Silva, 2016).

## **CAPÍTULO 2**

### **ABORDAGEM METODOLÓGICA E CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO RURAL CORRE ÁGUA**

#### **2.1 Tipo e abordagem da pesquisa**

A presente pesquisa foi conduzida com base em critérios científicos rigorosos e abordagens metodológicas coerentes com os objetivos do estudo. A classificação da pesquisa leva em consideração quatro aspectos fundamentais: os objetivos, a abordagem metodológica, a natureza da investigação e as estratégias empregadas, conforme propõem Silva e Menezes (2001).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva e explicativa. O caráter descritivo refere-se ao mapeamento, caracterização e compreensão das particularidades de determinado fenômeno ou população, permitindo a identificação de padrões, comportamentos ou relações entre variáveis. Já o caráter explicativo está relacionado à busca por compreender as causas, influências ou mecanismos que sustentam o fenômeno investigado, contribuindo para a formulação de hipóteses e teorias (Gil, 2010).

#### **2.2 Delineamento da pesquisa**

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que visa gerar conhecimentos voltados à resolução de problemas concretos, de interesse local e contextualizado, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas, programas ou práticas que possam ser adotadas em contextos semelhantes (Prodanov; Freitas, 2013).

No que se refere à abordagem metodológica, a pesquisa adotou uma estratégia mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, de forma complementar. A abordagem qualitativa foi empregada para compreender as percepções, motivações e experiências dos sujeitos envolvidos, permitindo uma análise aprofundada do contexto e das dimensões subjetivas do fenômeno estudado. Conforme Minayo (2014), foram utilizados recursos como entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo para captar os significados atribuídos pelos participantes.

A abordagem quantitativa, por sua vez, foi utilizada para mensurar dados objetivos e possibilitar análises estatísticas que revelem tendências, correlações e frequências. Foram aplicados questionários estruturados com perguntas fechadas, tratados por meio de softwares como o Excel. A amostragem foi não probabilística por critérios de inclusão e exclusão, abrangendo participantes maiores de idade (entre 18 e 80 anos), civilmente capazes, conforme o Código Civil Brasileiro.

### **2.3 Técnicas de coleta de dados**

A pesquisa foi realizada a partir de um minucioso levantamento bibliográfico. Já a pesquisa de campo foi conduzida no Projeto de Assentamento Corre Água (PA Corre Água), que possui um total de 97 famílias assentadas. A metodologia adotada seguiu uma abordagem de caráter quantitativo e qualitativo, utilizando como instrumento principal de coleta de dados a aplicação de questionários semiestruturados.

Optou-se por uma amostragem não probabilística por conveniência, contemplando um total de 31 famílias, o que representa aproximadamente 32% do universo pesquisado. A definição da amostra seguiu critérios metodológicos que equilibraram abrangência, representatividade e viabilidade operacional, em consonância com as práticas recomendadas em pesquisas sociais aplicadas no meio rural (Gil, 2002; Marconi; Lakatos, 2003). Os fundamentos que justificam o tamanho da amostra foram:

- Percentual expressivo do universo: em estudos com populações pequenas e delimitadas, como em assentamentos rurais, amostras superiores a 25% são consideradas suficientemente robustas para captar as principais características, tendências e percepções do grupo estudado. Com 32% do universo, a amostra oferece segurança para análises descritivas e qualitativas (Marconi; Lakatos, 2003).

- Heterogeneidade reduzida: O assentamento apresenta relativa homogeneidade quanto ao tamanho dos lotes, tempo de ocupação e perfil produtivo das famílias, o que reforça a adequação do tamanho amostral adotado para alcançar os objetivos da pesquisa (Gil, 2002).

- Critério de seleção da amostra: As famílias foram selecionadas por meio de [especifique: amostragem aleatória simples / estratificada / intencional / por conveniência], com vistas a contemplar a diversidade de áreas internas do assentamento e mitigar possíveis vieses. Esse procedimento fortalece a validade das informações obtidas.

- Finalidade da pesquisa: O estudo tem caráter [exploratório e qualitativo / diagnóstico e

descritivo, ajuste ao seu caso], buscando compreender as dinâmicas sociais, produtivas e econômicas das famílias assentadas. Em pesquisas dessa natureza, a ênfase recai na profundidade e consistência do diagnóstico, mais do que na generalização estatística (Bardin, 2010; Yin, 2016).

- Viabilidade e qualidade do trabalho de campo: A opção por 31 famílias também considerou os limites operacionais e logísticos da pesquisa, assegurando condições para entrevistas aprofundadas e coleta de dados com rigor técnico e ético (Marconi; Lakatos, 2003).

Os questionários aplicados foram elaborados de forma a conter perguntas abertas e fechadas, permitindo a obtenção de dados quantitativos e qualitativos. O instrumento utilizado na pesquisa consistiu em um questionário semiestruturado, elaborado com o objetivo de captar informações de natureza socioeconômica, produtiva e comercial das famílias residentes no PA Corre Água, localizado no município de Macapá. A estrutura do questionário foi organizada em quatro blocos temáticos, contemplando tanto questões fechadas, de caráter quantitativo, quanto abertas, que permitiram captar percepções e impressões qualitativas dos entrevistados.

O primeiro bloco, referente à identificação do produtor e da unidade produtiva, visou caracterizar o perfil dos participantes, abordando variáveis como nome, endereço, escolaridade, naturalidade, tempo de residência no estado do Amapá e no assentamento, além do tempo de atuação na atividade agrícola. Essas informações são fundamentais para compreender o histórico migratório, o grau de escolarização e a estabilidade dos agricultores na região.

O segundo bloco, intitulado atividade produtiva, buscou levantar dados sobre a condição fundiária dos produtores, especificando se a terra é própria, arrendada ou ocupada de outra forma, bem como a existência de documentação comprobatória da posse. Também foram coletadas informações relativas à área total da propriedade, residência ou não no local, tipos e quantidades de culturas produzidas, composição da força de trabalho (mão de obra familiar e/ou contratada) e a renda mensal obtida com a atividade agrícola. Este bloco também contemplou a verificação de outras fontes de renda, como benefícios sociais (ex.: Bolsa Família, aposentadoria), além de aspectos relacionados ao uso de máquinas, equipamentos e insumos, indicando se são próprios, alugados ou pertencentes a cooperativas. Ademais, foram incluídas questões sobre o acesso à assistência técnica, participação em cursos de capacitação, envolvimento em associações ou cooperativas e utilização de linhas de crédito rural.

O terceiro bloco tratou da dinâmica de comercialização da produção agrícola, com foco na inserção dos agricultores em programas governamentais, especialmente o PAA. Foram investigados os principais produtos comercializados, os canais de venda utilizados (feiras, mercados, atacarejos, venda direta, comércio formal e governos estadual e municipal), bem como a identificação dos principais clientes e sua representatividade na renda familiar. Este bloco também incluiu perguntas específicas sobre as vantagens percebidas e as dificuldades enfrentadas pelos produtores na comercialização por meio do PAA.

O quarto bloco abordou aspectos de natureza estratégica e perceptiva, buscando compreender a visão dos agricultores sobre o desempenho da atividade produtiva. Foram incluídas perguntas sobre a comparação do atual exercício produtivo em relação ao ano anterior, as expectativas em relação aos anos subsequentes e a intenção de realizar investimentos para ampliação da produção e das vendas. Este bloco também procurou identificar os principais problemas enfrentados pelos produtores e as possíveis soluções apontadas pelos próprios entrevistados.

De modo geral, o questionário foi construído de forma a possibilitar uma compreensão abrangente das condições de produção, dos desafios enfrentados e das perspectivas dos agricultores assentados, contribuindo para a formulação de diagnósticos e propostas de fortalecimento da agricultura familiar na região.

A aplicação dos questionários foi realizada de forma presencial, no próprio assentamento, garantindo que os respondentes pudessem esclarecer eventuais dúvidas e contribuir de maneira mais efetiva com a pesquisa.

#### **2.4 Técnicas de análise de dados**

Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010), com as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a partir das entrevistas com os assentados.

Os dados quantitativos foram tabulados em planilhas e interpretados de forma descritiva, enquanto os qualitativos foram analisados por categorias temáticas, buscando compreender percepções, limitações e potencialidades da agricultura familiar no assentamento.

## **2.5 Aspectos éticos da pesquisa**

Todas as etapas da pesquisa foram conduzidas em conformidade com os princípios éticos previstos nas normas nacionais. A coleta de dados foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O parecer do CEP, solicitando ajustes e documentos adicionais, foi recebido em 19 de agosto de 2025, após um período prolongado sem manifestação do Comitê, solicitando ajustes e anexação de documentos complementares. Diante disso, e considerando a natureza socioeconômica e de baixo risco da pesquisa, optou-se, em conjunto com a orientadora, por dar continuidade às atividades de campo, respeitando os princípios de autonomia, confidencialidade e não maleficência.

Essa decisão fundamentou-se no entendimento de que estudos com dados socioeconômicos, que não envolvem intervenções físicas, psicológicas ou exposição de sujeitos a situações de vulnerabilidade, configuram risco mínimo. Assim, a continuidade da coleta foi respaldada pelos princípios éticos da autonomia, confidencialidade e não maleficência, preservando a integridade dos participantes e assegurando a relevância social e científica do trabalho.

Durante toda a execução da pesquisa, foram garantidos o sigilo das informações, a preservação da identidade dos participantes e o uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Dessa forma, mesmo diante da necessidade posterior de adequações documentais solicitadas pelo CEP, a condução do estudo manteve-se eticamente responsável, equilibrando o respeito às normas regulatórias com a viabilidade da produção científica voltada ao interesse público.

Por fim, todos os dados coletados foram tratados de forma anônima e confidencial, em conformidade com os princípios da privacidade, do sigilo e da proteção de dados pessoais, conforme estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

## **2.6 Uso de Cartografia, Geotecnologias e Dados Espaciais**

A presente pesquisa também incorporou ferramentas e técnicas de cartografia e geoprocessamento como suporte à análise territorial e espacial da área de estudo, visando qualificar e contextualizar as informações socioeconômicas e produtivas obtidas por meio dos questionários aplicados no assentamento PA Corre Água.

Foram utilizadas bases cartográficas oficiais disponibilizadas por instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), que forneceram dados essenciais sobre os limites territoriais do assentamento, infraestrutura, malha viária, cobertura da terra e uso do solo.

Além disso, imagens de satélite da missão Landsat 8 e 9, fornecidas pela plataforma EarthExplorer do USGS e processadas por meio do software QGIS (versão 3.18), foram utilizadas para identificar, visualizar e analisar a cobertura vegetal, a ocupação do território e as alterações na paisagem ao longo do tempo. Também foram integrados dados do Projeto MapBiomass, especialmente para análise da dinâmica de uso e cobertura da terra em séries temporais, com foco em áreas desmatadas, vegetação secundária e áreas agrícolas.

As técnicas de geoprocessamento utilizadas incluíram: Georreferenciamento de mapas e imagens; Delimitação de áreas de interesse (AOI) dentro do assentamento; Sobreposição de camadas temáticas (ex: uso do solo, rede hidrográfica, vias de acesso e unidades produtivas); Criação de mapas temáticos que ilustram a distribuição espacial dos lotes, das atividades produtivas e da infraestrutura local; Cálculo de métricas espaciais como área plantada, distância dos lotes aos centros urbanos e aos pontos de comercialização; Análise temporal da cobertura do solo, com ênfase nos processos de ocupação e transformação da paisagem desde a implantação do assentamento.

Essas análises permitiram compreender a articulação entre os aspectos físicos e geográficos do território e as dinâmicas socioeconômicas das famílias assentadas. Os mapas produzidos subsidiaram tanto o diagnóstico da situação atual quanto a formulação de recomendações voltadas à melhoria da gestão territorial, ao planejamento produtivo e à articulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

O uso de geotecnologias, portanto, configurou-se como uma ferramenta fundamental de apoio à pesquisa, contribuindo para a visualização integrada dos dados qualitativos, quantitativos e espaciais, fortalecendo a capacidade analítica e propositiva do estudo.

## **2.7 Contextualização Territorial do Assentamento Rural Corre Água**

Com base na metodologia apresentada, torna-se essencial compreender o contexto territorial no qual se insere o objeto empírico desta pesquisa.

### ***2.7.1 O Estado do Amapá e a Política Fundiária***

O Estado do Amapá possui 14,3 milhões de hectares, dos quais 72% com algum tipo de proteção legal: áreas protegidas, terras indígenas, territórios quilombolas e área militar. Está situado na porção setentrional leste do país (Silva Junior et al., 2025). No ano de 1986 foi criado o primeiro assentamento rural no Estado: o Projeto de Assentamento do Carnot. O Amapá possui 59 assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA, pelo governo estadual e pela Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari.

No decorrer de quase três décadas a política de assentamentos rurais foi posta em execução, principalmente a partir da transformação do Território Federal em Estado membro da União, em 1988, e da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1992, fatos que provocaram um aumento demográfico acima da média nacional, com o ingresso de migrantes em busca de oportunidades (Porto, 2018).

Parcela significativa desses migrantes tornou-se demandante da política de distribuição de terras, as quais sempre recebeu críticas pelo fato de os assentamentos criados não possuírem infraestrutura capaz de viabilizar as atividades da agricultura familiar, tais como: energia, rodovias e comunicações (Tostes, 2012). Outra questão que se destaca é a distância dos assentamentos rurais até os centros de consumo, o que, em tese, deveria favorecer os assentamentos rurais situados no município de Macapá.

O processo de criação de assentamentos teve início ainda na década de 1980, com o PA Carnot, em Calçoene (1986), expandindo-se de forma significativa nas décadas seguintes. Essa expansão foi marcada tanto pela atuação do INCRA, principal responsável pela implementação da política de reforma agrária no estado, quanto por outros órgãos, como o IMAP (Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá) e o ICMBio, no caso das Reservas Extrativistas (RESEX).

De acordo com os dados do INCRA (2024), sistematizados no Quadro 5, os projetos existentes estão distribuídos em praticamente todos os municípios amapaenses, abrangendo uma área superior a 2,5 milhões de hectares. Esse número corresponde a

aproximadamente 17% de todo o território estadual, que possui 14,28 milhões de hectares.

Quadro 5 - Relação dos Assentamentos Rurais do Estado do Amapá.

Assentamento	Município	Jurisdicção	Área (ha)	Ano de criação	Famílias Assentadas	Taxa de ocupação
PA Carnot	Calçoene	INCRA	72.000	1986	295	96,41
PA Piquiazal	Mazagão	INCRA	26.000	1987	249	38,31
PA Perimetral	Pedra Branca	INCRA	34.000	1987	398	58,53
PAE Maracá	Mazagão	INCRA	569.208	1988	1.996	79,84
RESEX do Rio Cajari	Mazagão	ICMBIO	501.771	1990	1.409	93,93
PA Bom Jesus	Tartarugalzinho	INCRA	33.031	1994	384	85,33
PA Serra do Navio	Serra do Navio	INCRA	25.000	1995	116	46,40
PA Matão do Piaçaca	Santana	INCRA	42.904	1996	533	96,73
PA Cedro	Tartarugalzinho	INCRA	47.970	1996	582	97,00
PA Munguba	Porto Grande	INCRA	32.673	1996	355	54,70
PA Piquiá do Amapá	Amapá	INCRA	3.670	1997	67	100,00
PA Nova Colina	Porto Grande	INCRA	26.643	1997	271	87,70
PA São Benedito do Apore	Tartarugalzinho	INCRA	2.900	1997	50	92,59
PA Manoel Jacinto	Porto Grande	INCRA	16.390	1998	238	88,15
PAE Anauerapucu	Santana	INCRA	37.058	1998	519	100,00
PA Itaubal	Itaubal	INCRA	13.535	1998	159	63,60
PA Nova Vida	Tartarugalzinho	INCRA	9.511	1998	164	88,65
PA Cruzeiro	Amapá	INCRA	5.930	1998	68	70,83
PA Nova Canaã	Porto Grande	INCRA	20.554	1998	337	99,12
PA Pancada do Camipi	Mazagão	INCRA	24.055	1998	398	99,50
PA Cujubim	Pracuúba	INCRA	13.000	1998	180	81,82
PA Governador Janary	Tartarugalzinho	INCRA	11.304	1998	148	74,00
PA Lourenço	Calçoene	INCRA	26.600	1999	244	91,73
PA Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	INCRA	28.000	1999	149	87,65
PA Corre Água	Macapá	INCRA	210.200	2000	99	94,29
PA Pedra Branca	Pedra Branca	INCRA	251.188	2000	299	74,75
PA Casulo Nazaré Mineiro	Laranjal do Jari	Municipal	3.000	2000	95	95,00
PA Mutum	Calçoene	IMAP	7.000	2002	80	88,89
PA Padre Josimo	Macapá	IMAP	352	2002	53	96,36
PA Dra. Mércia	Macapá	IMAP	571	2002	72	98,63
PA Igarapé Grande	Oiapoque	INCRA	3.662	2002	33	45,21
PA Ferreirinha	Ferreira Gomes	INCRA	5.389	2005	120	90,23
PDS Irineu e Felipe	Calçoene	INCRA	10.681	2005	172	80,75
PA Santo Antonio da Pedreira	Macapá	INCRA	736	2006	86	89,58
PAE Durável da Ilha de Curuá	Macapá	IMAP	26.777	2006	1.344	90,57
PAE Durável da Ilha do	Macapá	IMAP	1.946	2006	810	82,99

Marinheiro							
PAE Durável Ilha do Franco	Macapá	IMAP	10.501	2006	389	47,44	
PAE Durável Ilha do Brigue	Macapá	IMAP	2.500	2006	548	72,11	
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	INCRA	2.849	2010	100	100,00	
PAE Barreiro	Mazagão	INCRA	2.113	2010	100	100,00	
PAE Foz do Mazagão Velho	Mazagão	INCRA	13.835	2012	297	99,00	
PAE Sucuriçu	Amapá	INCRA	9.577	2012	130	100,00	
PAE Nossa Senhora da Conceição	Macapá	INCRA	1.065	2013	74	92,50	
PAE Carapanatuba	Macapá	INCRA	3.707	2013	129	64,50	
PAE Igarapé Novo	Itaubal	INCRA	84	2013	35	87,50	
PAE Ilha de Aruas	Vitória do Jari	INCRA	5.607	2014	73	66,36	
PAE Capoeira do Rei	Cutias	INCRA	1.404	2014	16	32,00	
PAE Jacitara	Cutias	INCRA	359	2014	7	28,00	
PAE Terra Grande	Macapá	IMAP	38.731	2014	165	41,25	
PAE Ilha do Faustino	Macapá	IMAP	2.500	2014	13	13,00	
PAE Raimundo Osmar Ribeiro	Macapá	INCRA	307	2015	0	0,00	
PAE Tartarugal Grande	Tartarugalzinho	INCRA	530	2015	33	39,29	
PAE Ipixuna Grande	Itaubal	INCRA	1.714	2015	74	49,33	
PAE Rio Macacoari	Itaubal	INCRA	2.154	2015	52	52,00	
RTRQTQ Conceição do Macacoari	Macapá	INCRA	8.475,4710	2018	10	16,67	
RTRQ TQ Mel Da Pedreira	Macapá	INCRA	2.629,0532	2018	13	21,67	
RTRQ TQ São Raimundo do Pirativa	Macapá/Santana	INCRA	23,4184	2018	11	36,67	
RTRQ TQ do Rosa	Macapá	INCRA	4.984,48	2018	-	-	
PA Altamir Mineiro Rezende Vale Do Ariramba	Tartarugalzinho	INCRA	9.623,37	2024	-	-	

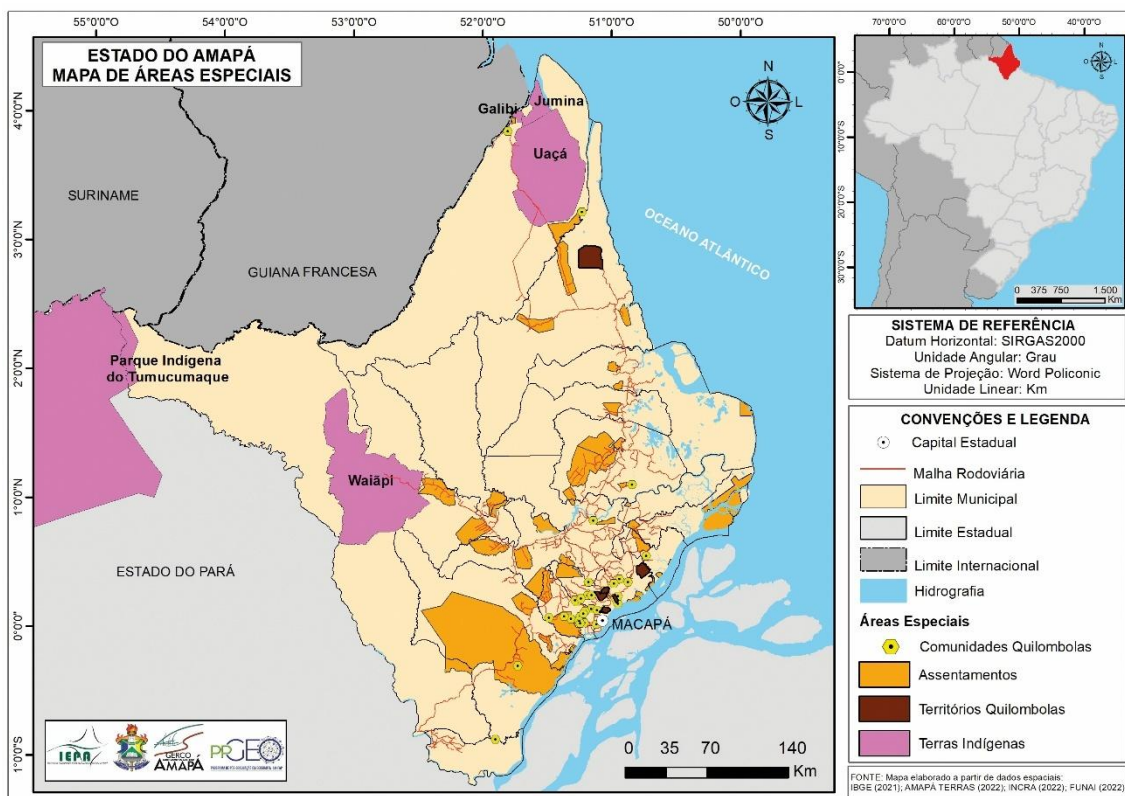
Fonte: INCRA (2024).

A análise do Quadro 5 revela grande diversidade de áreas e modalidades de assentamentos. Projetos como o PAE Maracá (569.208 ha) e a RESEX do Rio Cajari (501.771 ha) destacam-se pelo porte territorial, configurando-se como os maiores assentamentos do estado. Em contrapartida, há projetos de menor escala, como o PAE Igarapé Novo (84 ha) ou o PA Padre Josimo (352 ha). Outro aspecto relevante é a

dimensão social da política fundiária, os dados constantes no quadro evidenciam que milhares de famílias foram assentadas ao longo das últimas décadas. Alguns projetos, como o PAE Durável da Ilha de Curuá, em Macapá, concentram mais de 1.300 famílias, enquanto outros, a exemplo do PAE Jacitara, em Cutias, registram apenas 7 famílias assentadas.

A Figura 1 demonstra especialmente a distribuição dos assentamentos no Amapá, em que grande parte deles se concentra na região centro-sul do estado, especialmente nos municípios de Macapá, Mazagão, Porto Grande e Tartarugalzinho. No entanto, também se identificam assentamentos expressivos no norte (Oiapoque e Calçoene) e no extremo sul (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), revelando que a política fundiária se estendeu por praticamente todas as regiões.

Figura 1: Assentamentos no estado do Amapá.



Fonte: Silva Junior et al. (2025).

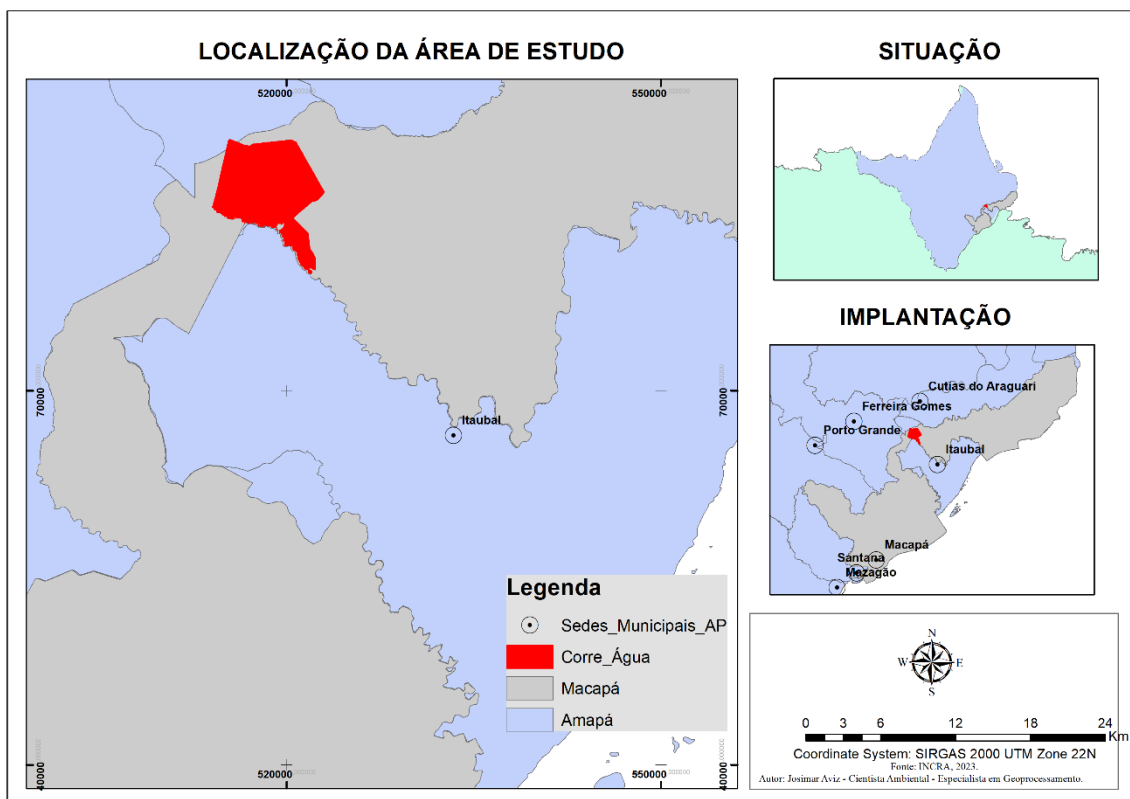
O mapa evidencia ainda a importância estratégica dos assentamentos próximos aos eixos rodoviários e hidrográficos e reforça que a política fundiária no Amapá está intimamente ligada não apenas à democratização da terra, mas também às condições geográficas e de infraestrutura que moldam a dinâmica do desenvolvimento rural no estado.

### 2.7.2 O município de Macapá no contexto da reforma agrária

O município de Macapá, capital do Estado do Amapá, possui uma área de 640.852 hectares e aproximadamente 500 mil habitantes. Somente no ano de 2000 foi criado o primeiro assentamento rural no município, marcando um marco na expansão da política fundiária para a região metropolitana da capital. Posteriormente, em 2018, ocorreu o reconhecimento de quatro territórios quilombolas, situados entre Macapá e Santana, como beneficiários das políticas de reforma agrária, ampliando o alcance dessas ações voltadas à democratização do acesso à terra.

Entre os projetos criados, destaca-se o Assentamento Rural Corre Água, objeto central desta pesquisa, cuja localização pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2: Localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O município de Macapá concentra uma das maiores extensões territoriais destinadas a assentamentos rurais no Amapá, totalizando 318.854 hectares de área distribuída entre diferentes modalidades de projetos de assentamento (INCRA, 2024). Esse número representa aproximadamente 2,2% do território estadual, estimado em 14.225.388 hectares (quatorze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e oito hectares). Quando comparado à área territorial do próprio município, de 640.852 hectares, observa-se que os assentamentos ocupam cerca de 49,7% do território de

Macapá, evidenciando a relevância da política fundiária para a configuração espacial e socioeconômica da capital amapaense.

Os dados do Quadro 6 revelam que, em Macapá, encontram-se assentamentos de grande porte, como o PA Corre Água, com 210.200 hectares e 99 famílias assentadas, resultando em uma média de mais de 2.000 hectares por família, e o PAE Terra Grande, com 38.731 hectares destinados a 165 famílias. Em contrapartida, há projetos de menor escala, como o PA Padre Josimo (352 ha/53 famílias) e o PA Dra. Mércia (571 ha/72 famílias), que evidenciam lotes reduzidos, voltados a uma lógica mais intensiva de produção agrícola.

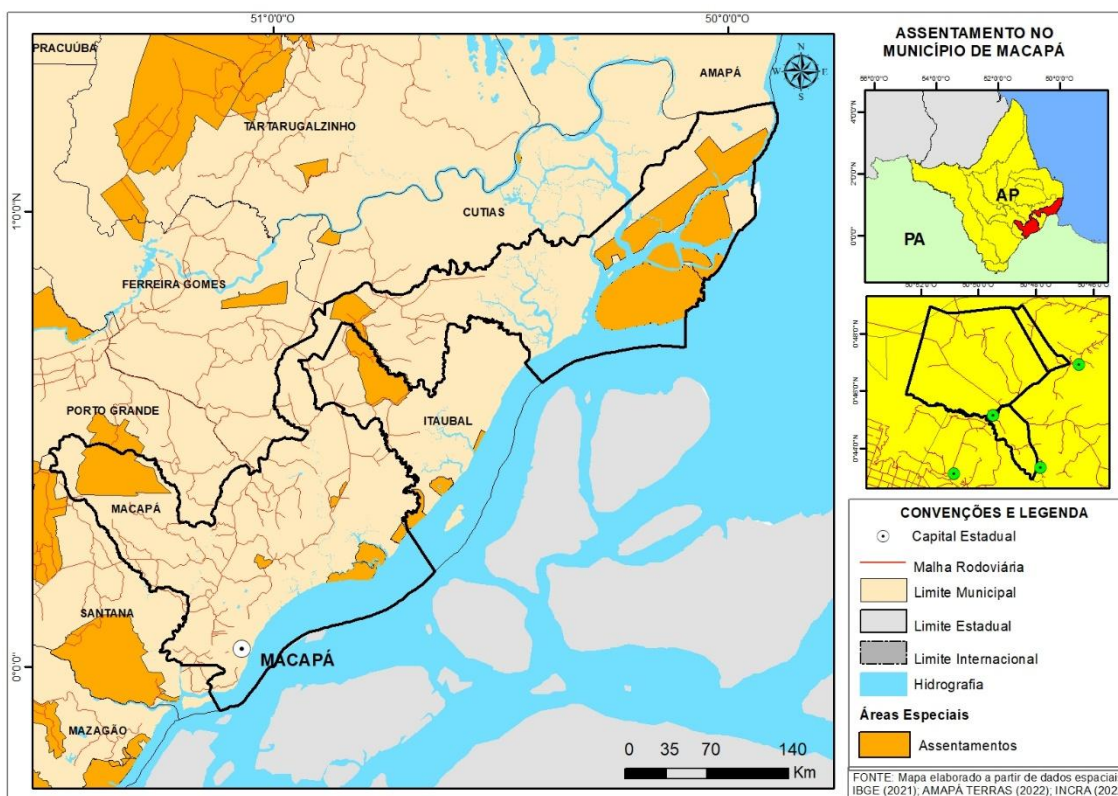
Quadro 6 - Relação dos Assentamentos Rurais do Município de Macapá.

Assentamento	Município	Jurisdição	Área (ha)	Ano de criação	Famílias Assentadas
PA Corre Água	Macapá	INCRA	210.200	2000	99
PA Padre Josimo	Macapá	IMAP	352	2002	53
PA Dra. Mércia	Macapá	IMAP	571	2002	72
PA Santo Antonio da Pedreira	Macapá	INCRA	736	2006	86
PAE Durável da Ilha de Curuá	Macapá	IMAP	26.777	2006	1.344
PAE Durável da Ilha do Marinheiro	Macapá	IMAP	1.946	2006	810
PAE Durável Ilha do Franco	Macapá	IMAP	10.501	2006	389
PAE Durável Ilha do Brigue	Macapá	IMAP	2.500	2006	548
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	INCRA	2.849	2010	100
PAE Nossa Senhora da Conceição	Macapá	INCRA	1.065	2013	74
PAE Carapanatuba	Macapá	INCRA	3.707	2013	129
PAE Terra Grande	Macapá	IMAP	38.731	2014	165
PAE Ilha do Faustino	Macapá	IMAP	2.500	2014	13
PAE Raimundo Osmar Ribeiro	Macapá	INCRA	307	2015	77
RTRQTQ Conceição Do Macacoari	Macapá	INCRA	8.475	2018	10
RTRQ TQ Mel Da Pedreira	Macapá	INCRA	2.629,05	2018	13
RTRQ TQ São Raimundo Do Pirativa	Macapá/Santana	INCRA	23,41	2018	11
RTRQ TQ Do Rosa	Macapá	INCRA	4.984,48	2018	-
Total			318.854	-	3.993

Fonte: INCRA (2024).

A Figura 3 espacializa os assentamentos de Macapá, sendo possível observar que muitos projetos estão distribuídos ao longo das áreas ribeirinhas e ilhas próximas à foz do rio Amazonas, como os PAEs Duráveis (Curuá, Marinheiro, Franco e Brigue), configurando núcleos agroextrativistas que se integram à dinâmica das comunidades tradicionais. Outros assentamentos, como o PA Corre Água e o PAE Terra Grande, situam-se em áreas de maior porte territorial, próximas a ramais e eixos de circulação terrestre.

Figura 3: Assentamentos no município de Macapá.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O mapa evidencia a área delimitada do assentamento em relação ao território municipal, permitindo visualizar seus limites geográficos e a inserção espacial da área de estudo, destacando a posição estratégica do assentamento em meio à malha territorial de Macapá, evidenciando sua abrangência e a relação com o entorno imediato.

### 2.7.3 *O Assentamento Corre Água: histórico, perfil socioeconômico e produtivo*

O Projeto de Assentamento (PA) Corre Água foi instituído no ano de 2000, no âmbito das políticas públicas federais de reforma agrária, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua criação integra um conjunto de ações voltadas à redistribuição de terras e à promoção da agricultura familiar, buscando assegurar a inclusão social, produtiva e econômica de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O PA Corre Água está situado na região sudeste do Estado do Amapá, ao norte do município de Macapá. Seus limites geográficos são definidos pelo rio Piririm, nas direções sudoeste, sul e sudeste; pelo ramal Ponta Grossa, ao sudeste; pela rodovia estadual AP-070, ao leste e nordeste; pelo igarapé Vai-Quem-Quer, ao nordeste; e por linhas secas nas direções norte, noroeste, oeste e sudoeste. O PA consiste em dois ramais




principais, denominados de Ramal do Juncal e Ramal do Raposo e alguns ramais secundários.

O acesso ao assentamento pode ser realizado por diferentes rotas. Saindo de Macapá, uma das opções é pela rodovia BR-156 até o quilômetro 54, seguindo posteriormente pela rodovia AP-070 por mais 47 km, totalizando uma distância de aproximadamente 101 km até o PA Corre Água. Outra alternativa é o trajeto exclusivamente pela rodovia AP-070, percorrendo cerca de 93 km. Ambos os trajetos, tanto pela rodovia federal quanto pela estadual, são asfaltados. O assentamento também pode ser acessado por via fluvial, partindo de Macapá pelo Canal Norte do rio Amazonas, seguindo pelo rio Jupati e, por fim, pelo rio Piririm, com um percurso total de aproximadamente 98 km (Marini, 2014).

O assentamento se insere em uma região de importância estratégica pela proximidade dos mercados consumidores dos municípios de Cutias do Araguari, localizado a cerca de 47 km, e de Itaubal, a aproximadamente 33 km, ambos acessíveis por via terrestre (Figura 4). A localização favorece, em parte, o escoamento da produção agrícola, embora haja limitações decorrentes das precárias condições da infraestrutura viária.

Figura 4: Ilustração da relativa proximidade dos principais mercados consumidores em relação ao PA Corre Água.



AP 70		Distância dos Centros Consumidores	
Sedes Municipais		Cutias do Araguari - 47 Km	Fontes: IBGE, INCRA, ( 2025)
PA Corre Água		Itaubal - 33 Km	
		Macapá - 101 Km	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

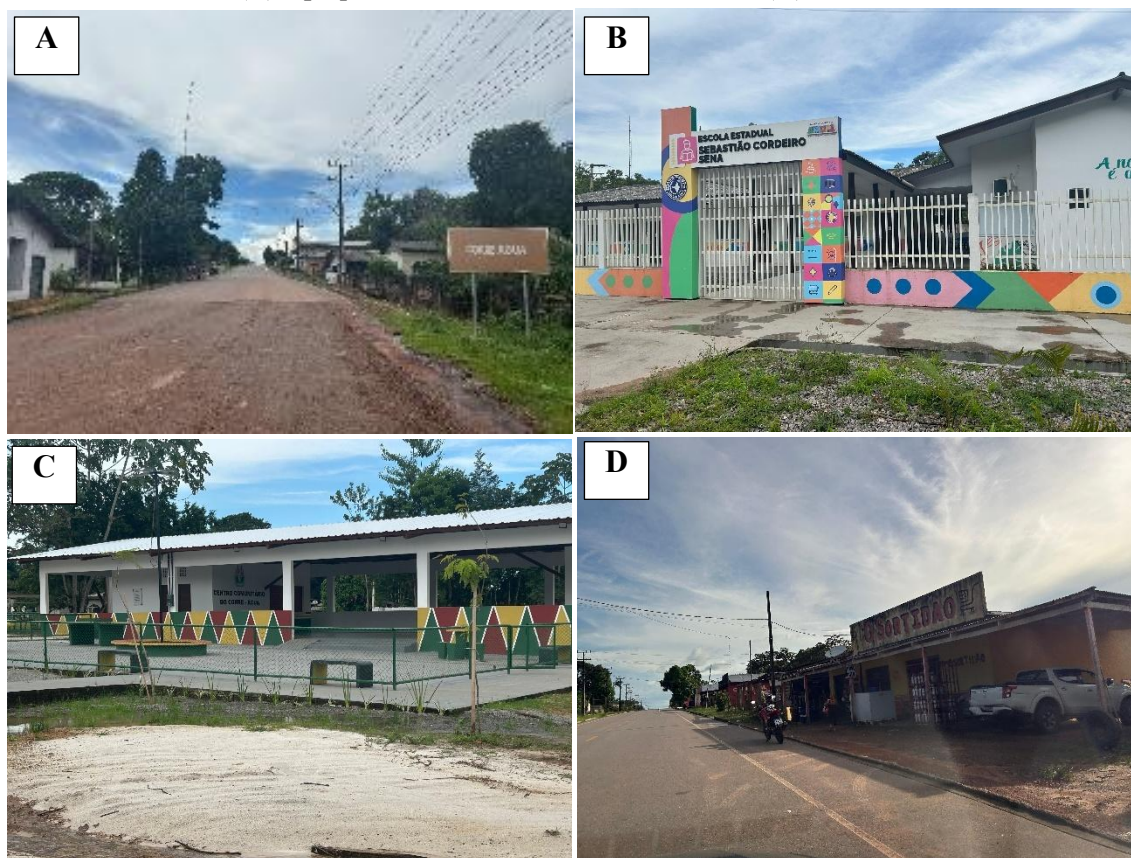
O perímetro do assentamento corresponde a uma área total de 210.200 hectares, originalmente planejada para contemplar até 105 famílias beneficiárias. Segundo dados

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atualmente encontram-se 97 famílias efetivamente assentadas, o que representa 92% de ocupação da capacidade prevista. A estrutura fundiária é organizada sob a lógica da agricultura familiar, com lotes individualizados destinados à produção agropecuária de base familiar.

De acordo com Marini (2014), o PA Corre Água surgiu a partir da ocupação de agricultores das ilhas do Marajó, que migraram para a região do Pacuí no início do século XX, atraídos pela possibilidade de praticar agricultura em terras não alagadas. A expansão se intensificou nas décadas de 1960 e 1970 com a abertura da rodovia AP-070, formando núcleos comunitários como Inajá, Ponta Grossa e Vai-Quem-Quer. Apesar das limitações dos solos, a agricultura de subsistência sustentou a manutenção dos moradores na região. A falta de infraestrutura e regularização fundiária levou esses habitantes a solicitarem ao INCRA a criação do assentamento, o que foi oficializado em março de 2000.

Por outro lado, a ocupação se dá de forma mais concentrada na agrovila, que configura o núcleo central do assentamento. Segundo Marini (2014), a formação da agrovila do assentamento está diretamente vinculada ao processo histórico de ocupação da região do Pacuí, que deu origem, entre outras comunidades, ao núcleo do Corre Água. Com a criação do PA Corre Água, essa comunidade foi oficialmente reconhecida como agrovila, tornando-se o principal centro de residência dos assentados. Nesse espaço estão concentradas, além das moradias, as principais estruturas de atendimento social, como escola, posto de saúde, centro comunitário, comércios e demais serviços essenciais à população local (Figuras 5 A-D).

Figura 5 A-D - Agrovila Corre Água bem estruturada com via principal asfaltada (A), escola (B), centro comunitário (C) e pequenos estabelecimentos comerciais (D).



Fonte: Autor (2025).

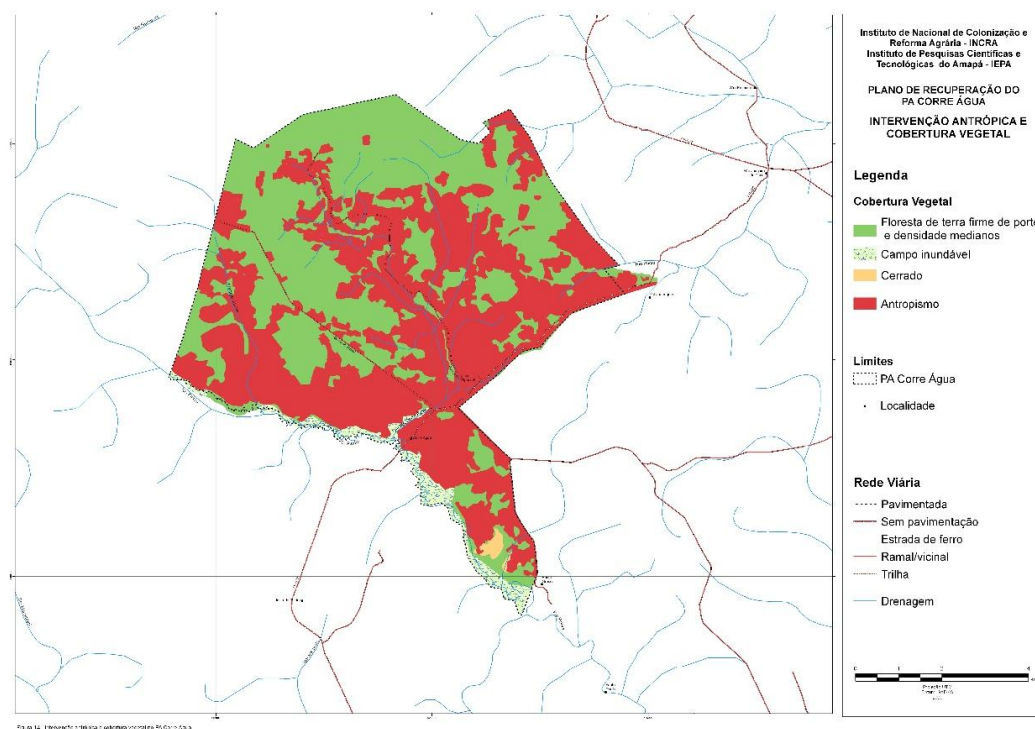
#### ***2.7.4 Identificação e Caracterização Espacial do PA Corre Água***

O Assentamento Corre Água, localizado na região do Pacuí, Amapá, apresenta uma organização espacial marcada por dois macros eixos de ocupação: a Agrovila, que concentra a maioria das residências e estruturas sociais (escola, posto de saúde, centro comunitário), e os ramais internos, onde predominam áreas produtivas com roçados, quintais e residências temporárias. Apesar da organização formal, ainda há necessidade de ampliar a infraestrutura viária interna, principalmente os ramais que conectam zonas ribeirinhas, como Ponta Grossa, Juncal e Sapucaia.

Segundo o IBGE (2012), do ponto de vista ambiental, o assentamento está inserido em uma paisagem originalmente coberta por Floresta Densa de Terra Firme, que, devido à pressão agropecuária, encontra-se hoje fragmentada e substituída em grande parte por formações secundárias (capoeiras). A cobertura vegetal primitiva, composta por espécies como bacaba, jatobá, piquiá, cumaru e matamatás, ainda persiste em alguns fragmentos florestais, mas sua extensão vem sendo reduzida de forma contínua desde a década de 1980, antes mesmo da criação do assentamento.

De acordo com o IEPA, em 2008, mais de 53% da área já havia sido alterada, e apenas nove lotes respeitavam o limite legal de 20% de desmatamento permitido em áreas de floresta (Figura 6).

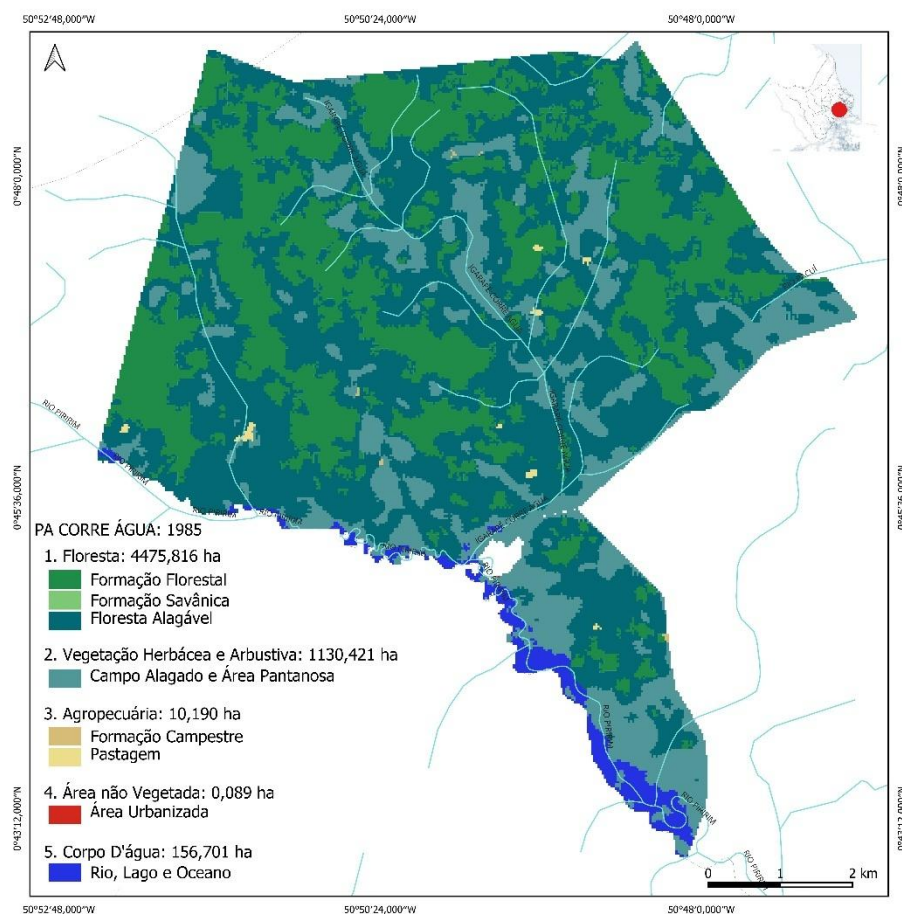
Figura 6 - Antropismo no PA Corre Água.



Fonte: Adaptado de IEPA (2009).

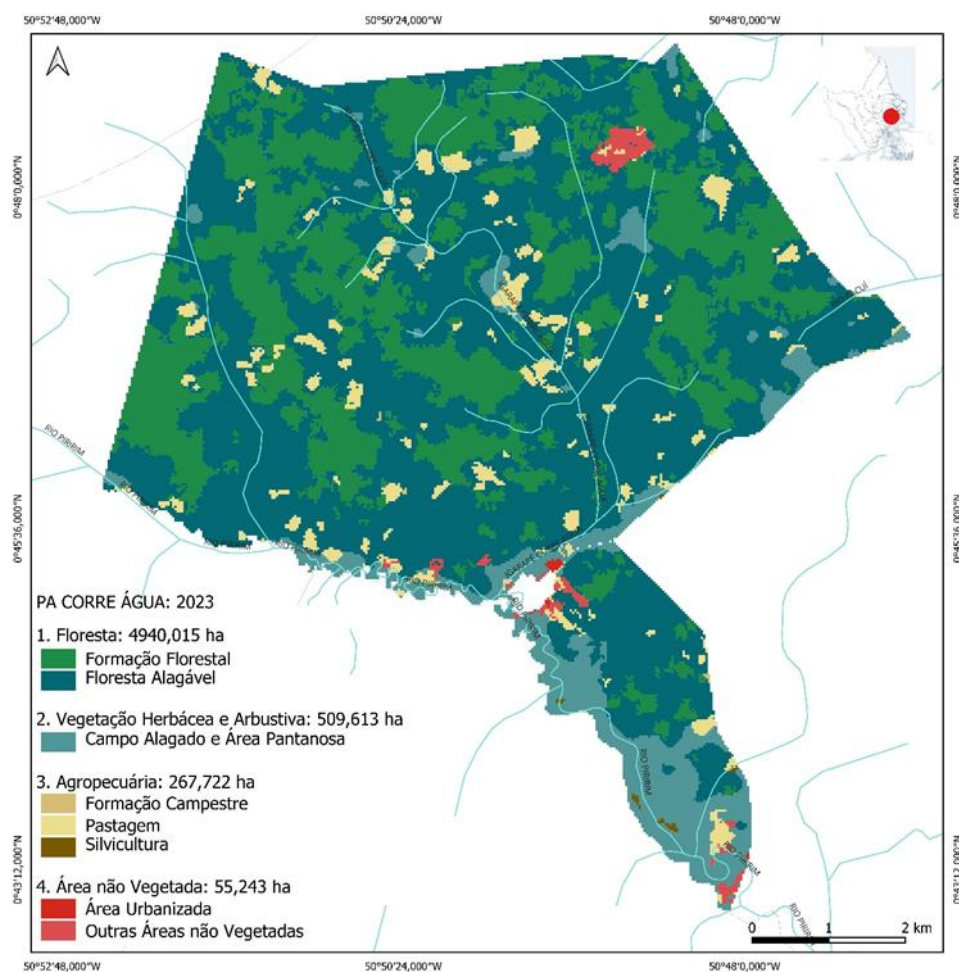
Segundo dados do MapBiomias (2024), a comparação entre os mapas de uso e cobertura da terra da área onde hoje é o PA Corre Água, nos anos de 1985 e 2023, revela transformações significativas na paisagem, fortemente influenciadas pela intensificação do uso do solo para fins agropecuários e urbanização (Figuras 7 e 8). Ainda que os mapas sirvam como instrumento valioso para análise ambiental e planejamento territorial, é importante destacar que as interpretações devem considerar certas limitações técnicas, como a escala cartográfica utilizada (aproximadamente 1:100.000) e a presença de cobertura de nuvens, especialmente nas imagens históricas, que podem comprometer a acurácia da classificação de algumas feições da paisagem, sobretudo áreas úmidas e de vegetação secundária.

Figura 7 - Uso e cobertura do solo no PA Corre Água em 1985.



Fonte: MapBiomas (2024).

Figura 8 - Uso e cobertura do solo no PA Corre Água em 2023.



Fonte: MapBiomias (2024).

Em 1985, a área classificada como floresta somava 4.475,816 hectares, enquanto em 2023 esse número passou para 4.940,015 hectares. Esse aumento pode ser explicado por diversos fatores, como alterações nos critérios metodológicos de classificação da vegetação ao longo do tempo, regeneração natural de áreas anteriormente degradadas e melhoria na qualidade e resolução das imagens mais recentes.

Em contrapartida, a categoria de vegetação herbácea e arbustiva, que inclui campos alagados e áreas pantanosas, apresentou uma redução expressiva, passando de 1.130,421 hectares em 1985, para 509,613 hectares em 2023, o que representa uma diminuição de 620,808 hectares. Tal redução pode decorrer da conversão dessas áreas para uso agropecuário ou do avanço da regeneração natural, fazendo com que formações anteriormente classificadas como herbáceas sejam hoje reconhecidas como florestais.

A categoria de uso agrícola foi a que apresentou o maior aumento absoluto entre os dois períodos analisados. Em 1985, essa classe representava apenas 10,190 hectares,

enquanto em 2023 passou para 267,722 hectares, um acréscimo de 257,532 hectares. Esse dado confirma o avanço expressivo da atividade agropecuária no interior do assentamento ao longo das últimas décadas, associado ao desmatamento, à substituição da vegetação nativa por roçados e pastagens, e à intensificação de práticas agrícolas pouco sustentáveis, como a derrubada e queima da vegetação secundária. Esse processo é coerente com o diagnóstico ambiental da área, que aponta o uso itinerante do solo como padrão predominante e a elevada pressão sobre os recursos naturais disponíveis.

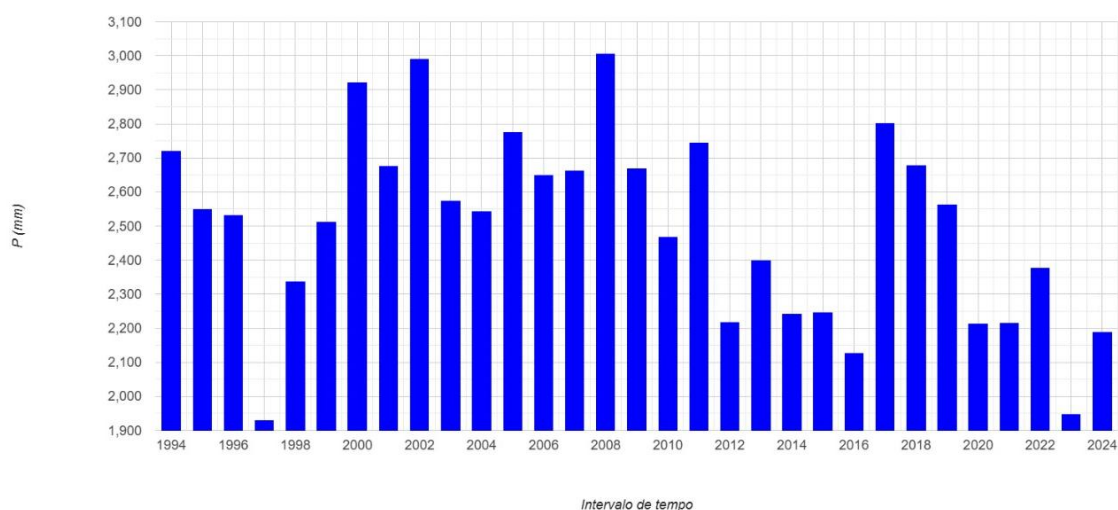
Outro dado que reforça a intensificação da ocupação humana no território do assentamento é o aumento das áreas classificadas como não vegetadas, que inclui áreas urbanizadas e outras superfícies impermeabilizadas. Em 1985, essa categoria abrangia apenas 0,089 hectare, enquanto em 2023 totalizou 55,243 hectares. Esse crescimento está relacionado à consolidação da Agrovila Corre Água, expansão da malha viária interna e outras infraestruturas de uso coletivo ou produtivo. Embora proporcionalmente ainda represente uma fração reduzida da área total do assentamento (6.277 hectares), o aumento é expressivo e indica mudanças relevantes na dinâmica territorial da comunidade.

A análise comparativa da cobertura vegetal do PA Corre Água entre 1985 e 2023 evidencia mudanças substanciais no uso do solo, com aumento das áreas destinadas às atividades agrícolas e urbanização, acompanhadas de uma redução de formações naturais alagadas e possíveis reclassificações de vegetação secundária como floresta.

O clima da região é do tipo Am (Köppen), com uma média anual de precipitação de 2.699 mm, concentrando-se entre dezembro e junho. Esse padrão climático representa uma limitação importante para cultivos agrícolas de ciclo curto e médio, como a mandioca, pois o excesso de chuvas no período de colheita compromete a produtividade. Além disso, os períodos secos (setembro-outubro) são críticos para culturas não adaptadas ao déficit hídrico.

A análise pluviométrica do Assentamento Corre Água foi elaborada a partir da normal climatológica de 31 anos (1994–2024) (Figura 9), permitindo compreender o regime de chuvas local e sua influência sobre as atividades agrícolas e a infraestrutura viária.

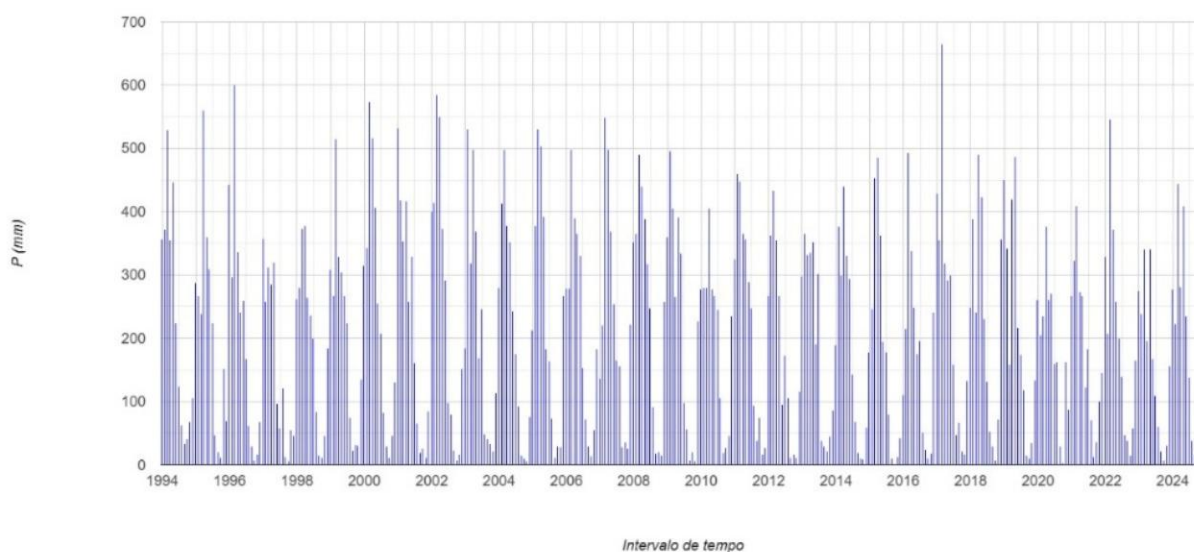
Figura 9 - Precipitação acumulada anual no PA Corre Água, 1994-2024.



Fonte: CHRIPS (2025).

O padrão anual evidencia dois períodos bem definidos: a estação chuvosa, concentrada entre janeiro e junho, com picos superiores a 400 mm/mês, especialmente em março e abril; e a estação menos chuvosa, de julho a dezembro, quando os índices caem gradualmente, chegando a valores abaixo de 100 mm/mês em setembro e outubro. Entre os anos analisados, destacam-se 2002 e 2008 como os mais chuvosos, ultrapassando a média histórica que é de 2.525,7 mm/ano, enquanto 1997 e 2023 apresentaram os menores acumulados, possivelmente relacionados a eventos climáticos de escala regional, como *El Niño* e *La Niña* (Figura 10). Esse comportamento influencia diretamente o calendário agrícola (favorecendo o plantio e o desenvolvimento das culturas na estação úmida), bem como a trafegabilidade das estradas vicinais, que sofrem maior degradação nos períodos de precipitação intensa.

Figura 10 - Precipitação mensal acumulada anual no PA Corre Água, 1994-2024.

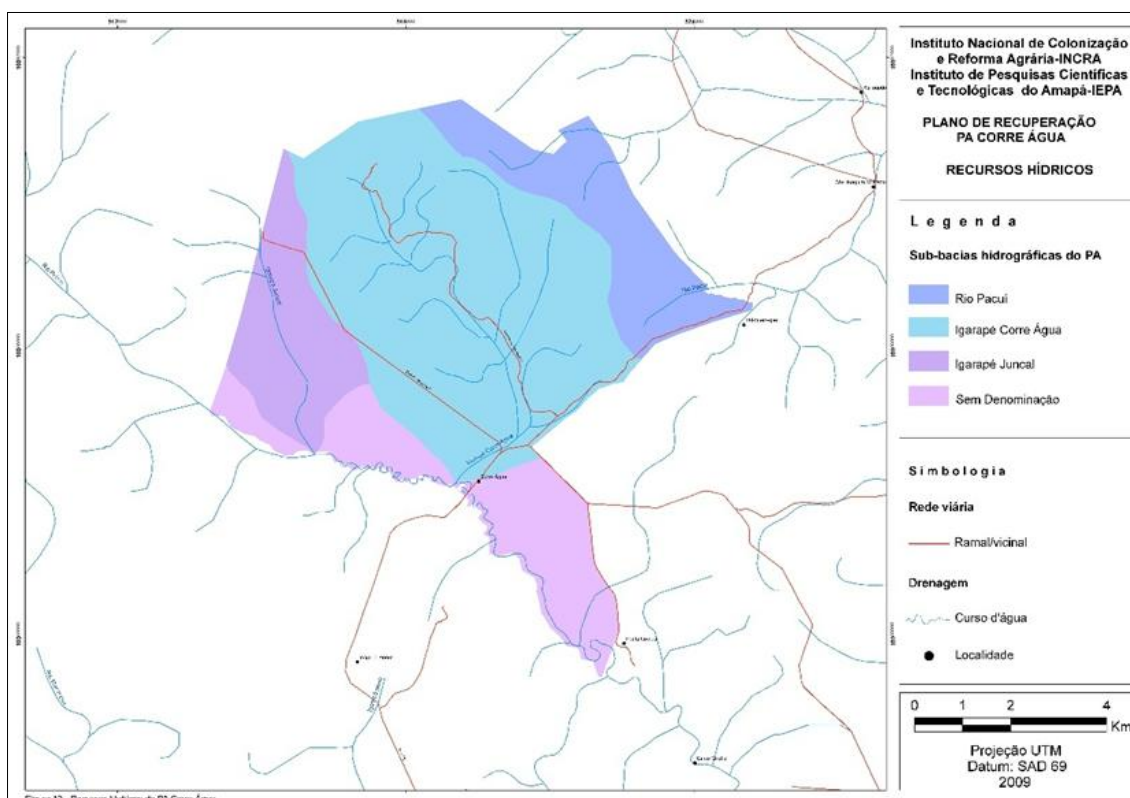


Fonte: CHRIPS (2025).

Os solos predominantes são os Latossolos Amarelos e Gleissolos, associados a depósitos terciários e quaternários. Apresentam baixa fertilidade natural, com teores insuficientes de fósforo e potássio, alta acidez e baixos níveis de matéria orgânica. A textura é arenosa na camada superficial, o que os torna suscetíveis à erosão hídrica, inclusive com ocorrência de voçorocas. Esse quadro agronômico exige práticas corretivas como calagem (média estimada de 2,8 t/ha), adubação orgânica e técnicas de manejo sustentável como a rotação de culturas e cobertura morta.

A drenagem hidrográfica do PA converge para o rio Gurijuba, que deságua no Canal do Norte do Amazonas. As principais sub-bacias internas incluem os igarapés Corre Água, Juncal e o rio Pacuí, sendo o primeiro responsável por mais de 50% da área drenada (Figura 11).

Figura 11 - Bacia Hidrográficas no PA Corre Água.



Fonte: Adaptado de IEPA (2009).

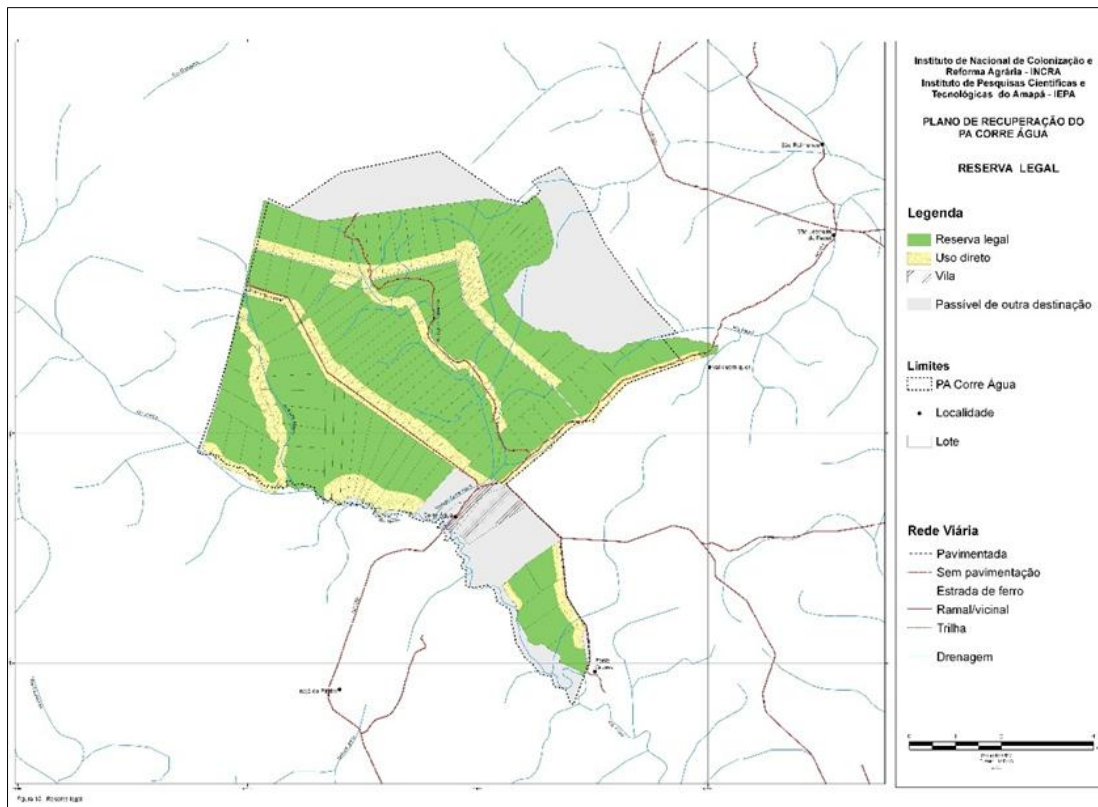
De acordo com dados do IEPA (2009), a fauna do assentamento, embora pouco estudada de forma sistemática, ainda apresenta diversidade relevante devido à presença de fragmentos florestais e capoeiras bem desenvolvidas. Mamíferos como pacas, veados, tatus e felinos (onça-pintada, suçuarana) são reportados por moradores. A avifauna também é rica, com destaque para aves de rapina, jacus e mutuns. Répteis e anfíbios compõem a herpetofauna local, com espécies como iguanas, jiboias, surucucus e matamatás.

Em conformidade com a legislação ambiental vigente, a Reserva Legal (RL) do assentamento foi estabelecida em 80% da área dos lotes individuais, conforme determina o Código Florestal para imóveis situados em áreas de floresta amazônica. No entanto, com a promulgação da Lei Ordinária nº 3.208/2025, que define as diretrizes para a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá, abre-se a possibilidade de redução desse percentual para até 50%, nos termos previstos no próprio Código Florestal. Essa proposta, contudo, ainda se encontra em análise e debate no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amapá (COEMA), aguardando deliberação e aprovação formal.

A instituição do ZEE representa um marco normativo de elevada relevância para o ordenamento territorial e o planejamento do desenvolvimento sustentável no Estado do Amapá, ao buscar conciliar a conservação ambiental com o uso racional do território. Apesar disso, dados de 2008 indicam que 91,59% dos lotes do assentamento apresentavam algum grau de intervenção em suas áreas de Reserva Legal, revelando a necessidade de ações de regularização e recuperação ambiental.

As Áreas de Preservação Permanente (APP), por sua vez, embora de difícil delimitação cartográfica na escala adotada neste estudo, encontram-se legalmente definidas nas margens dos igarapés, nas nascentes e em áreas com declividade acentuada, conforme ilustra a Figura 12.

Figura 12 - Lotes do PA Corre Água e Reserva Legal.



Fonte: Adaptado de IEPA (2009)

A cobertura vegetal secundária, composta por capoeiras em diferentes estágios, representa atualmente a maior parte do uso do solo no assentamento. Embora menos biodiversas que a floresta original, essas formações ainda sustentam práticas agrícolas e fornecem produtos não madeireiros essenciais à subsistência dos assentados.

Em suma, a caracterização ambiental e socioespacial do Assentamento Corre Água revela um território pressionado pela produção agrícola e pelo uso continuado do fogo como técnica de preparo do solo.

### **CAPÍTULO 3**

#### **ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA: RESULTADOS, PERCEPÇÕES E DESAFIOS**

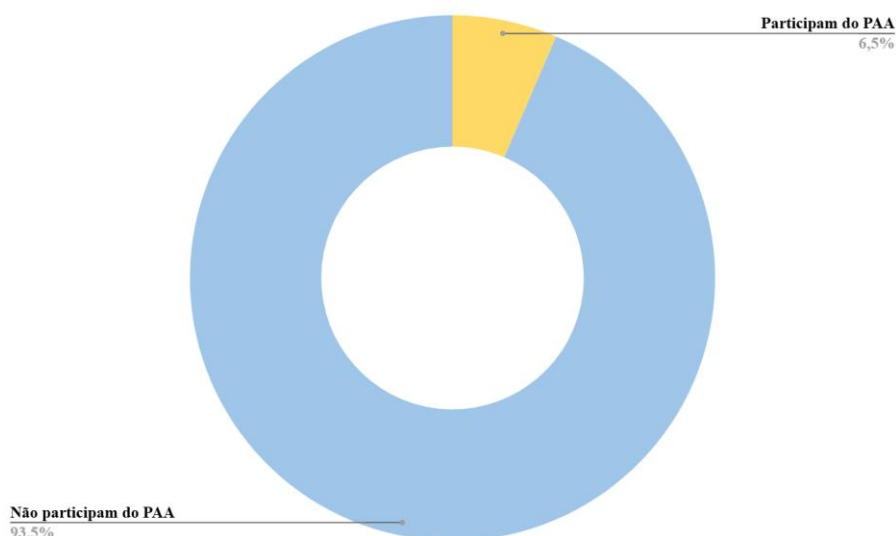
Este capítulo apresenta a análise quali-quantitativa dos dados obtidos por meio da aplicação de formulários junto aos assentados do Projeto de Assentamento Corre Água. As informações foram sistematizadas e serão apresentadas por meio de gráficos e tabelas, com destaque para os percentuais e indicadores mais relevantes em relação aos objetivos da pesquisa.

A discussão dos resultados será orientada pela interface entre os dados empíricos e o referencial teórico, buscando evidenciar as dinâmicas socioeconômicas do assentamento e os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na realidade local.

##### **3.1 Participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

A participação dos agricultores assentados do PA Corre Água no PAA mostra-se relativamente baixa, o que evidencia fragilidades na inserção desses produtores nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Conforme os dados obtidos durante a pesquisa de campo, dos 31 agricultores entrevistados, apenas dois declararam participar do Programa, representando aproximadamente 6,5% do total (Gráfico 2). Esse dado revela que o acesso possivelmente não seja tão amplo. De acordo com relatos dos entrevistados, existem obstáculos que dificultam o acesso e a efetiva utilização do PAA como instrumento de apoio à produção e comercialização no âmbito da agricultura familiar.

Gráfico 2 - Percentual de participação dos assentados do PA Corre Água no PAA.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essa baixa adesão pode ser atribuída a uma série de fatores estruturais e institucionais. Muitos dos assentados enfrentam dificuldades com regularização fundiária e ambiental de seus lotes, o que inviabiliza sua formalização como fornecedores do programa. Sem documentação adequada, esses produtores não conseguem emitir notas fiscais ou atender aos requisitos legais exigidos pelos órgãos que fazem a gestão do PAA.

No caso específico do Corre Água, esse histórico se reflete na ausência de políticas continuadas de fortalecimento da produção, comprometendo o acesso ao PAA. Os agricultores não recebem capacitações regulares e nem assistência técnica permanente, bem como enfrentam dificuldades para se organizar em associações ou cooperativas, o que limita o fornecimento coletivo, modalidade mais utilizada pelo Programa nas regiões mais bem estruturadas do país.

A população residente apresenta características socioeconômicas condizentes com os demais assentamentos da região Norte, marcada por baixos níveis de escolaridade, restrições no acesso a serviços públicos, à assistência técnica rural, ao crédito agrícola e à infraestrutura logística. Essas limitações comprometem a qualidade de vida, e a possibilidade de incremento da produtividade e da inserção plena no mercado.

No entanto, a baixa participação dos assentados do PA Corre Água no PAA não pode ser compreendida isoladamente. Ela está inserida em um contexto histórico de

marginalização dos territórios amazônicos no planejamento nacional das políticas públicas agrícolas.

A implantação de assentamentos rurais na região Norte, especialmente no estado do Amapá, foi marcada por uma lógica de ocupação territorial e não por um projeto consolidado de desenvolvimento rural sustentável. De acordo com Filocreão e Silva (2016) a criação de assentamentos rurais no Amapá, intensificada a partir de 1987, foi marcada por uma lógica de ocupação territorial, sem um projeto consolidado de desenvolvimento rural sustentável. Essa abordagem resultou na criação de projetos com infraestrutura precária, falta de assistência técnica e ausência de políticas públicas eficazes, o que comprometeu a sustentabilidade dos assentamentos e a permanência das famílias no campo.

A situação do PA Corre Água exemplifica os desafios enfrentados pelos assentamentos rurais no Amapá. A falta de planejamento adequado e de políticas públicas eficazes compromete a sustentabilidade desses projetos e a inclusão dos assentados em programas de apoio à agricultura familiar. Para reverter esse cenário, é fundamental desenvolver políticas integradas que considerem as especificidades regionais e promovam o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.

Portanto, a reduzida participação dos assentados no PAA reflete um quadro mais amplo de relativa exclusão produtiva e falta de articulação das políticas públicas voltadas ao campo. O fortalecimento do PAA no Assentamento Corre Água requer a superação de barreiras estruturais, institucionais e técnicas, com a implementação de medidas que promovam o acesso efetivo dos agricultores familiares às oportunidades de comercialização institucional.

### **3.2 Infraestrutura rural e condições de produção**

A infraestrutura rural exerce papel determinante no desenvolvimento produtivo dos assentamentos de reforma agrária, influenciando diretamente a capacidade de produção, o escoamento e a permanência das famílias no campo. No Assentamento Corre Água, as limitações técnicas e estruturais configuram-se como um dos principais entraves ao fortalecimento da agricultura familiar e à efetiva participação dos produtores em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A precariedade das estradas vicinais, a inexistência de sistemas de irrigação e as falhas no fornecimento de energia elétrica comprometem a diversificação produtiva e

inviabilizam o cultivo de hortaliças e frutas, alimentos com grande demanda no PAA. Durante o verão amazônico (junho a novembro), a escassez hídrica torna-se ainda mais severa, limitando as atividades agrícolas que dependem de regularidade no manejo da água. As condições precárias dos ramais, a irregularidade no fornecimento de energia elétrica e a ausência de estruturas adequadas para o armazenamento e beneficiamento da produção impõem obstáculos significativos à inserção dos agricultores nos mercados institucionais.

Um dos aspectos mais críticos refere-se à malha viária que dá acesso ao Corre Água. As estradas vicinais, em sua maioria de chão batido, encontram-se em condições precárias, especialmente durante o período chuvoso, quando se tornam praticamente intransitáveis. Essa situação impede o transporte regular da produção, compromete os prazos de entrega e eleva os custos logísticos para os produtores. Em muitos casos, os alimentos se deterioram antes de chegar ao destino, o que desestimula a participação dos agricultores em programas de aquisição governamentais.

Além das estradas, a insuficiência de estruturas de armazenagem representa uma barreira à consolidação da agricultura familiar. A falta de galpões, silos e câmaras frias limita a capacidade de acondicionamento adequado da produção até o momento da comercialização. Essa carência afeta especialmente os agricultores que cultivam produtos perecíveis, como hortaliças, frutas e raízes, cujos ciclos produtivos exigem escoamento rápido e conservação adequada, elevando o risco de perdas pós-colheita e reduzindo a rentabilidade.

O acesso limitado à energia elétrica e à água também impõe sérias restrições. Embora parte do assentamento seja atendida pela rede elétrica, a oferta é instável, com quedas de tensão e interrupções frequentes. Essa limitação impede a adoção de tecnologias produtivas dependentes de energia, como sistemas de irrigação, beneficiamento e processamento de alimentos. Da mesma forma, a ausência de infraestrutura hídrica limita o potencial produtivo, especialmente em períodos de estiagem, comprometendo o rendimento das lavouras e as condições de vida das famílias.

A precariedade da comunicação agrava as limitações estruturais. A baixa cobertura de telefonia móvel e internet restringe o acesso dos produtores a informações de mercado, assistência técnica remota, programas de capacitação a distância e editais de políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Em um contexto de crescente digitalização

das políticas públicas, essa exclusão tecnológica representa um obstáculo adicional à inclusão produtiva e à organização social dos assentados.

Outro fator limitante é a ausência de equipamentos comunitários para o processamento e beneficiamento da produção. A inexistência de pequenas agroindústrias impede a agregação de valor aos produtos agrícolas, restringindo as possibilidades de diversificação de renda. A instalação de unidades de beneficiamento de mandioca e de polpas de frutas poderia ampliar os mercados acessados pelos agricultores e fortalecer o papel econômico do assentamento na região.

O escoamento da produção depende quase exclusivamente do transporte individual dos produtores, que utilizam veículos próprios, muitas vezes em condições precárias, ou recorrem ao aluguel de caminhões a preços elevados. Essa realidade aumenta os custos de produção e comercialização, reduzindo a competitividade no mercado. Além disso, a ausência de transporte público rural limita a mobilidade dos trabalhadores e o acesso a serviços básicos localizados fora do assentamento, como saúde, educação e assistência técnica.

Do ponto de vista habitacional, muitos assentados ainda vivem em condições inadequadas, com moradias improvisadas ou construídas com materiais de baixa durabilidade. A falta de investimentos estruturantes em habitação rural limita não apenas a qualidade de vida das famílias, mas também sua fixação ao lote, contribuindo para o êxodo rural, especialmente entre os jovens. O acesso a linhas de crédito habitacional e programas como o PNHR poderia reverter esse quadro, mas ainda enfrenta barreiras burocráticas e operacionais no contexto do Amapá.

As deficiências de infraestrutura também comprometem a execução de políticas públicas que exigem logística e regularidade na oferta dos produtos. O PAA, por exemplo, depende de transporte eficiente e armazenamento adequado, condições diretamente impactadas pela precariedade estrutural. Da mesma forma, ações de assistência técnica e extensão rural são dificultadas pela dificuldade de acesso ao assentamento, reduzindo a frequência e a qualidade do atendimento.

O investimento em infraestrutura rural deve ser planejado de forma integrada e articulada às demais políticas de desenvolvimento territorial. Isso requer ações coordenadas entre os diferentes níveis de governo federal, estadual e municipal e a participação das organizações da sociedade civil e dos próprios produtores. A melhoria

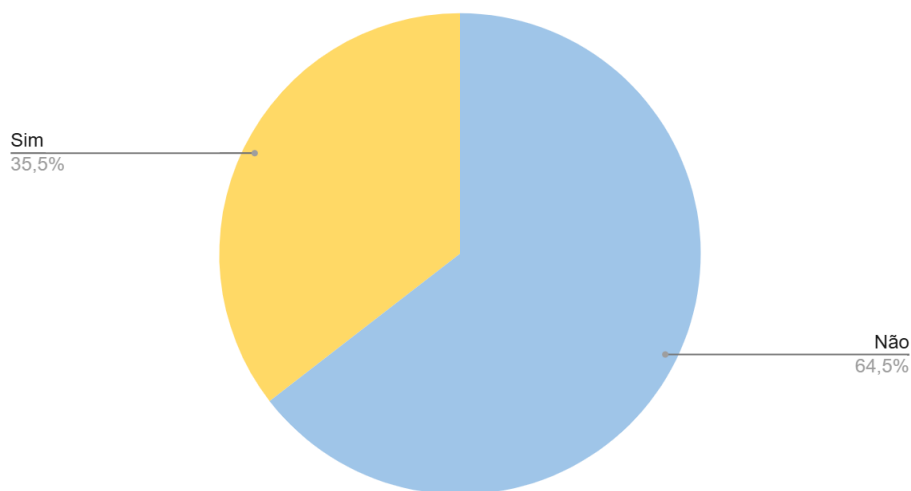
da infraestrutura é condição indispensável para transformar o potencial produtivo do assentamento em um motor de desenvolvimento sustentável, inclusão produtiva e redução das desigualdades sociais no meio rural do Amapá.

Como observado no estudo, muitos assentamentos ainda carecem de infraestrutura básica, como estradas, armazéns, energia, água, insumos agrícolas e serviços sociais essenciais (escolas e unidades de saúde). Essa deficiência estrutural compromete a produção agrícola, o acesso a políticas públicas e contribui para o abandono de lotes e o aumento do êxodo rural.

Dos 31 assentados entrevistados, apenas 11 (35,5%) residem efetivamente no Assentamento Corre Água, conforme demonstrado no Gráfico 3, o que evidencia baixa taxa de fixação no território. Essa situação compromete a continuidade das atividades produtivas, a organização coletiva e o acesso regular às políticas públicas voltadas ao meio rural, refletindo também a reduzida adesão ao PAA.

Gráfico 3 - Número de assentados entrevistados que residem no assentamento Corre Água.

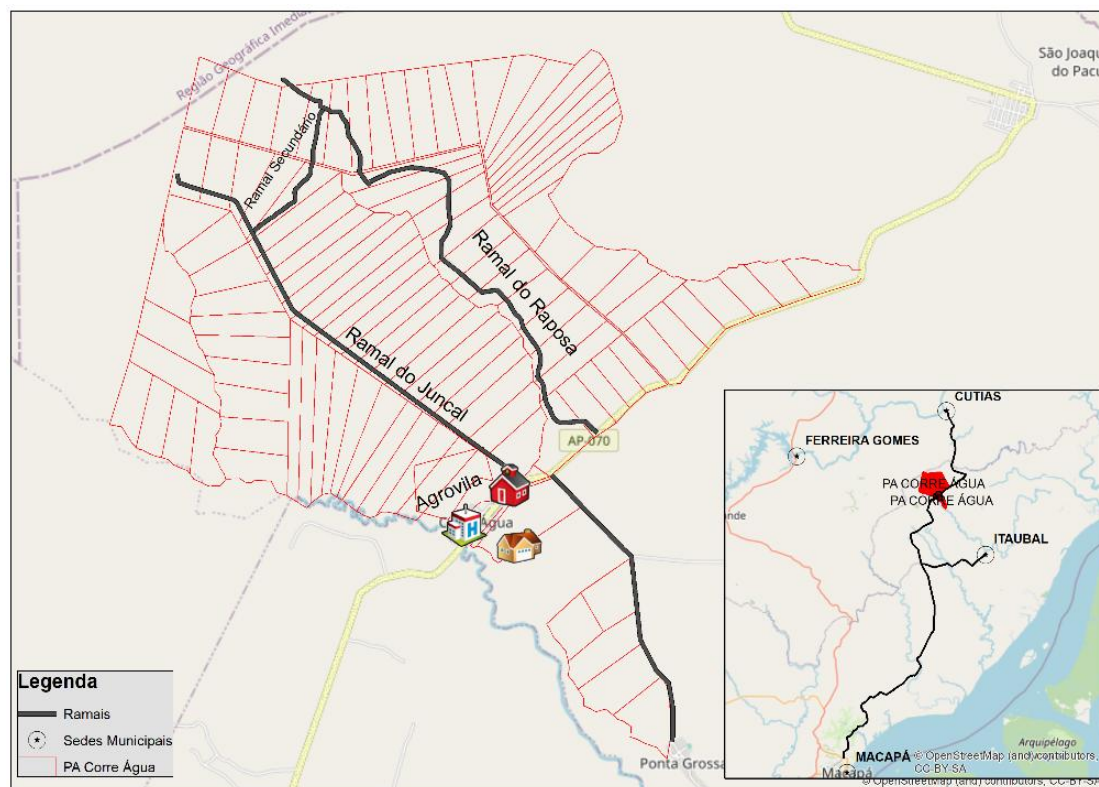
Reside no PA?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A agrovila do PA Corre Água abriga praticamente todos os assentados, configurando-se como núcleo habitacional e produtivo do território. O assentamento possui duas principais vias de acesso, como o ramal do Juncal e o ramal do Raposa (Figura 13).

Figura 13 – Ilustração dos ramais principais do PA Corre Água e da Agrovila.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

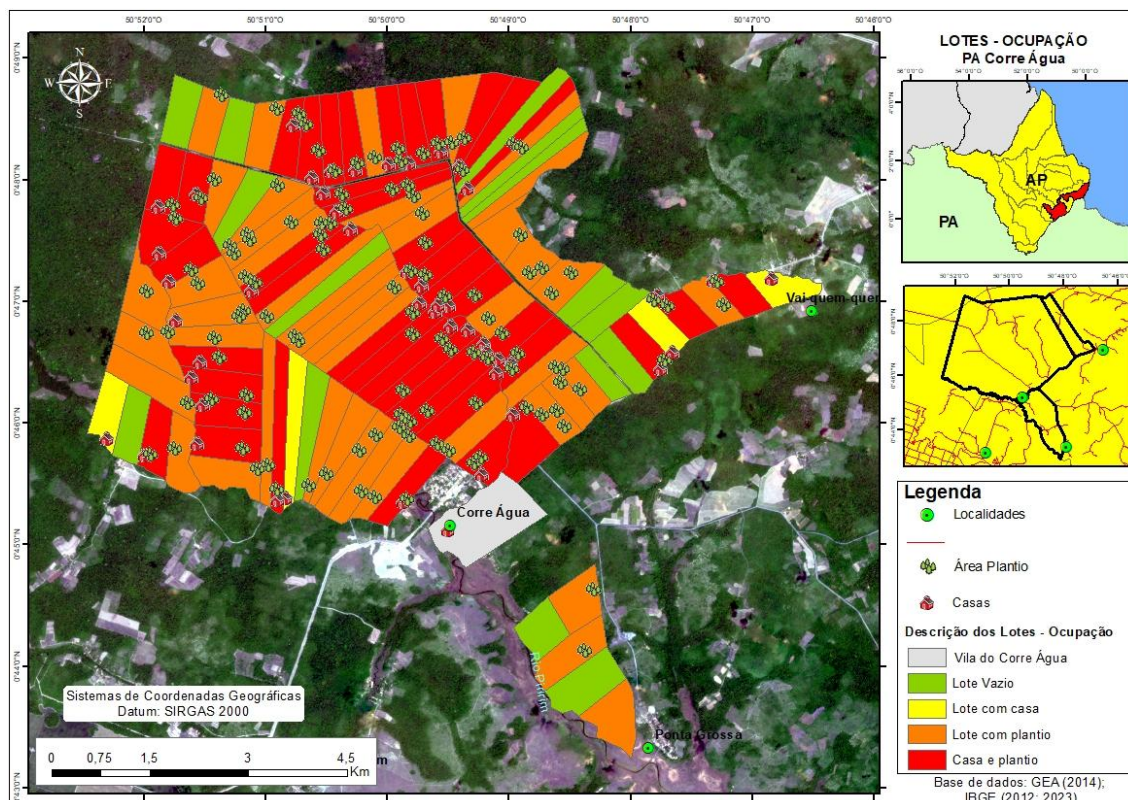
A análise dos dados revela que o assentamento apresenta um alto grau de ocupação e uso da terra, com 99 lotes efetivamente ocupados e apenas uma pequena parcela não utilizada ou em condição indeterminada. Apesar dessa ocupação significativa, a presença de residências é menos homogênea: pouco menos da metade dos lotes conta com habitações construídas, enquanto uma proporção similar não apresenta residência visível, o que pode indicar tanto a ausência de moradia permanente quanto dificuldades na identificação visual durante o levantamento.

Do ponto de vista produtivo, a maioria dos lotes (84) demonstra atividade agrícola, evidenciando um uso expressivo do solo para fins produtivos. Contudo, a falta de especificação do tipo de cultura, classificado como “Indefinido” em todos os casos, aponta para limitações na coleta de informações ou na própria observação de campo, restringindo a análise sobre a diversificação agrícola.

Em relação às áreas cultivadas, observa-se variação de 0 a 17 hectares, com média de 2,35 ha e mediana de 2,00 ha, sendo que 75% dos lotes possuem até 3 hectares plantados. Esses números indicam predomínio de unidades de pequeno a médio porte, típicas da agricultura familiar, mas também refletem limitações na mecanização e na diversificação produtiva.

O mapa de ocupação dos lotes do PA Corre Água evidencia quatro categorias principais de uso e ocupação. A maior parte dos lotes está destinada a áreas de plantio (em vermelho e laranja), muitas das quais também apresentam residências construídas, revelando o uso simultâneo para moradia e produção agrícola. Outra parcela é composta por lotes com apenas residência (em amarelo), o que sugere ocupação habitacional sem utilização agrícola aparente. Uma proporção menor aparece como lotes vazios (em verde), sem indícios de moradia ou cultivo, indicando possivelmente terras ociosas ou em processo inicial de implantação (Figura 14).

Figura 14 - Lotes e ocupação no PA.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essa distribuição espacial demonstra que a atividade agrícola constitui o uso predominante do solo no assentamento, caracterizando significativa integração entre moradia e cultivo, embora ainda existam áreas subutilizadas ou não exploradas no momento do levantamento.

A Figura 15 apresenta imagem de satélite do Assentamento, sensor PLANET, de novembro de 2024 (período seco), mostrando que os lotes se sobrepõem, em grande parte, a áreas já alteradas, revelando padrões distintos de ocupação.

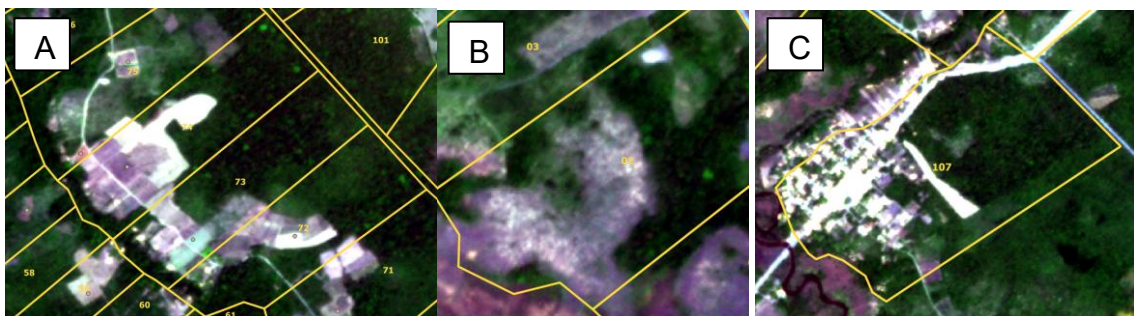
Figura 15 – Imagem de satélite e uso do solo no PA Corre Água.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os padrões observados na Figura 16 evidenciam três configurações distintas de uso e ocupação dos lotes, em 16-A, predominam lotes ocupados com casas e áreas de cultivo; em 16-B, verificam-se lotes desocupados; e em 16-C, aparece o padrão de ocupação da Agrovila do Corre Água, caracterizado pela maior concentração de moradias e usos antrópicos em relação aos demais trechos do assentamento.

Figura 16 A-C – Padrões de ocupação no PA corre água.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A Figura 17 ilustra intervenções e elementos de infraestrutura que influenciam diretamente a dinâmica de ocupação vista na Figura 16: em 17-A, o asfaltamento da AP-070/110 nos últimos anos, que melhora a acessibilidade regional; em 17-B, a ponte sobre o rio Piririm, ampliando a conectividade viária; e em 17-C, a Vila do Corre Água, núcleo que concentra serviços e circulação, fatores que ajudam a explicar a intensificação do uso e da ocupação na agrovila.

Figura 17 A-C – A- Asfaltamento da rodovia AP-070/110 até Cutias; B- Ponte sobre o rio Piririm; C- Vila do Corre Água.



Fonte: Silva Junior (2024).

Até 2023, o Ramal do Juncal não dispunha de abastecimento de energia elétrica, implantado apenas em 2025. Contudo, a comunidade ainda carece de sistema de fornecimento de água, e os ramais secundários que conectam os principais permanecem em condições igualmente precárias (Figura 18 A-D).

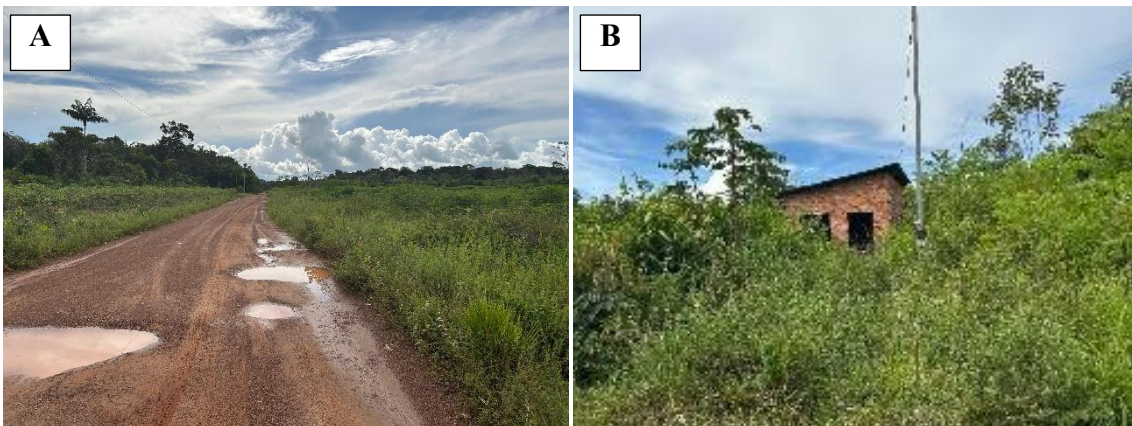
Figura 18 A-D - Ramal do Juncal (A e B) e secundários (C e D) em péssimas condições.



Fonte: Autor (2025).

Constata-se que o Ramal do Juncal apresenta baixa concentração habitacional. As poucas edificações existentes encontram-se, em sua maioria, desativadas ou em estado de abandono (Figura 19 A–B). As dificuldades de acesso, a precariedade da trafegabilidade e a ausência de infraestrutura básica explicam o desinteresse pela ocupação da área.

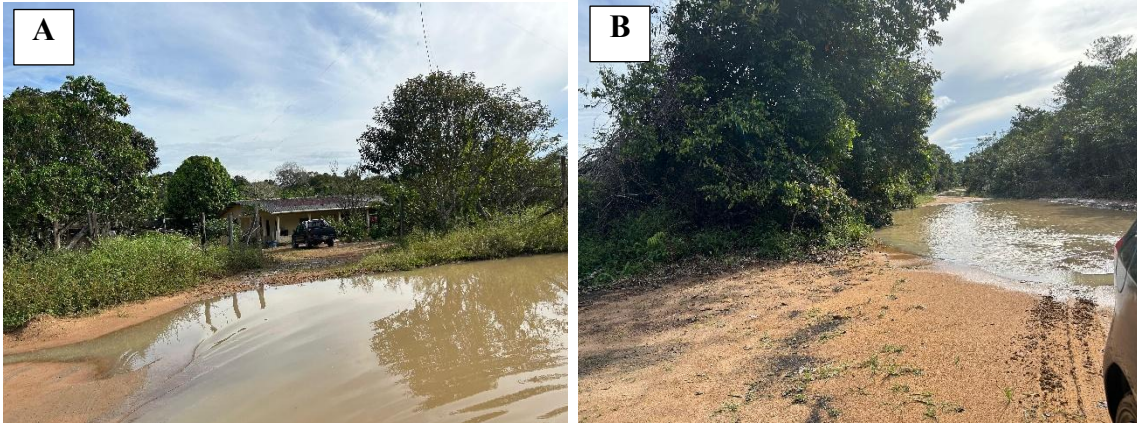
Figura 19 A-B - Ramal do Juncal com poucas edificações (A) e edificações abandonadas (B).



Fonte: Autor (2025).

O Ramal do Raposa, embora disponha de rede elétrica há mais tempo, também apresenta limitações de trafegabilidade e carece de sistema público de abastecimento de água. A captação hídrica depende da iniciativa dos próprios moradores, que utilizam poços amazônicos ou tubulares (Fotografias 20 A e B).

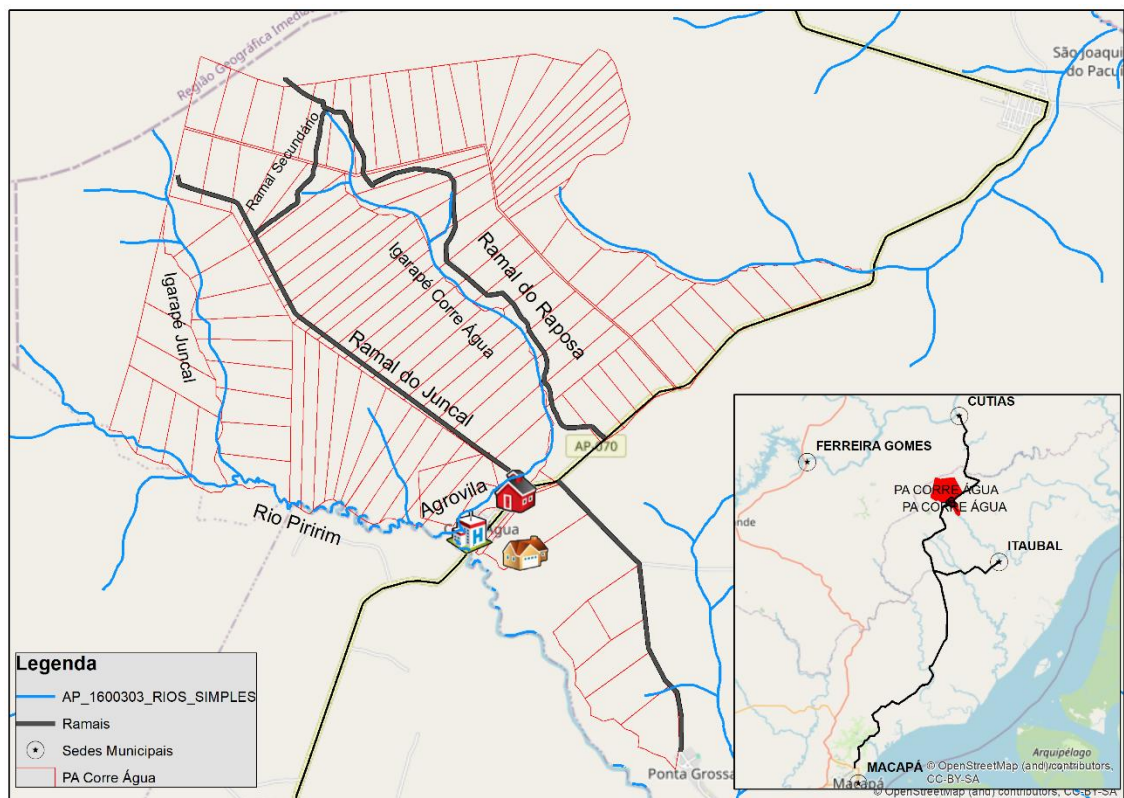
Figura 20 A-B - Ramal do Raposa.



Fonte: Autor (2025).

A análise das imagens de satélite permitiu identificar a concentração das ocupações nas proximidades das drenagens. No Ramal do Juncal, as moradias concentram-se nas margens do Igarapé Juncal; já no Ramal do Raposa, ao longo da via principal que acompanha o Igarapé Corre Água (Figura 21).

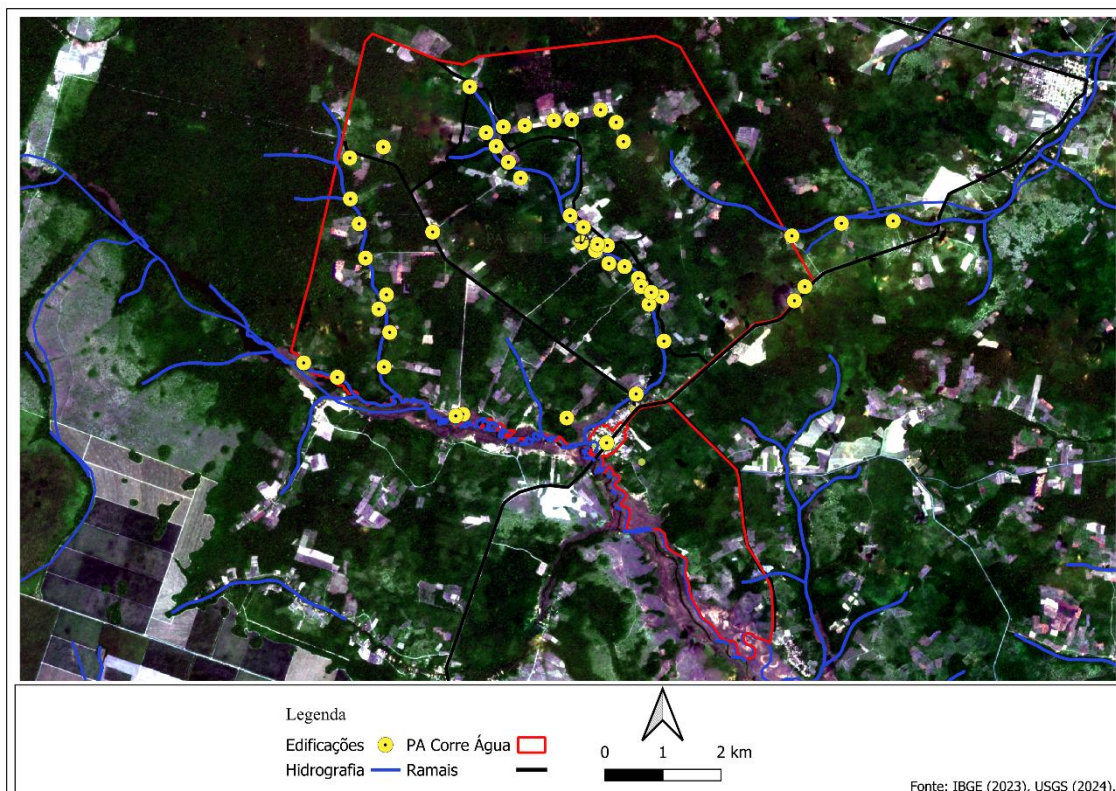
Figura 21 – Disposição da hidrografia no PA Corre Água.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A Figura 22 evidencia a concentração de moradias próximas aos cursos d'água que margeiam o Ramal do Raposa, mostrando a importância da disponibilidade de água como fator determinante para a fixação das famílias.

Figura 22 – Concentração de moradias próximas ao Ramal do Raposa e às drenagens do PA Corre Água.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A conjugação entre acesso à água e rede elétrica torna o Ramal do Raposa mais atrativo para fixação de famílias, resultando em maior adensamento populacional nessa área. Entretanto, o conjunto das limitações estruturais, escassez hídrica, precariedade dos serviços públicos e deficiência da malha viária, compromete as condições de permanência e o desenvolvimento das famílias, ocasionando o abandono de diversos lotes. A intensificação das chuvas entre janeiro e julho agrava o isolamento econômico, dificultando o acesso a insumos e a assistência técnica, e reforçando a vulnerabilidade da agricultura familiar local.

A Agrovila Corre Água é composta por população heterogênea, formada por assentados e não assentados. Entre estes, há tanto proprietários regularizados quanto residentes sem vínculo agroextrativista, incluindo servidores públicos estaduais e municipais.

### 3.3 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Ademais, os entrevistados relataram a ausência de apoio técnico, seja para orientação sobre os processos de adesão ao programa, seja para o planejamento e organização da produção. A maioria dos assentados entrevistados (aproximadamente

77%) declarou não receber nenhum tipo de assistência técnica, o que compromete tanto a profissionalização da atividade agrícola quanto o atendimento às exigências administrativas do PAA. Assim, embora exista atuação do RURAP, seu alcance entre os assentados é extremamente limitado, revelando uma cobertura pouco expressiva frente às demandas do assentamento.

O PA Corre Água, insere-se em uma região marcada por limitações estruturais e logísticas que comprometem a efetividade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como o PAA. A área está inserida na região do Pacuí, tradicionalmente reconhecida pelo cultivo de mandioca e produção de farinha, sendo esta a principal atividade produtiva dos assentados, conforme observado nos lotes visitados durante a pesquisa de campo.

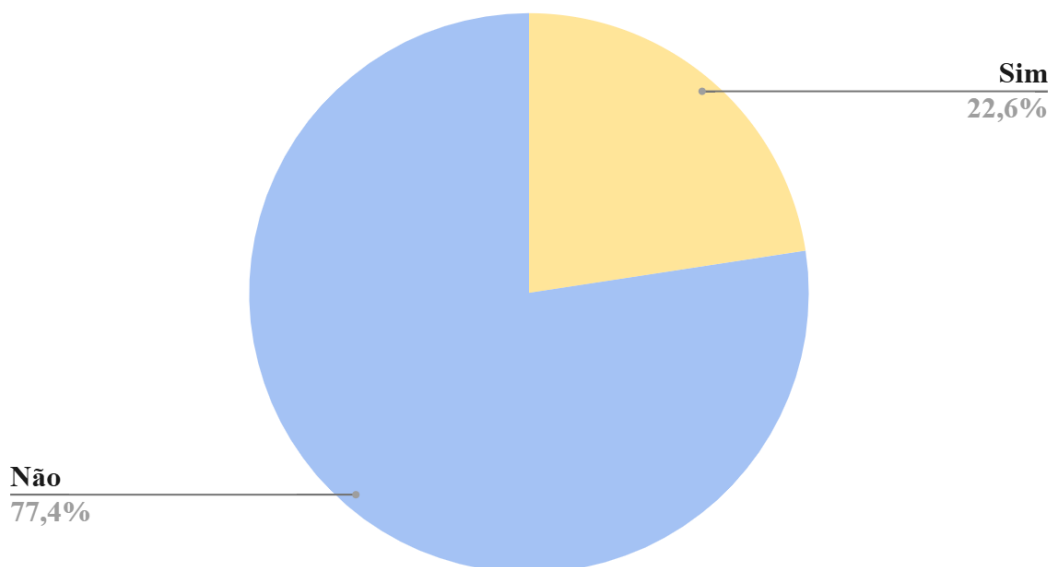
O uso de máquinas como tratores para arar o solo no PA Corre Água é extremamente limitado, refletindo um baixo grau de mecanização das atividades produtivas. A ausência de equipamentos agrícolas compromete diretamente a eficiência no preparo do solo, o manejo das lavouras e a ampliação da escala produtiva.

A assistência técnica e extensão rural (ATER) é realizada principalmente pelo RURAP, órgão estadual com sede em Macapá e escritórios regionais descentralizados, e pelo INCRA, responsável pelo atendimento aos assentamentos de reforma agrária federal. O público alcançado inclui agricultores e pecuaristas familiares, assentados, pescadores, indígenas e comunidades quilombolas. Contudo, a cobertura efetiva permanece limitada, em razão de problemas institucionais que fragilizam a continuidade das ações.

De acordo com a pesquisa, a assistência técnica, por sua vez, é prestada de forma pontual e atinge apenas uma parcela restrita dos produtores, majoritariamente por meio do RURAP. Dos entrevistados, apenas sete responderam que já receberam assistência técnica (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual de assentados que receberam visita da ATER.

### Recebe Assistência Técnica?



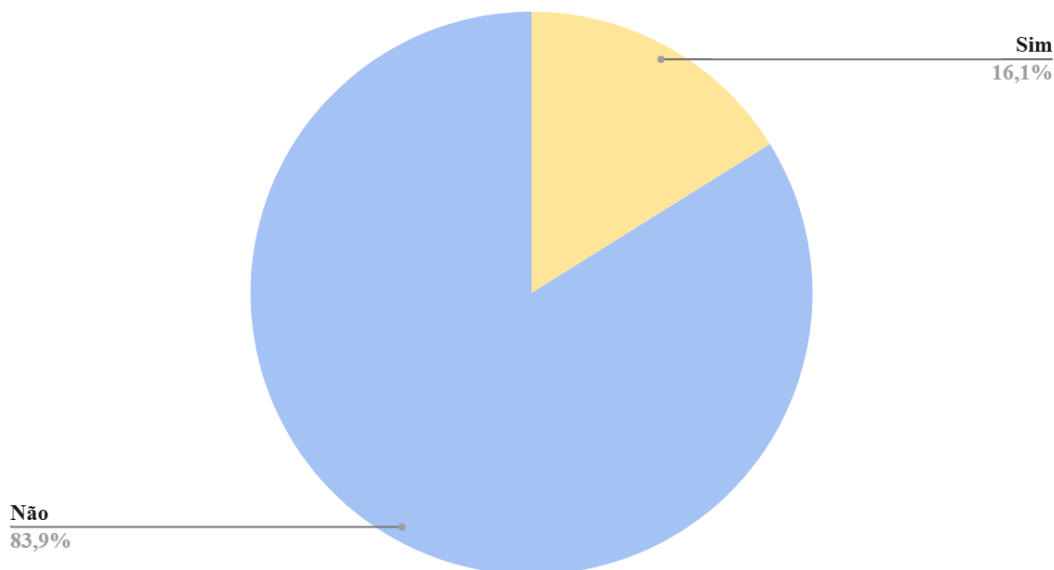
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A baixa cobertura desse serviço técnico representa um entrave significativo ao desenvolvimento das capacidades produtivas locais e restringem a profissionalização da agricultura familiar, comprometendo tanto o manejo da produção quanto a execução de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Além disso, observa-se que a maioria dos assentados nunca participou de cursos de formação ou capacitação técnica, evidenciando uma carência estrutural de conhecimentos agrônômicos e de gestão (Gráfico 5). Essa lacuna técnico-formativa fragiliza ainda mais a capacidade dos agricultores em adotar práticas mais eficientes, sustentáveis e lucrativas, contribuindo para a estagnação produtiva e econômica do assentamento.

Gráfico 5 - Percentual de entrevistados que já fez algum curso.

### Fez Curso?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essa fragilidade institucional é agravada pela dificuldade de acesso a crédito rural, à mecanização, aos sistemas de irrigação e à infraestrutura básica, como energia elétrica e abastecimento de água. Tais limitações estruturais geram um ciclo de baixa produtividade, vulnerabilidade econômica e dependência de mercados informais, o que compromete a viabilidade econômica dos lotes e a segurança alimentar das famílias.

A dinâmica produtiva observada no Assentamento Corre Água insere-se no contexto dos modelos tradicionais de uso do solo na Amazônia, caracterizados pelos sistemas de roçados itinerantes, conforme descrito por Souza (2014). Esses sistemas se baseiam na abertura de áreas de cultivo, seguida por alguns anos de uso agrícola e posterior pousio, permitindo a regeneração natural da vegetação e a recomposição dos nutrientes do solo. Trata-se de uma estratégia de manejo que, embora adaptada às condições ecológicas da região, encontra desafios crescentes diante das restrições legais e da pressão por modelos produtivos mais intensivos e automatizados.

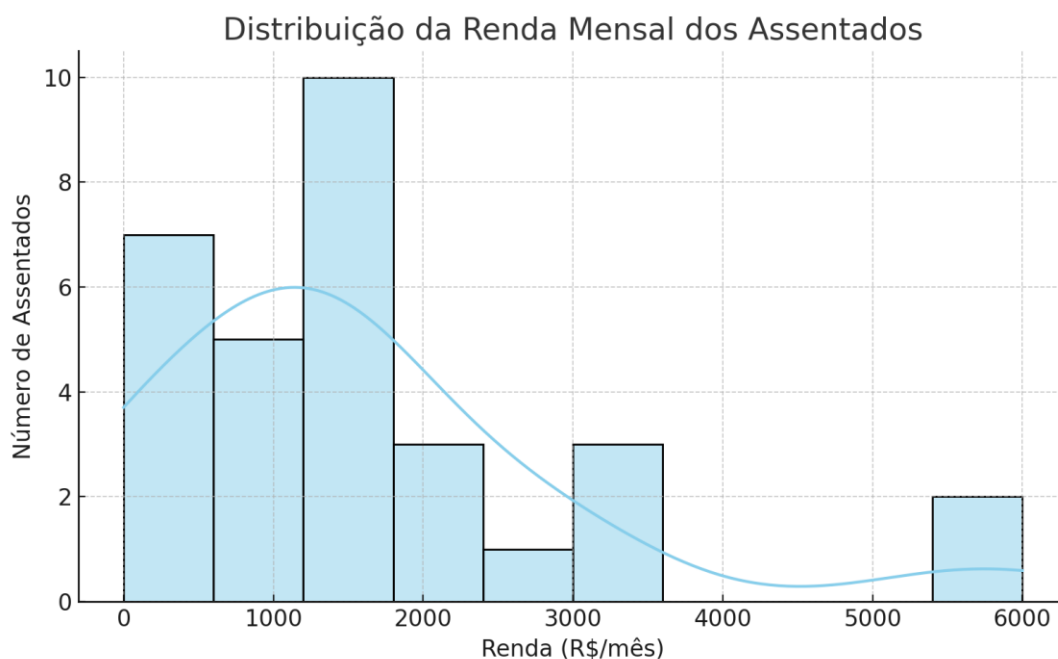
### 3.4 Comercialização e estrutura produtiva

Em consequência, grande parte da produção permanece restrita ao autoconsumo ou à venda informal em mercados locais e para atravessadores, situação que compromete a regularidade e a qualidade da oferta de alimentos ao PAA e dificulta a inserção

sustentável dos produtores no mercado institucional. Diante dessas limitações, muitos agricultores recorrem a alternativas menos vantajosas, como a comercialização direta e eventual em feiras ou a venda por meio de atravessadores, que adquirem os produtos a preços inferiores aos de mercado, configurando um descompasso entre os objetivos do programa e a realidade enfrentada pelos agricultores familiares da Amazônia.

A maioria dos assentados entrevistados depende de programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, ou de benefícios previdenciários, sobretudo aposentadorias, como principal ou única fonte de sustento. Apenas sete assentados declararam obter renda mensal superior a R\$ 2.000 (Gráfico 6), tendo a farinha de mandioca como principal produto comercializado. Ocorre no assentamento uma baixa diversificação da produção agrícola e observa-se uma dificuldade dos assentados na mensuração precisa do lucro obtido com a atividade rural, o que aponta para a fragilidade no controle da gestão produtiva.

Gráfico 6 - Distribuição de renda mensal dos assentados.

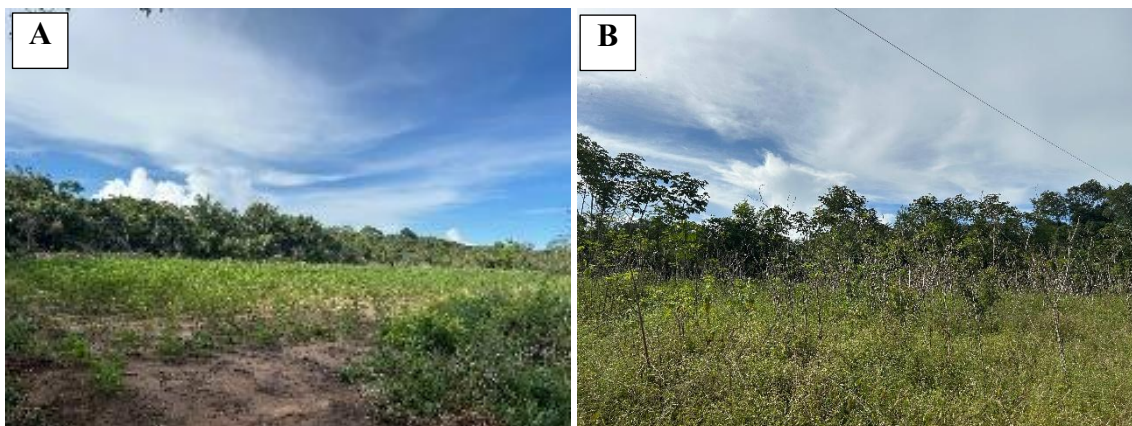


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Esse cenário evidencia que o Assentamento ainda se encontra distante de alcançar a autossuficiência econômica baseada na agricultura familiar. A predominância de rendas complementares ou assistenciais reforça a vulnerabilidade socioeconômica dos assentados e limita o potencial de consolidação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no território.

A base econômica do assentamento está estruturada majoritariamente na produção agrícola de base familiar, tendo como principal atividade o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) (Figura 23 A e B).

Figura 23 A e B - Plantação recente de mandioca (A) e plantação mais antiga (B).



Fonte: Autor (2025).

O cultivo de mandioca assume centralidade na economia local devido à sua elevada adaptabilidade aos solos da região, à baixa exigência tecnológica para o cultivo, ao custo reduzido de produção e à expressiva demanda no mercado regional, sobretudo na forma de farinha de mandioca, que representa não apenas um elemento essencial da dieta alimentar amazônica, mas também uma das principais fontes de renda das famílias assentadas.

A capacidade instalada de beneficiamento é comprometida pela dificuldade de acesso e pela inexistência de energia elétrica em alguns lotes, o que impede qualquer possibilidade de processamento mais complexo. A fabricação de farinha continua a ser feita em bases convencionais. No ramal do juncal foi identificada apenas uma casa de farinha, que aparentemente encontrava-se abandonada, já no ramal do Raposa foi possível observar três casas de farinha sendo que uma estava desativada. E de acordo com os assentados foi devido a instalação de uma casa de farinha estruturada e mecanizada, situada em um dos lotes do assentamento. Esta unidade é de uso coletivo, sendo gerida pelos próprios moradores, o que revela a presença de práticas comunitárias, de cooperação e de solidariedade, elementos típicos das organizações rurais amazônicas.

A prática agrícola é majoritariamente itinerante, com abertura de áreas por meio de broca, derruba, queima e coivara (Figura 24). A principal cultura (mandioca) é cultivada em médias de 2,5 a 3 hectares por propriedade.

Figura 24 - Prática de preparo do lote para o plantio da mandioca.



Fonte: Autor (2025).

A Figura 25 A e B demonstram que, além da mandioca, identificam-se outros cultivos, embora em menor escala, como banana, milho, feijão e hortaliças, além da criação de pequenos animais, práticas destinadas tanto ao consumo doméstico quanto à complementação da renda familiar.

Figura 25 A-B - Cultivo de hortaliças e frutas.



Fonte: Autor (2025).

No que se refere à comercialização, observa-se que a cadeia produtiva da mandioca, produto de maior expressão econômica no assentamento, é fortemente dependente de atravessadores. Parte dos agricultores comercializa diretamente com um empresário local, responsável por uma casa de farinha na agrovila, enquanto outros realizam o processamento da mandioca em pequenas unidades familiares, destinando sua produção a feiras locais ou a intermediários. A inexistência de organizações coletivas formalizadas, como cooperativas ou associações fortes, associada à dificuldade de acesso aos programas institucionais de compras públicas, limita a capacidade dos agricultores de obter melhores condições de mercado, perpetuando um modelo de comercialização com baixa rentabilidade e elevado grau de dependência.

Verifica-se que um dos desafios mais significativos enfrentados pelos agricultores do PA está diretamente relacionado à regularização ambiental das atividades produtivas. A insuficiência de mecanismos institucionais de apoio e orientação tem resultado na ocorrência de autuações por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), especialmente em razão da realização de supressão vegetal sem a devida Autorização de Supressão Vegetal (ASV). Esse cenário evidencia não apenas a fragilidade no acompanhamento técnico e na assistência governamental, mas também a ausência de uma política efetiva de regularização ambiental e fundiária capaz de atender às especificidades dos assentamentos rurais da Amazônia.

A inexistência de titulação definitiva dos lotes representa um fator que amplia as dificuldades enfrentadas pelos produtores, uma vez que inviabiliza o acesso ao crédito rural e ao credenciamento em programas governamentais voltados para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse contexto de insegurança fundiária, associado à pressão das fiscalizações ambientais, impõe barreiras significativas à continuidade e ao desenvolvimento das atividades produtivas.

A manutenção da produção agrícola nos lotes requer a utilização de maquinário, insumos e práticas de manejo adequadas. No entanto, a indisponibilidade desses recursos entre a maioria dos assentados faz com que práticas tradicionais, como a coivara, sejam ainda recorrentes. A coivara, caracterizada pela queima controlada da vegetação derrubada, é utilizada como estratégia de fertilização natural do solo, sobretudo diante do alto custo de insumos industrializados, como fertilizantes e adubos químicos. Entretanto,

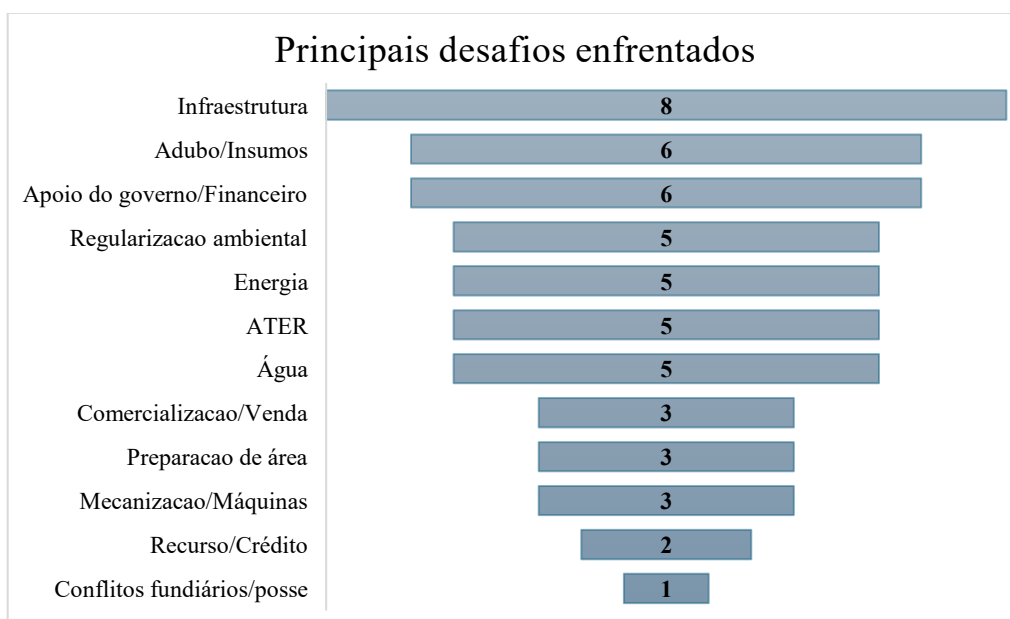
apesar de ser uma prática historicamente adaptada às condições ecológicas da Amazônia, seu uso encontra-se atualmente em conflito com a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere às normas que restringem o uso do fogo na atividade agrícola. Esse embate entre a tradição produtiva e as exigências legais aprofunda a insegurança jurídica dos agricultores, além de dificultar o acesso ao licenciamento ambiental das atividades.

### 3.5 Desafios e limitações das políticas públicas

Diante desse panorama, torna-se evidente que os desafios enfrentados pelos agricultores do Assentamento Corre Água são múltiplos e interdependentes. As limitações de ordem ambiental, fundiária, produtiva e institucional configuram um cenário que compromete não apenas a sustentabilidade econômica dos lotes, mas também a segurança jurídica e a autonomia produtiva das famílias assentadas. Esse quadro reflete, portanto, a necessidade urgente de uma atuação integrada por parte do Estado, com políticas públicas que articulem regularização fundiária, acesso a crédito, assistência técnica qualificada e fortalecimento dos canais de comercialização.

O Gráfico 7, apresentado na sequência, sintetiza de forma ilustrativa a frequência e a relevância dos principais entraves relatados pelos assentados, contribuindo para a compreensão da complexidade que caracteriza a realidade socioeconômica e ambiental dos assentamentos rurais na Amazônia.

Gráfico 7 - Principais desafios enfrentados pelos assentados.



Fonte: Autor (2025).

O gráfico revela que os assentados do Corre Água enfrentam uma série de obstáculos interligados que comprometem a sustentabilidade de sua produção agrícola. Os desafios mais críticos, dizem respeito à infraestrutura básica deficiente e à ausência de assistência técnica contínua, o que evidencia a negligência estrutural nas políticas públicas voltadas ao meio rural. A dificuldade no escoamento da produção, a carência de regularização ambiental, o acesso restrito ao crédito e à mecanização também aparecem como um desafio significativo, reforçando a vulnerabilidade produtiva e econômica das famílias.

Já problemas como a dependência de atravessadores e o uso da coivara refletem práticas adaptativas diante da falta de alternativas, mas que geram insegurança jurídica e reduzem a rentabilidade. A superação desses entraves requer uma abordagem integrada, com investimentos robustos e soluções adaptadas à realidade da região, valorizando o conhecimento local e fortalecendo as redes produtivas territoriais.

Os desafios e limitações para a efetiva inserção dos assentados no PAA são diversos e interdependentes. Superá-los requer uma abordagem integrada, com ações coordenadas entre os entes federativos, ampliação dos serviços de extensão rural, investimentos em infraestrutura e políticas de regularização fundiária e ambiental adaptadas à realidade amazônica.

### **3.6 Percepções dos beneficiários e gestores locais**

As percepções dos beneficiários entrevistados no PA Corre Água revelam um panorama de reconhecimento da importância do PAA, mas também de insatisfação com a falta de condições para participação ativa. Os dados da pesquisa sugerem uma percepção de descrença ou desmotivação dos beneficiários com relação à efetividade do PAA e de outras políticas públicas, refletindo um histórico de abandono institucional.

Por outro lado, mesmo os assentados que não participam do programa demonstraram compreensão de seu papel positivo na geração de renda e na valorização da produção local, sobretudo no apoio a instituições de assistência social, como escolas públicas.

Contudo, esses mesmos assentados relataram frustração diante da burocracia envolvida no acesso ao PAA. A necessidade de documentação e adequação sanitária são apontadas como barreiras significativas.

No que se refere às perspectivas futuras, observa-se que uma parcela significativa dos entrevistados demonstra otimismo em relação aos próximos anos. Esse sentimento positivo está associado, principalmente, à intenção de realizar investimentos voltados à ampliação da produção agrícola. Entre as estratégias apontadas pelos agricultores, destaca-se a prioridade dada ao fortalecimento da cadeia produtiva da farinha de mandioca, que se apresenta como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no assentamento.

A escolha pela ampliação da produção de farinha não é aleatória, mas responde tanto à demanda de mercado quanto à tradição sociocultural local, que confere a esse produto um papel central na segurança alimentar das famílias e na geração de renda. Os produtores acreditam que, com a expansão da capacidade produtiva, será possível não apenas aumentar a quantidade ofertada, mas também melhorar as condições de comercialização, atendendo de forma mais consistente os mercados locais e programas institucionais, como o PAA.

Esse cenário de expectativas positivas, ancorado na intenção de investir em infraestrutura, equipamentos e insumos voltados à produção de farinha, revela, por um lado, a resiliência e o empreendedorismo dos agricultores familiares. Por outro, evidencia ainda mais, a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso facilitado a crédito, assistência técnica e apoio à comercialização, de modo a viabilizar esses investimentos e garantir a sustentabilidade econômica e social da atividade no território.

Diante desse cenário, destaca-se o desejo coletivo de melhorias. Os agricultores reconhecem que, com investimento em capacitação, infraestrutura e regularização, o PAA pode cumprir plenamente seu papel de combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar. Isso reforça a necessidade de uma atuação governamental mais estruturada e sensível às condições locais.

### **3.7 Potencialidades e perspectivas de aprimoramento do PAA**

A análise dos dados revela que a inexistência de titulação definitiva dos lotes no Assentamento Corre Água constitui um entrave estrutural que limita o acesso dos produtores a políticas públicas essenciais, como o PRONAF e o PAA. Essa situação de insegurança fundiária, conforme destacado por Alentejano (2020), não apenas inviabiliza a formalização dos agricultores como fornecedores institucionais, mas também os expõe a pressões ambientais e jurídicas. A falta de documentos regularizados impede a emissão

de notas fiscais e a participação em editais públicos, reforçando a marginalização econômica desses agricultores (Filocreão; Silva, 2016).

Cenário que exige uma articulação urgente entre INCRA e órgãos ambientais para simplificar processos de regularização fundiária e ambiental, adaptando-os às realidades locais, como sugerido por Grisa e Schneider (2015) em estudos sobre políticas públicas para a Amazônia.

A prática da coivara, ainda recorrente no assentamento, ilustra o conflito entre tradição produtiva e legislação ambiental. Embora Souza (2014) a descreva como uma estratégia adaptativa aos solos amazônicos, sua persistência reflete a falta de alternativas tecnológicas e financeiras para os agricultores. A alta dependência de insumos industriais, como fertilizantes químicos — muitas vezes inacessíveis devido aos custos —, perpetua um ciclo de degradação e autuações por órgãos como o IBAMA. Nesse contexto, políticas de assistência técnica diferenciada, baseadas em agroecologia (Altieri, 2009), poderiam promover técnicas sustentáveis de manejo, como adubação verde e sistemas agroflorestais, reduzindo a necessidade do fogo e alinhando produção à legislação.

A ausência de assistência técnica rural é outro gargalo crítico: 77% dos entrevistados não recebem acompanhamento, e apenas 16% participaram de capacitações. Essa lacuna, conforme Grisa (2012), limita a adoção de inovações e a gestão eficiente da produção. Programas de Extensão Rural (ATER), em parceria com instituições como a EMBRAPA, poderiam fomentar a diversificação produtiva — por exemplo, incentivando culturas como cacau em sistemas agroflorestais, que combinam renda e preservação (Carvalho et al., 2018). Além disso, a criação de unidades demonstrativas no assentamento, com tecnologias adaptadas (ex.: irrigação de baixo custo), poderia servir como modelo para outros lotes.

As limitações infraestruturais (estradas precárias, falta de armazenamento e energia irregular) exacerbam a exclusão do PAA. Como observado por Saraiva e Borges (2021), a logística deficiente inviabiliza a entrega de produtos perecíveis, como hortaliças, que têm alta demanda no programa. Investimentos em infraestrutura básica, financiados por linhas como o PRONAF Infraestrutura, são urgentes. Paralelamente, a implantação de centros de beneficiamento coletivos (ex.: casas de farinha comunitárias) poderia agregar valor à mandioca, principal cultura local, e facilitar a comercialização em mercados institucionais (Silva et al., 2021).

A dependência de atravessadores na cadeia da mandioca, relatada por 85% dos produtores, evidencia a fragilidade organizacional. A formação de cooperativas ou associações, como propõe Costa (2024), é vital para fortalecer a negociação e acessar mercados diretos. Experiências bem-sucedidas na Amazônia, como as cooperativas de castanha no Pará, mostram que o associativismo pode aumentar a renda em até 40% (Souza & Alencar, 2020). No Corre Água, a estruturação de uma cooperativa poderia viabilizar a venda coletiva ao PAA, reduzindo intermediários e garantindo preços justos.

Uma das principais vocações produtivas do assentamento é a fabricação tradicional de farinha de mandioca, presente em praticamente todos os lotes e com elevado valor cultural, econômico e social na região. A padronização, a melhoria das condições sanitárias e a obtenção de certificações de origem ou qualidade poderão ampliar significativamente a competitividade desse produto nas compras institucionais, além de abrir novos mercados regionais. Segundo Silva et al. (2021), a mandioca e seus derivados representam mais de 60% da base alimentar comercializada nos mercados locais da região do Pacuí, evidenciando seu potencial econômico.

Outro fator estratégico é a localização geográfica relativamente próxima de Macapá, principal centro consumidor e logístico do estado. Essa proximidade, se associada à melhoria dos ramais e das condições de transporte, pode reduzir custos logísticos e facilitar o escoamento da produção. Além disso, embora a participação atual dos assentados no PAA seja reduzida, ela demonstra que há um conhecimento prático acumulado, o que constitui um ponto de partida para ampliar essa participação, sobretudo por meio de ações de fortalecimento organizativo e capacitação.

As perspectivas de aprimoramento do PAA no Corre Água passam, prioritariamente, pela ampliação e continuidade da assistência técnica e extensão rural (ATER), fundamental para superar gargalos produtivos, sanitários e de gestão. Instituições como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) são atores-chave nesse processo. A existência de assistência técnica regular aumentaria a produtividade e a qualidade dos produtos destinados às compras públicas.

A oferta de cursos, oficinas e acompanhamento técnico permanente pode gerar impactos diretos na melhoria da gestão das unidades produtivas, na diversificação de culturas e na adoção de práticas agroecológicas. Além disso, incentivos para a

formalização de cooperativas ou associações são fundamentais, pois essas organizações ampliam o acesso dos produtores a editais públicos, linhas de crédito específicas e garantem maior poder de negociação.

A implementação de pequenas agroindústrias para o beneficiamento de farinha, polpas de frutas, doces e outros produtos típicos também se apresenta como uma estratégia relevante para agregar valor e aumentar a rentabilidade dos agricultores.

De acordo com Costa (2024), o fortalecimento das organizações sociais, como sindicatos, cooperativas e associações, tem papel central no desenvolvimento rural, pois contribui para a valorização do trabalho no campo e para a fixação das famílias rurais, combatendo os efeitos do êxodo rural e da vulnerabilidade social.

### **3.8 O PAA e a Realidade da Reforma Agrária no Amapá: Barreiras e Perspectivas**

A análise dos dados obtidos evidencia que, apesar do avanço das políticas públicas de reforma agrária no Brasil nas últimas décadas (Mattei, 2012; Cattelan; Moraes; Rossoni, 2020), o estado do Amapá permanece à margem de muitos benefícios já consolidados em outras regiões. Entraves históricos e estruturais limitam a materialização dos direitos das famílias assentadas, especialmente no caso do Projeto de Assentamento (PA) Corre Água, onde os resultados demonstram que a distância entre a política prevista e a sua efetiva implementação é significativa (Filocreão; Silva, 2016; Costa, 2024).

No cenário nacional, observa-se uma retomada da reforma agrária, com a criação de novos assentamentos e investimentos em infraestrutura e crédito de instalação (Brasil, 2023). Entretanto, no Amapá, tal retomada ainda não se traduz em melhorias estruturais para os assentamentos existentes, cuja consolidação demanda estratégias específicas que considerem as condições territoriais, logísticas e socioeconômicas regionais (Lomba et al., 2014; Santos; Becker, 2007).

No PA Corre Água, a maioria das famílias enfrenta dificuldades para comercializar sua produção de forma estruturada, consequência da ausência de políticas públicas integradas que articulem infraestrutura, assistência técnica e apoio logístico ao escoamento. O Programa de Aquisição de Alimentos, reconhecido como política estratégica para a agricultura familiar (Grisa; Porto, 2015; Brasil, 2013), tem execução limitada no estado, afetada pela burocracia e pela frágil articulação institucional (Santos, 2020; Farias et al., 2023). Essa situação confirma análises que apontam a fragmentação e

descontinuidade das ações estatais como obstáculos à consolidação dos assentamentos rurais (Melo; Scopinho, 2018; Barbosa, 2019).

Outro fator limitante é a precariedade da infraestrutura básica — estradas, energia elétrica e comunicação, que compromete tanto a produção quanto a qualidade de vida das famílias (Marini, 2014; Segovia, 2011). A falta de regularização fundiária plena restringe o acesso a linhas de crédito como o PRONAF e o crédito de instalação previsto no Decreto nº 11.586/2023 (Brasil, 2023), o que reforça o ciclo de exclusão histórica apontado por Filocreão e Silva (2016).

A ausência de assistência técnica continuada, destacada por Altieri (2009) como condição essencial para práticas agrícolas mais sustentáveis, prejudica a adoção de tecnologias eficientes e o desenvolvimento de projetos produtivos. Ademais, a inexistência de cooperativas e associações fortes limita o poder de negociação e o acesso a mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, cuja importância para o fortalecimento da agricultura familiar é amplamente reconhecida (Grisa; Schneider, 2015; Lima et al., 2023).

O potencial produtivo do PA Corre Água, dada sua localização estratégica próxima a Macapá, permanece subaproveitado devido à ausência de políticas integradas que o insiram efetivamente nas cadeias produtivas regionais (Lima et al., 2022). Tal situação reitera a necessidade de um esforço coordenado entre INCRA, governos estadual e municipal, e organizações da sociedade civil, visando a transformar assentamentos em espaços de desenvolvimento local e inclusão social (Schneider et al., 2016; Barone, 2011).

O fortalecimento institucional do INCRA, com recomposição orçamentária e realização de concursos públicos, é condição indispensável para o atendimento das demandas reprimidas no estado. A integração entre políticas agrárias e programas de fomento e compras institucionais pode contribuir para reverter o cenário de vulnerabilidade, desde que acompanhada por mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação (Rocha; Burlandy, 2014; Soares et al., 2022).

A superação dos desafios exige uma nova lógica de atuação estatal que articule políticas, atores e territórios em torno de um projeto de desenvolvimento rural inclusivo, sustentável e adaptado às condições amazônicas. Isso implica incorporar tecnologias sociais, valorizar saberes tradicionais e ampliar o diálogo com movimentos sociais, fortalecendo a participação e o protagonismo das comunidades assentadas (Alentejano, 2020; Held; Botelho, 2021). A experiência de outros estados amazônicos, associada ao

aprendizado acumulado em programas como o PAA, pode servir de referência para a formulação de políticas mais eficazes no Amapá, capazes de transformar o potencial latente dos assentamentos em resultados concretos de inclusão produtiva e segurança alimentar.

### **3.9 Ameaça Fitossanitária da “Vassoura-de-Bruxa” da Mandioca e seus Impactos no Assentamento Corre Água**

Como já destacado, a mandioca constitui a base produtiva do Assentamento Corre Água, integrando não apenas a dieta cotidiana das famílias assentadas, mas também sua principal fonte de renda por meio da produção de farinha. Nesse contexto, a emergência fitossanitária provocada pela “vassoura-de-bruxa da mandioca” desponta como ameaça direta ao modelo econômico local.

O fungo *Ceratobasidium theobromae*, identificado pela Embrapa a partir de 2022, já alcançou nove dos dezesseis municípios do Amapá, evidenciando um ritmo acelerado de disseminação e aumentando o risco de chegar com força ao Corre Água (Hahn; Chelala; Melém Júnior, 2025).

A experiência recente em Oiapoque e Calçoene mostra que a doença compromete a brotação e o desenvolvimento vegetativo da mandioca, provocando deformações e necroses em folhas e hastes. Esse quadro reduz drasticamente o rendimento das raízes e compromete a qualidade do produto final, acarretando perdas econômicas expressivas e ameaça direta à segurança alimentar das famílias assentadas. Para um assentamento que tem na mandioca seu eixo de reprodução socioeconômica, a presença do fungo significa risco sistêmico, pois pode desestruturar tanto a produção quanto os canais de comercialização (Hahn; Chelala; Melém Júnior, 2025).

Os dados mais recentes indicam que a produção de mandioca no Amapá caiu de 95.110 toneladas em 2023 para 69.908 toneladas em 2024, num contexto em que a área cultivada se reduziu de 9.007 para 7.468 hectares (Hahn; Chelala; Melém Júnior, 2025). Essa retração já reflete a pressão combinada de baixa produtividade estrutural e disseminação da doença. Se tal tendência se confirmar no Assentamento Corre Água, o impacto sobre a renda das famílias será imediato, comprometendo o abastecimento local, e também a capacidade de honrar contratos com programas institucionais como o PAA e o PNAE.

Além dos impactos econômicos, a vassoura-de-bruxa compromete aspectos culturais e alimentares. A mandioca, como patrimônio biocultural, sintetiza saberes

tradicionais, técnicas ancestrais de manejo e forte identidade territorial. A perda de roças para a doença representa uma quebra produtiva, e um golpe na reprodução cultural e simbólica dessas comunidades. A farinha, o tucupi, o beiju e outros derivados são elementos estruturantes das práticas alimentares amazônicas; sua escassez ou encarecimento repercute diretamente na cultura alimentar (Hahn; Chelala; Melém Júnior, 2025).

No âmbito fitossanitário, a dificuldade de controle decorre da natureza sistêmica do fungo e da limitada disponibilidade de material propagativo certificado. As roças do Assentamento Corre Água operam majoritariamente com manivas tradicionais, de circulação informal, o que amplia o risco de contaminação e dificulta a adoção de protocolos rigorosos de sanidade vegetal. Sem intervenção pública coordenada, a probabilidade de disseminação do patógeno no assentamento é elevada.

A redução da oferta de mandioca poderá implicar em menor volume para entrega nas chamadas públicas e maior vulnerabilidade das famílias assentadas às flutuações de preço no mercado convencional. Isso enfraquece o caráter estabilizador do PAA e pode gerar descontinuidade no fornecimento para escolas, creches e demais entidades atendidas pelos mercados institucionais, afetando toda a cadeia de suprimento alimentar regional.

Para mitigar tais riscos, torna-se necessário articular estratégias de curto e longo prazo. No curto prazo, recomenda-se a adoção de barreiras fitossanitárias internas, capacitação dos agricultores e monitoramento permanente das áreas de cultivo. No longo prazo, o caminho é investir na pesquisa e no desenvolvimento de variedades resistentes, fortalecer a assistência técnica e implementar viveiros comunitários certificados, garantindo manivas sadias para o plantio no Assentamento Corre Água, o que dificilmente acontecerá.

A devastação potencial da vassoura-de-bruxa no Assentamento Corre Água também deve ser lida à luz da vulnerabilidade estrutural do Amapá. Trata-se de um estado jovem, com altos índices de insegurança alimentar e forte dependência de poucas cadeias produtivas. A mandioca, ao lado do açaí e da castanha-do-Brasil, constitui um dos pilares dessa base primária. Seu colapso poderá representar um retrocesso em termos de desenvolvimento rural, ampliando a pobreza e a desigualdade no campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação analisou a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Corre Água, situado no município de Macapá (AP), como um

prisma para compreender as potencialidades e limites dos mercados institucionais na Amazônia. O estudo partiu da premissa de que políticas agrárias, para se concretizarem, dependem de políticas agrícolas articuladas, incluindo crédito, assistência técnica e mecanismos de comercialização. O PAA, nesse contexto, foi tomado como um laboratório de política pública, capaz de revelar tanto avanços quanto vulnerabilidades da agricultura familiar assentada.

O Assentamento Corre Água mostrou-se emblemático do modelo de assentamento rural implementado na Amazônia desde os anos 1970 e 1980: áreas extensas, baixa infraestrutura, assistência técnica fragmentada, e predomínio de estratégias produtivas tradicionais. Essa configuração demonstra uma contradição histórica: ao mesmo tempo em que os assentamentos ampliaram o acesso formal à terra e foram concebidos como instrumentos de justiça social, eles frequentemente não receberam suporte material e institucional compatível com a complexidade socioambiental da região. O caso do Corre Água evidencia que, sem a integração entre infraestrutura, mercados institucionais e apoio técnico permanente, o potencial produtivo permanece subaproveitado.

A análise dos dados evidenciou que, mesmo sob condições adversas, o PAA funciona como eixo estruturante ao garantir um canal estável de comercialização. Ele não apenas absorve excedentes, mas induz certo grau de planejamento coletivo, reforça redes associativas e confere visibilidade aos produtos do assentamento. Contudo, a pesquisa também revelou que a efetividade do PAA depende da base produtiva que o alimenta. No Corre Água, fragilidades logísticas, precariedade dos ramais, carência de transporte e armazenamento dificultam o cumprimento regular das entregas e reduzem o potencial multiplicador do programa.

A mandiocultura emergiu como eixo econômico e simbólico central do assentamento. Mais do que um cultivo agrícola, ela constitui um sistema cultural e social, atravessando saberes, práticas alimentares e identidades coletivas. O PAA, ao incorporar farinha e derivados, atua indiretamente na preservação desses modos de vida. Todavia, o estudo mostrou que essa centralidade cultural e econômica também gera vulnerabilidade: a “vassoura-de-bruxa” da mandioca (*Ceratobasidium theobromae*), identificada em nove dos dezesseis municípios do Amapá, ameaça diretamente a sustentabilidade dessa cadeia e, por extensão, a capacidade de fornecimento ao PAA.

No Corre Água, esse risco se intensifica pelo uso de manivas tradicionais, pela circulação informal de material propagativo e pela baixa cobertura de assistência técnica.

A doença torna visível o quanto programas como o PAA operam em contextos instáveis, nos quais a saúde da lavoura e a saúde econômica estão intrinsecamente ligadas.

A análise também permitiu evidenciar a dupla natureza do PAA. Por um lado, ele é política pública de compra, com regras, preços e prazos. Por outro, é dispositivo pedagógico, que, ao ser implementado, induz organização social, disciplina produtiva e visibilidade institucional. No entanto, essa indução encontra limites no modelo de assentamento amazônico, marcado por baixa densidade de infraestrutura, dispersão espacial dos lotes, precariedade logística e ausência de políticas continuadas de assistência técnica e extensão rural. Essa contradição estrutural explica por que, apesar da existência de um programa robusto como o PAA, o volume comercializado e a taxa de cumprimento contratual permanecem aquém do potencial produtivo do Corre Água.

No plano crítico, a pesquisa mostrou que o modelo de assentamento rural na Amazônia, ao reproduzir lógicas de colonização extensiva em contextos socioambientais frágeis, acaba por naturalizar desigualdades de acesso a infraestrutura e serviços públicos. Ao não internalizar as especificidades culturais, logísticas e ecológicas da região, o modelo gera dependência de programas compensatórios como o PAA, que tentam resolver a jusante problemas originados a montante. O caso do Corre Água ilustra essa dinâmica: um território com população organizada, mas submetido a gargalos estruturais que limitam sua inserção econômica.

Ainda assim, o estudo revelou que, mesmo nesse cenário adverso, o PAA atua como âncora de segurança alimentar para as entidades atendidas e como ferramenta de inclusão produtiva para os agricultores. Ao canalizar a produção do assentamento para a rede institucional, ele sustenta um ciclo virtuoso de abastecimento, renda e preservação cultural. Essa função ganha relevo diante da crise fitossanitária: enquanto a mandioca sofre risco de queda na produção, o PAA permanece como espaço de escoamento preferencial, garantindo renda mínima e visibilidade à produção local.

Em síntese, esta dissertação demonstrou que o PAA no Assentamento Corre Água é, simultaneamente, um espelho e um vetor das contradições amazônicas: espelho porque reflete as limitações históricas do modelo de assentamento rural e da infraestrutura pública; vetor porque induz novas práticas, reforça a organização social e projeta caminhos para uma agricultura familiar mais estável. Ao inserir a emergência fitossanitária no debate, a pesquisa amplia a compreensão do PAA como política pública que deve lidar não apenas com a comercialização, mas também com as condições materiais, sanitárias e culturais da produção rural.

Conclui-se, portanto, que o caso do Corre Água permite compreender a Amazônia como fronteira agrícola e como território de contradições, saberes e experimentações institucionais. O PAA, nesse contexto, não é mero instrumento operacional, mas um indicador das tensões e possibilidades de construção de políticas públicas territorializadas.

Ao revelar as potencialidades e fragilidades desse arranjo, esta dissertação contribui para um entendimento mais profundo do desenvolvimento rural na Amazônia, destacando que sua sustentabilidade depende da articulação entre mercados institucionais, saberes locais, infraestrutura adequada e políticas sanitárias consistentes, mais do que de qualquer fator isolado.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada.** *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

AMAPÁ, GOVERNO DO ESTADO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA: Amapá 2024.** 165 p.: il. 2025. Disponível em:

[https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SEMA\\_2bfcdd7b465c32054cf6822f3bd41101.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEMA_2bfcdd7b465c32054cf6822f3bd41101.pdf). Acesso em: 16 set. 2025.

AMAPÁ, GOVERNO DO ESTADO. **Instituto de extensão, assistência e desenvolvimento rural do Amapá.** Disponível em: <https://rurap.portal.ap.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BARBOSA, Ricardo Bruno de Lima. **A política da reforma agrária como mecanismo multiplicador na produção de alimentos da agricultura familiar.** 2019. 59 f. Disponível em: [https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/2051/1/tcc\\_ricardobrunodelimabarbosa.pdf](https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/2051/1/tcc_ricardobrunodelimabarbosa.pdf). Acesso em: 21 fev. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARONE, Luís Antonio. O MST frente ao campo político institucional do início do século XXI. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/4441/3940>. Acesso em 20/junho/2025.

BELIK, Walter; CHAIM, Naime Antonio. **O programa Fome Zero e o papel das compras para a agricultura familiar.** São Paulo em Perspectiva. 2002. v. 16, n. 2.

BRAGA, Matheus Quintão et al. **Política agrária no Brasil: uma análise situacional e socioambiental de projetos de assentamento.** *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 3-26, 2023.

Brasil – MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos**, Brasília, 2013

BRASIL. **Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023**. Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/> Acesso em 04 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro. **A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de córrego rico, estado de São Paulo**. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 6, n. 19, p. e202013, 2 Jan 2020 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/12573>. Acesso em: 10 ago 2025.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima**. São Luís, 2009. 257 f.

CARNEIRO, Janderlin Patrick Rodrigues et al. **Sustentabilidade e Políticas Públicas: Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na Vida de Agricultores Familiares em Rio Preto da Eva-AM**. Terceira Margem Amazônia, v. 6, n. 15, p. 135-149, 2020.

CARVALHO, Arminda Moreira de. et al. **Plantas de cobertura do solo recomendadas para a entressafra de milho em Sistema Plantio Direto no cerrado**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184756/1/CT-181.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CATTELAN, Renata; DE MORAES, Marcelo Lopes; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995–2019)**. Revista Nera, n. 55, p. 138-164, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/86e3/ae14c0ab3d483e27d72e015f588c2db4536e.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CAUME, David José. **Conflito social e reforma agrária em Goiás**. *Estudos*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2000.

CAVALLARI, Alessandro Antônio; FERREIRA, Esvanio Edipo da Silva; SOARES, Keller Regina; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SEABRA JUNIOR, Santino. **O Programa de Aquisição de Alimentos na Amazônia Legal Brasileira**. Revista de Estudos Sociais, Cuiabá, v. 17, n. 34, p. 181-200, 2015. Disponível em: <file:///F:/Download/Dialnet-OProgramaDeAquisicaoDeAlimentosNaAmazoniaLegalBras-5156656-1.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.

CHAVES, Raquel Aparecida; MONZONI, Mario; ARTUSO, Flávio. **A problemática dos reassentamentos rurais coletivos no Brasil: o caso de Belo Monte**. *Revista de Direito e Gestão Pública*, v. 25, n. 3, p. 37-55, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/mJ9vvjKkxMqgrc4qvgqKqBg>. Acesso em: 28 nov. 2024.

COSTA, Odemir Coelho. **Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações**. Research, Society and Development, v. 13, n. 3, p. e10413345339-e10413345339, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/45339/36161/472700>. Acesso em: 28 nov. 2024. <file:///F:/Download/dorlivete,+e10413345339-min-1.pdf>

FARIAS, Vitor Alessandro Souza et al. “Você sabe o que é o programa de aquisição de alimentos (PAA)? Nunca vi, não conheço e nem ouvi falar”: uma análise da operacionalização do PAA no território do baixo Amazonas Paraense. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 7, p. 7027-7049, 2023.

FERREIRA, Patrícia Macedo. **Avaliação da política de regularização fundiária de territórios quilombolas no estado do Piauí: o caso da comunidade Contente**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26276>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FIGUEREDO, Cléria; SILVA, Christian Luiz da. **Política Pública e Reforma Agrária: uma análise dos principais indicadores da política de assentamentos rurais**. *Revista Grifos*, v. 48, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4982/2809>. Acesso em: 7 fev. 2023.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; SILVA, Irenildo Costa da. **A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1891>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FLEXOR, Georges; GRISA, Cátia. Políticas de segurança alimentar e agricultura familiar no Brasil: atores, ideias e instituições. *América Latina Hoje*, 74, 39–53.

(2016). <https://doi.org/10.14201/alh2016743953>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impulsiona economia e combate à vulnerabilidade social no Amapá. *RURAP – Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá*, 9 abr. 2025

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese\\_Catia-Grisa.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_Catia-Grisa.pdf). Acesso em: 05 de mai. 2025.

GRISA, Catia; PORTO, Sabrina da Costa. **Política pública de compras institucionais da agricultura familiar no Brasil: um olhar a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de**

**desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 111–144. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Políticas-Publicas-DR-livro-Grisa-Schneider-1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil: uma análise a partir da trajetória do PRONAF.** Raízes, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 13–26, jan./jun. 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Política públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/22239/3/Políticas%20publicas%20de%20desenvolvimento%20rural%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

HAHN, Fábio André; CHELALA, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes; MELÉM JÚNIOR, Nagib Jorge. **A Mandioca no Estado do Amapá: Ancestralidade, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável.** In *Cadernos Cajuína*, 2025.

HELD, Thaisa Maira; BOTELHO, Tiago Resende. **Lutas por direitos socioambientais em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Liber Ars, 2021.

IBGE. **Área territorial brasileira.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/>, Acesso em: 16 set. 2025.

IEPA. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. **Plano de Recuperação de Área Degradada – PRA do PA Corre Água.** Macapá: IEPA, 2009. 82 p. Ilustrado.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Assentamentos.** Publicado em: 28 jan. 2020. Atualizado em: 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 16 fev. 2023.

JORGE, Aline Albuquerque. **Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro.** *Revista NERA*, v. 25, n. 64, 2022.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. **Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro.** In: BRASIL: incertezas e submissão. p. 171-190, 2019.

Lima, Débora Reis dos Santos; Diogo, Shirley Silva; Peixinho, Albaneide Maria Lima; Cabrini, Danielle. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência.** *Rev. de Alim. Cult. Américas - RACA*. jan./jul, 2023; 4(1):20-44. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br> Acesso em: 20 fev. 2025.

LIMA, Roberta T. et al. **Circuitos curtos de comercialização na Amazônia: oportunidades e desafios para a agricultura familiar.** *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 61, p. 256–276, 2022. DOI: 10.5380/dma.v61i0.81234

LOMBA, Roni Mayer et al. **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense.** Dourados: Ed. UFGD, 2014.

LUCENA, Sophia Monteiro Barbosa Gomes de Andrade. **A questão agrária no Brasil: conflitos e mudanças ocorridas nos governos de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff.** 2019. 52 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42027/1/LUCENA%2c%20Sophia%20Monteiro%20Barbosa%20Gomes%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003

MARINI, José Adriano. **Diversidade e estilos de agricultura para a promoção do desenvolvimento rural: uma análise a partir de dois assentamentos, induzido e tradicional, no Estado do Amapá** / Tese de doutorado. UFPA. 265 f.: il. ; 29 cm. 2014.

MATTEI, Lauro Francisco. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, n. 1, abr. 2012. Disponível em: <https://revistaesa.com/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 63-86, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301003>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MPPA. **Caso que ficou conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás” completa 25 anos**. Publicado em: 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MIRANDA, Katuscia Fernandes et al. Manejo Florestal Sustentável em Áreas Protegidas de uso comunitário na Amazônia. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 799-814, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/ncCv5JbRYYMfYNXtrJD78mt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MODENESE, Valéria da Silva; SANT’ANA, Antonio Lázaro. **Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/x7YcM7gGZjJhnkZDMQbJvXf/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Reforma Agrária transforma antigo latifúndio da Giacomet Marodin em terra de fartura**. Publicado em 19.04.2021. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NEVES, Samuel da Silva. **Estudo do Programa Nacional De Alimento Escolar (PNAE), em Laranjal do Jarí: do Campo à Mesa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências Biológicas. ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. 45 f. 2018. Disponível em: [file:///F:/Download/SAMUEL\\_DA\\_SILVA\\_NEVES\\_Estudo\\_do\\_programa\\_nacional\\_d\\_e\\_alimento\\_escolar..pdf](file:///F:/Download/SAMUEL_DA_SILVA_NEVES_Estudo_do_programa_nacional_d_e_alimento_escolar..pdf). Acesso em: 08 de abr. 2025.

PASSINI, João José; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural no Brasil: FHC e Lula**. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2020.

PINHEIRO, Cezar di Paula da Silva; et al. **Agribusiness and environmental conservation in tropical forests in the eastern Amazon**, Sustainable Production and Consumption, Volume 33, 2022, Pages 863-874, ISSN 2352-5509, <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.08.015>.

PORTO, Sílvio Isopo et al. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltiplas e inovadora**. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2014.

PORTO, Jadson; CAVLAK, Iuri; NORONHA, Andrius. **Faces da Fronteira: Entre histórias e espaços, encontros e desencontros**. Editora da Universidade Federal do Amapá, 2018. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/162743/CONICET\\_Digital\\_Nro.8c1d8a15-9348-4f8d-810d-78f147b30e1b\\_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/162743/CONICET_Digital_Nro.8c1d8a15-9348-4f8d-810d-78f147b30e1b_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 08 de abr. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

QUARESMA, Patrícia Ferreira. **Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR): desempenho institucional nas políticas de comercialização da agricultura familiar no Amapá**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023. Disponível em: [https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2023/08/DISSERTACAO\\_PATRICIA2107.pdf](https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2023/08/DISSERTACAO_PATRICIA2107.pdf). Acesso em: 08 de abr. 2025.

RAUBER, Alexandre Luiz; PALHARES, José Mauro. A dinâmica do desmatamento de corte raso e os assentamentos rurais amapaenses. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. XXV, n. 2, p. 567–574, 2021. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV\\_2/agb\\_xxv\\_2\\_web/agb\\_xxv\\_2-09.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-09.pdf). Acesso em: 24 de abr. 2024.

ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene. **Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil: avanços e desafios**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 30, n. 8, p. 1615-1626, 2014.

ROOS, Rosilene; Delgrossi, Mauro. **Reforma agrária assistida de mercado: revisão de literatura e agenda de pesquisas**. *Sociedade e Estado*, v. 39, n. 1, p. 53-75, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/mj65THBtNZXQJGFBpRmvpKh>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

RURAP. Programa de Aquisição de Alimentos PAA Impulsiona Economia e Combate a Vulnerabilidade Social no Amapá. Disponível em: <https://rurap.portal.ap.gov.br/noticia/0904/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-impulsiona-economia-e-combate-a-vulnerabilidade-social-no-amapa>. Acesso em: 9 ago. 2025.

RURAP; EMATER. Produção de mandioca e políticas públicas em áreas de assentamento no município de Amapá (AP). Relatório Técnico, Macapá. 2021.

SANTOS, Geovane Tavares dos. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010-2018)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020.

SANTOS, Geovane Tavares dos. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2018). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá. 178 f. 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ifap.edu.br/jspui/bitstream/prefix/351/1/SANTOS%20%282020%29%20PROGRAMA%20DE%20AQUISI%C3%87%C3%83O%20DE%20ALIMENTOS%20disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 08 de abr. 2025.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARAIVA, Oliven do Nascimento; BORGES, Wardsson Lustrino. **Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, Amapá, Brasil**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 16, n. 1, p. 03-15, 2021.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 18, n. 1, p. 98-126, 2010.

Schneider, Sérgio; Mattei, Lauro; Cazella, Ademir Antonio. **A construção do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: políticas públicas e agricultura familiar**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, (2016) v. 24, n. 2, p. 338-365.

SCHNEIDER, Sergio et al. **Desenvolvimento territorial e políticas públicas: uma leitura a partir do rural brasileiro**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 568–593, 2016.

SEGOVIA, Federico Orellana. **Dimensão da agricultura familiar e periurbana no estado do Amapá: desafios para o abastecimento frente à urbanização**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 333 f.: il.; 29 cm. 2011. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1013046/1/CPAF-AP-2011-Tese-DimensaoAgriculturaFamiliar.pdf>. Acesso em: 08 de abr. 2025.

SILVA JUNIOR, Orleno et al. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá** [recurso eletrônico. – 2. ed. - Porto Velho, RO: Temática Editora e Cursos e Co-editora: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. 156 p. ; PDF ; 1.143 MB. ISBN: 978-65-5273-079-4 (Ebook)

SILVA, Júlio Ricardo.; FERREIRA, Fabrício Nascimento AMODEO, Neide Brito. **Programa de Aquisição de Alimentos: contribuições para a agricultura familiar no Brasil**. (2014). Brasília: IPEA.

SILVA, R. M. da; SANTOS, F. J.; ALMEIDA, P. R. **A cadeia produtiva da mandioca no Amapá: desafios e oportunidades para a agricultura familiar**. *Revista Amazônia Ciência & Desenvolvimento*, v. 6, n. 2, p. 88-104, 2021.

SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. **A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a criação de novos mercados sob a visão dos agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER)**. *Mundo Agrario*, v. 15, n. 29, 2014. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SILVA, Vanessa Cristina da; BARIM, Estela Maria; MURTA-NASCIMENTO, Cristiane. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: revisão integrativa. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 35, p. e350106, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2025.v35n1/e350106/pt>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOARES, F. V. (coord.) (2013) *Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE*. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC - IG). United Nations Development Programme. Brasília.

SOARES, Francisco Igo Leite et al. **Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região do Baixo Amazonas**. Revista Econômica do Nordeste, v. 53, n. 4, p. 173-185, 2022.

SOUSA, Diego Neves de. O que dizem as políticas públicas da agricultura familiar sobre inclusão produtiva? Uma análise sob a abordagem da narrativa governamental. *Interações (Campo Grande)*, v. 22, n. 2, p. 387-403, abr./jun. 2021. DOI: 10.20435/inter.v22i2.2606.

SOUZA, Fernanda C.; CARVALHO, Aline M. **A agricultura familiar e o PAA na Amazônia Legal: experiências e perspectivas**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, Brasília, v. 6, n. 2, p. 110-129, 2021.

SOUZA, Maria Lucimar; ALENCAR, Ane, (Orgs.). **Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental na Maior Floresta Tropical do Mundo**. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2020. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/IPAM-Livro-Projeto-Assentamentos-Sustentaveis-Amazonia.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. Saúde e Sociedade, v. 19, p. 933-945, 2010.

VECINA, Cecília Cruz. **O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012. ISSN 1983-487X.

## ANEXOS

### A- Questionário

#### Anexo A

<b>ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS</b>	N.º QUEST. _____ Data  ____ ____ ____
--	---------------------------------------

1 I - IDENTIFICAÇÃO			
I.1 Nome			
I.4 Endereço			
I.6 Escolaridade			I.5 Fone ( )
I.7 Natural de:	I.7.1 Há quanto tempo no Amapá? _____ Anos		
I.8 Assentamento:	I.8.1 Há quanto tempo está no Assentamento?		
I.9. Há quanto tempo está na atividade?	Anos	meses	

II - ATIVIDADE	
II.1 Qual é a condição do local da produção? Próprio ( ) Outro:	II.1.2 Documento?
II.2 Qual é a área total?	II.3 Reside no local?
II.4 Quais as culturas produzidas (tipo e quant.)	
II.5 Quantos trabalham? Família          Outros	
II.6 Qual é a renda que retira por mês da produção?	II.6.1 A atividade agrícola é sua única fonte de renda? Bolsa-família? Aposentadoria?

II.6.2 Caso haja mais de uma fonte de renda, qual a principal?
II.7 Quais as máquinas e equipamentos usados na produção?
II.7.1 Próprios, alugados, cooperados?
II.8 Recebe Assistência Técnica (qual o órgão, frequência)?
II.9 Participou de algum curso? Quem ministrou?
II.10 Faz parte de alguma associação ou cooperativa de produtores agrícolas? Qual(is)?
II.11 Utiliza insumos (fertilizantes, defensivos)? Quais? Onde compra?
II.12 Utiliza Crédito para produção? Qual(is)? PRONAF? FRAP?

### III - COMERCIALIZAÇÃO

III.1 – Participa de Programas Federais? ( ) PAA ( ) PNAE
III.1 Qual(is) o(s) produto(s) que vende(m) mais?
III.2 Para quem vende? Venda Direta Feiras (quais) Mercantis (quais) Supermercados (quais) Atacarejos (quais) Outros(quais) Governos (Est/Mun)
III.3 Qual desses compra a maior parte da produção (principal cliente)? (Estimar percentagem)
III.4 Quais são as vantagens/benefícios de vender para o PAA?
III.5 Quais as dificuldades para vender para o PAA?
III.6 Quais as vantagens/benefícios de vender para o PNAE?
III.7 Quais as dificuldades para vender para o PNAE?

### IV- ESTRATÉGICO

IV.3 Acha que este ano foi melhor que o ano passado? Por quê?
IV.4 Acha que os próximos anos serão melhores que o atual? Por quê?
IV.6 Pretende investir para ampliar a produção/vendas? Em quê?
IV.7 Qual o principal problema enfrentado? Como resolvê-lo?